

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	vi
Lista de Quadros	vii
Lista de Gráficos	viii
Lista de Siglas	ix
Resumo	x
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	11
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 Metodologia.....	16
1.3.1 Fases da pesquisa	17
1.3.1.1 Estudo do referencial teórico	18
1.3.1.2 Coleta de dados secundários	18
1.3.1.3 Pesquisa de campo	18
2 ECODESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO	22
2.1 Comentários iniciais.....	22
2.2 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.....	22
2.2.1 A emergência do conceito de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.....	22
2.2.2 Conceitos e princípios do Ecodesenvolvimento.....	28
2.2.3 As diferentes apropriações do conceito de Desenvolvimento Sustentável.....	32
2.2.4 Ecodesenvolvimento, capitalismo e globalização	36
2.3 Planejamento para o Ecodesenvolvimento	39
2.3.1 Ecodesenvolvimento e gestão ambiental	42
2.3.2 Ecodesenvolvimento, gestão urbana e desenvolvimento local.....	45
2.3.3 Ecodesenvolvimento como base para a gestão do turismo	50
3 AS REPERCUSSÕES DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	55
3.1 Comentários iniciais.....	55
3.2 O processo de desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina descrito sob a ótica do Ecodesenvolvimento.	56
3.2.1 O contexto cultural.....	56
3.2.1.1 A cultura tradicional açoriana e suas influências	56
3.2.1.2 Turismo de massa e massificação cultural.....	58
3.2.1.3 Patrimônio cultural de Florianópolis.....	60
3.2.2 O contexto econômico.....	63
3.2.2.1 Dos primórdios da ocupação humana na Ilha até a primeira.....	63

3.2.2.2	A segunda metade do século XX	64
3.2.2.3	O emprego em Florianópolis: a economia terciária.....	65
3.2.2.4	O turismo inserido na economia local	69
3.2.3	O contexto social.....	73
3.2.3.1	Aspectos demográficos: os reflexos da expansão urbana e populacional	73
3.2.3.2	A distribuição da renda.....	77
3.2.4	O contexto espacial	81
3.2.4.1	O processo de ocupação humana na Ilha de Santa Catarina	81
3.2.4.2	Expansão urbana, turismo e especulação imobiliária: zona de conflitos	85
3.2.4.3	Ordenamento territorial na Ilha de Santa Catarina	87
3.2.4.3.2	Planos Diretores do município	88
3.2.4.3.3	Estatuto da Cidade.....	91
3.2.4.4	Infra-estrutura urbana frente ao processo de urbanização.....	92
3.2.4.4.1	Saneamento básico	92
3.2.4.4.2	Sistema viário.....	96
3.2.5	O contexto ecológico.....	97
3.2.5.1	Os impactos ambientais do crescimento urbano na Ilha de Santa Catarina	98
3.2.5.1.1	Poluição hídrica.....	98
3.2.5.1.2	Poluição da orla marítima	99
3.2.5.1.3	Ocupação e uso insustentável do solo.....	99
3.2.5.1.4	Inundações	100
3.2.5.1.5	Poluição Sonora.....	101
3.2.5.1.6	Poluição Visual	101
3.2.5.2	Áreas ambientalmente protegidas na Ilha de Santa Catarina	101
3.2.6	O contexto político e institucional.....	106
3.2.6.1	Poder Público.....	106
3.2.6.2	Comunidade e Terceiro Setor: sociedade civil.....	108
3.2.6.3	Setor privado.....	112

4 AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO, DO SETOR PRIVADO E DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO ÀS REPERCUSSÕES DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SANTA CATARINA. 114

4.1	Comentários iniciais.....	114
4.2	Economia local: geração de renda, criação de empregos e oferta de serviços	116
4.3	Distribuição de renda.....	119
4.4	Qualidade dos serviços turísticos.....	121
4.5	Impactos urbanos.....	124
4.6	Impacto cultural nas comunidades tradicionais.....	128
4.7	Infra-estrutura básica.....	131
4.8	Impactos ambientais	134
4.9	Preservação da natureza.....	137
4.10	Participação social no planejamento turístico.....	140

5 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

REFERÊNCIAS..... 156

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, possui uma população de 342.315 habitantes e somada a sua região metropolitana conta com uma população que passa das 700.000 pessoas. Com área de 436,5 Km², Florianópolis localiza-se entre os paralelos de 27°50' de latitude sul e meridianos de 48°25' de longitude oeste. (Ver mapa 1 do Anexo 2) A cidade é um dos principais pólos turísticos do Brasil e do Mercosul. O município de Florianópolis é composto por 12 distritos que se concentram na Ilha de Santa Catarina (Ver mapa 2 do Anexo 2), entre eles o distrito sede da capital e os principais balneários, tornando-se o núcleo urbano e turístico de Florianópolis. O turismo realizado na Ilha tem seu fluxo concentrado na temporada de verão, especialmente, nos meses de janeiro e fevereiro. Durante esse período, Florianópolis recebe aproximadamente 500.000 pessoas, a maior parte fixando-se na parte insular do município. Essa característica da Ilha de Santa Catarina, de ter a maior concentração urbana e populacional do município e, também, ser o principal pólo receptivo de turistas, é que trata o foco de interesse desse trabalho, ou seja, relacionar os impactos da atividade turística na dinâmica urbana, contextualizada nas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Procura-se avaliar nesse trabalho a sustentabilidade no desenvolvimento turístico ocorrido em Florianópolis que vem encontrando seu apogeu nas décadas de 90 e nos atuais anos 2000. Discute-se aqui o desenvolvimento do turismo e sua possibilidade de ocorrência na ótica da sustentabilidade socioambiental.

O conceito de turismo sustentável surgiu como um contraponto ao modelo economicista – a indústria do turismo – fruto do fenômeno do turismo de massa. Segundo Camargo: “turismo como entendemos hoje é fenômeno gestado e expandido no contexto da sociedade industrial. Com todas as modificações possíveis ocorridas entre o final do século XVIII e a contemporaneidade, do turismo de aristocrático ao turismo de massa, das diligências e dos trens aos aviões a jato”. (CAMARGO, 2000:40) Assim, o turismo de massa “é um fenômeno essencialmente da modernidade ocidental, e mais especificamente da segunda metade do século XX, quando eclipsa o chamado ‘turismo elitista’”. (SOUZA, 1997:21)

À medida que o sistema capitalista se desenvolvia o fenômeno turístico se adensava na Europa Ocidental e na América do Norte, ajudado pelos avanços tecnológicos nos meios de transporte e comunicação. Com o fim da I Guerra Mundial, a atividade turística cresce rapidamente, dando início ao turismo de massa (PELLEGRINI, apud VAZ, 2000). Logo, o modelo de desenvolvimento turístico desenhado para atender a massificação da demanda começa a trazer impactos negativos nos núcleos receptores. Ruschmann define o turismo de massa como: “o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano”; Pellegrini o apresenta como: “aquele cujo fluxo ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um local em determinado tempo”; já Barreto entende esse mesmo tipo de turismo conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a demanda para visitação é alta, tem-se um turismo de massa.¹

O turismo sustentável emerge, portanto, como uma proposta alternativa à prática do turismo massificado, tanto em sua forma de consumo, como em seu modo de produção. A preocupação central desse modelo seria com a preservação das características culturais e naturais dos pólos receptivos, uma tentativa de reduzir os impactos negativos advindos da exploração da atividade turística e de melhorar a distribuição dos benefícios entre a comunidade local.

A idéia de sustentabilidade na atividade turística decorre da noção de que uma nova forma de desenvolvimento seria possível, onde a temática ambiental estaria no centro das preocupações. Esse pensamento originado no contexto político dos anos 60 é conhecido como Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável. Segundo Ignacy Sachs (1986,1993), um dos principais teóricos da idéia de Desenvolvimento Sustentável, tal modelo consistiria em estratégias para o alcance de um crescimento econômico que viabilizasse uma distribuição de renda mais justa e respeitasse os limites ecológicos do meio-ambiente. O planejamento para o ecodesenvolvimento seria compreendido como um espaço de aprendizagem social, em que suas estratégias seriam decididas sob a forma de um planejamento participativo, de acordo a uma visão contratual entre os diversos setores da sociedade sobre a gestão do meio ambiente e da qualidade de vida desejada.

Na concepção desse trabalho procurou-se fugir à tendência de relacionar o turismo sustentável a terminologias como ecoturismo, turismo ecológico, turismo verde, entre outras. Concorde-se com Sampaio (2004) que tais definições, não raramente, baseiam-se em

¹ Todos os autores citados por VAZ, Nilton Soares. **Turismo, sustentabilidade e paisagem**. Artigo 2002 site da internet.

motivações mercadológicas, além de, em nossa opinião, desconsiderarem a possibilidade da sustentabilidade do turismo em meios urbanos e em pólos que recebam grande fluxo de visitantes.

Assim, o turismo sustentável deve ser aquele que persiga os objetivos contidos nos princípios do ecodesenvolvimento, contribuindo para o crescimento econômico, ao atendimento das necessidades sociais e para a preservação ambiental das localidades. Seu planejamento deverá ser adaptado às especificidades locais, valorizando a participação social em todas as etapas de seu processo decisório.

Por fim, entende-se o turismo como um fenômeno social – que transcende a dimensão puramente econômica da atividade – e, portanto, como algo que traz repercussões variadas na localidade receptiva. cremos que uma análise abrangente da atividade turística na Ilha de Santa Catarina é relevante para entendermos as potencialidades e as ameaças que condicionam e ordenam o seu desenvolvimento. Essa pesquisa tem a pretensão de informar e auxiliar na discussão e planejamento de uma gestão urbana e turística sustentáveis. Ainda que modestamente, espera-se que esse trabalho ajude no processo de construção de um ideal de cidade, onde o turismo possa contribuir efetivamente na qualidade de vida e do meio ambiente de nosso município.

As bases teóricas que fundamentam a análise do objeto de pesquisa são aquelas referentes ao ideal de Ecodesenvolvimento. O estudo empírico será referenciado em dois momentos: a coleta e análise de dados secundários e através de entrevistas realizadas com atores sociais representativos do município de Florianópolis.

Assim, esse estudo inicia-se com o capítulo referente ao tema do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável (capítulo 2). Nele serão apresentados o arcabouço teórico-metodológico do Ecodesenvolvimento, o contexto histórico no qual esse pensamento se desenvolveu, as diferentes formas de apropriação dos conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável e a contraposição entre a visão do Ecodesenvolvimento em relação ao sistema capitalista e a dinâmica da globalização política e econômica. Finalizando o capítulo, será argumentada a necessidade de um planejamento turístico encontrar-se inserido em uma perspectiva de gestão urbana e ambiental, que levem em consideração as bases conceituais e metodológicas de um planejamento para o ecodesenvolvimento.

No capítulo 3 – Diagnóstico sócio-ambiental da Ilha de Santa Catarina: as repercussões da atividade turística – pretende-se apresentar um diagnóstico socioambiental da Ilha de Santa Catarina embasado em diversos estudos e dados que reflitam a relação do desenvolvimento turístico em Florianópolis com os aspectos urbanos, ambientais e sócio-econômicos da localidade pesquisada. Os dados expostos apresentam-se agrupados de modo a representar as dimensões propostas pelo Ecodesenvolvimento concernentes ao planejamento local: a dimensão econômica, social, ecológica, espacial, cultural e político-institucional.

O desenvolvimento da pesquisa termina com a apresentação das entrevistas no capítulo 4 - As Percepções de representantes do Poder Público, do Setor Privado e da Sociedade Civil em relação às repercussões da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. Suas opiniões foram agrupadas e sintetizadas, tentando demonstrar a coerência de pensamento e de visão em cada um dos setores, ou, pelo contrário, as diferenças e desacordos de percepções entre atores representativos de um mesmo setor social ou entre os demais segmentos em relação às repercussões do desenvolvimento turístico na Ilha.

Finalizando esse estudo, o capítulo 5 trata das análises e considerações finais concernentes às repercussões da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. Espera-se que o referencial teórico e metodológico do Ecodesenvolvimento, a demonstração e análise dos dados secundários e das percepções dos atores sociais dos segmentos público, privado e da sociedade civil possa servir como parâmetro de avaliação para a realização de um diagnóstico socioambiental da Ilha de Santa Catarina sob o enfoque do Ecodesenvolvimento.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa será realizar um diagnóstico socioambiental das repercussões do desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Santa Catarina, à luz dos princípios e conceitos formulados pela idéia do Ecodesenvolvimento.

1.2.2 Objetivos específicos

- Sintetizar o arcabouço teórico-metodológico do Ecodesenvolvimento e, com essa base, argumentar sobre a necessidade de se efetuar um planejamento turístico que esteja incluído em uma perspectiva mais ampla de gestão urbana e ambiental em um município;
- Apresentar, descrever, sintetizar e analisar a situação socioambiental em Florianópolis e que possam ser relacionados com a atividade turística desenvolvida no território da Ilha de Santa Catarina;
- Evidenciar as percepções dos diversos atores sociais representativos do município de Florianópolis sobre a repercussão da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. As opiniões estarão divididas entre os segmentos do Poder Público, Setor Privado e Sociedade Civil.

1.3 Metodologia

Esta pesquisa analisa as repercussões que o desenvolvimento turístico vem causando à Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis. Para tanto se pretendeu realizar um diagnóstico socioambiental dos impactos advindos da atividade em questão na localidade objeto da pesquisa.

Mesmo tratando-se de uma pesquisa realizada no âmbito de mestrado em Engenharia Ambiental, a área de concentração à qual está ligada – Planejamento de Bacias Hidrográficas – permite estender o tratamento do tema às interações sociais, ou humanas, com seu meio ambiente.

Tratando-se das inter-relações sociedade-ambiente, entende-se que o estudo dessa dinâmica seria mais bem apresentado se o enfoque da pesquisa se situasse no campo das pesquisas sociais, ou seja, tendo o ser humano como o núcleo de análise.

Ao se trabalhar com pesquisa social, deve-se entender que esta, por incluir a diversidade na construção do conhecimento –, ao contrário do método uniforme em procedimentos das ciências naturais – admite que o objeto de estudo será influenciado ou incorporado por questões como: subjetividade, contexto histórico, ideologia e instrumental qualitativo de análise.

Para discorrer sobre essa questão, buscaremos auxílio em Maria de Souza Minayo. Começando pela dicotomia estabelecida na ciência entre sujeito / objeto, especialmente nas ciências sociais, a autora argumenta da seguinte forma:

A interrogação enorme em torno da cientificidade das ciências sociais se desdobra em várias questões. A primeira diz respeito à possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes. Essa ordem de conhecimento não escaparia radicalmente a toda possibilidade de objetivação?

Em segundo lugar, será que, buscando a objetivação própria das ciências naturais, não estaríamos descaracterizando o que há de essencial nos fenômenos e processos sociais, ou seja, o profundo sentido dado pela subjetividade? (MINAYO, 2002:11)

Quanto ao contexto histórico em que são realizadas as pesquisas, segue a autora:

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isso significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente, marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo

construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. (MINAYO, 2002:13)

A questão da ideologia, ou do uso da Ciência para pretextos ideológicos, deve ser reconhecida, cabendo à ética do pesquisador a forma de tratamento de seu objeto de estudo para que sua análise se dê do modo mais correto possível. Na visão de Minayo:

Outro aspecto das Ciências Sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. (...) Na investigação social, a relação entre o investigador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Trata-se aqui de uma condição de pesquisa que deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação. (MINAYO, 2002:14-15)

Finalmente, a autora aborda o caráter qualitativo dos métodos da pesquisa social, considerando que “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativa”, e que esta trata de instrumentalizar a pesquisa de maneira a abordar a realidade de forma aproximada, ainda que incompleta, imperfeita e insatisfatória. Segundo ela: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. (MINAYO, 2002:22)

Portanto, se pretende neste trabalho a complementaridade entre a abordagem quantitativa e qualitativa, servindo ambas como instrumentos de análise que permitam a relação dialética entre o conhecimento teórico e a dinâmica social, entre o sujeito que, ao mesmo tempo em que atua transformando o objeto por ele também é influenciado.

Ou, no contexto desta pesquisa, em que houve a interação do pesquisador com os indivíduos parte do objeto de estudo, está-se de acordo com a citação de Cruz Neto (2002:54): “Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos”.

1.3.1 Fases da pesquisa

Para se alcançar o objetivo pretendido com este estudo, ou seja, avaliar a repercussão do desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, através de um diagnóstico

socioambiental de seus impactos, foram realizadas três etapas de pesquisa: O estudo do referencial teórico, coleta de dados secundários e pesquisa de campo.

1.3.1.1 Estudo do referencial teórico

Escolheu-se como base teórica para proceder à análise do objeto de estudo o pensamento e os ideais do Ecodesenvolvimento, que tem em Ignacy Sachs seu autor irradiador.

Diante do encontrado no referencial teórico-metodológico da escola do Ecodesenvolvimento, foi estruturada a abordagem que o pesquisador tratou e cujos dados analisou.

1.3.1.2 Coleta de dados secundários

Para se realizar o diagnóstico da situação atual do desenvolvimento turístico na dinâmica socioambiental da Ilha de Santa Catarina, decidiu-se fazer ampla pesquisa documental que pudesse abranger todo o contexto que envolve os impactos decorrentes da atividade turística. Foram consultadas dissertações e teses de doutorado, *sites* oficiais de órgãos públicos locais e estaduais, livros, reportagens em periódicos locais, enfim, toda a gama de publicações que pudesse fornecer dados a respeito da realidade socioambiental local e suas interações com o turismo. Cabe destacar que se privilegiaram fontes secundárias que fornecessem estudos recentes, preferencialmente estudos publicados após o ano 2000.

Este diagnóstico fruto de fontes secundárias, ou melhor, a síntese desses vários estudos socioambientais realizados em Florianópolis, foi a principal base de dados para a análise do objeto de estudo.

1.3.1.3 Pesquisa de campo

Buscando enriquecer a base de dados informativos para o presente estudo, foram realizadas diversas entrevistas com atores sociais representativos da sociedade de Florianópolis, com o propósito de obter as percepções desses atores a respeito do objeto de estudo desta pesquisa e que suas opiniões pudessem contribuir para a construção dialética do entendimento e da compreensão do problema.

- Definição da amostragem

Procurou-se na definição da escolha dos indivíduos entrevistados a representatividade que estes teriam na sociedade de Florianópolis. Para tanto, as entrevistas foram agrupadas nos três grandes setores que, entende-se, divide-se a sociedade: o público, o privado e sociedade civil.

Representando o setor público, escolheu-se trabalhar unicamente com representantes da Administração Pública local, ou seja, órgãos representantes da Prefeitura Municipal. Desta feita, elegeram-se os órgãos públicos que tivessem sob sua responsabilidade questões referentes a turismo, meio ambiente, infra-estrutura básica e planejamento urbano.

Assim, foram escolhidos os seguintes órgãos: SETUR, FLORAM, SUSP e IPUF. Com exceção da FLORAM, as entrevistas foram realizadas com os responsáveis máximos de cada órgão.

No setor privado, foram eleitos representantes do *trade turístico*, como: agências de viagens, hotéis e restaurantes, e ainda, representantes de setores que o autor entende como diretamente influenciados pela atividade turística em Florianópolis, que são os setores do comércio e o imobiliário. Assim, foram entrevistados cinco dirigentes das seguintes entidades locais: ABAV, ABIH, ABRASEL, ACIF e SINDUSCON.

No que tange à sociedade civil, procurou-se representar as opiniões que abarcassem várias regiões e comunidades da Ilha de Santa Catarina. Para tanto, foram consultados representantes de associações comunitárias dos distritos que compõem a região da Ilha, no município de Florianópolis².

Dos onze distritos escolhidos para se trabalhar, foram realizadas dez entrevistas³. As entrevistas foram realizadas com os presidentes ou membros do quadro diretivo de cada associação.

² Não se trabalhou com nenhum representante do distrito-sede por se entender que seria difícil a representatividade de apenas uma associação comunitária abarcando a maior população do município. Por outro lado, se fosse escolhido um representante por bairro desse distrito, o trabalho seria bastante dificultado para este pesquisador; portanto, preferiu-se investigar apenas as zonas interiores e os balneários da Ilha de Santa Catarina.

³ Um entrevistado para cada distrito. Somente não foi entrevistado o representante do distrito do Ribeirão da Ilha por não ter sido possível o contato com nenhuma entidade comunitária daquela região durante o período em que a pesquisa de campo foi realizada.

- Coleta de dados

A pesquisa de campo foi realizada no período de outubro a dezembro de 2004. Nas dezoito entrevistas aplicadas, procurou-se obter as percepções dos atores sociais diante do problema apresentado, ou seja, quais as repercussões do turismo na Ilha de Santa Catarina.

As entrevistas eram semi-estruturadas, com uma primeira questão aberta e as demais questões, ou itens, previamente listadas de maneira a guiar as entrevistas. A primeira pergunta era a seguinte: “Na sua percepção, qual a repercussão do desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina? Tentar traçar um paralelo entre a situação passada, a atual e as perspectivas futuras.”

Dependendo da resposta do entrevistado, o pesquisador poderia complementá-la através dos seguintes itens pré-estabelecidos, tentando relacioná-los à atividade turística na Ilha:

- impacto cultural (modo de vida e costumes das populações tradicionais / impacto no perfil sociocultural de Florianópolis)
- impacto na economia local (geração de renda, oferta de serviços e produtos)
- geração de empregos
- qualidade dos serviços turísticos
- impactos na urbanização (crescimento urbano e populacional)
- distribuição de renda
- infra-estrutura básica
- impactos ambientais
- preservação da natureza
- participação política e social nos processos de planejamento do turismo

As entrevistas foram aplicadas em local escolhido pelo entrevistado, gravadas em fitas-cassete e posteriormente transcritas. Após análise das entrevistas transcritas, foram

avaliadas as opiniões que melhor representassem as percepções de cada segmento e essas opiniões são as que se encontram no presente trabalho.

- Organização e análise dos dados

Como dito anteriormente, as opiniões dos atores sociais encontram-se agrupadas e sistematizadas, representando as visões ou percepções dos setores aos quais estes se incluem: o Poder Público, o Setor Privado e a Sociedade Civil.

As opiniões foram divididas dessa forma para que se pudesse, num primeiro momento, observar a convergência ou a divergência de idéias e visões dentro de um mesmo setor social a respeito do problema em questão; e, num segundo momento, para se avaliar as diferenças e semelhanças de opiniões entre os três setores representados.

Os dados, ou opiniões, coletados pelas entrevistas foram distribuídos em nove categorias de análise:

- Economia local: geração de renda, criação de empregos e oferta de serviços
- Distribuição de renda
- Qualidade dos serviços turísticos
- Impactos urbanos
- Impacto cultural nas comunidades tradicionais
- Infra-estrutura básica
- Impactos ambientais
- Preservação da natureza
- Participação social no planejamento turístico

Em cada uma dessas categorias encontram-se presentes as opiniões de cada um dos setores sociais representados.

Enfim, espera-se que a maneira como o trabalho encontra-se organizado, sua forma de apresentação e os métodos de coleta de dados utilizados possam contribuir para a sistematização e a análise dos dados através de um processo dialético, convergindo o referencial teórico, os dados empíricos e a pesquisa de campo para a construção do conhecimento pretendido nesta pesquisa.

2 ECODESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

2.1 Comentários iniciais

Primeiramente serão tratados nesse capítulo os conceitos e princípios contidos na construção do referencial teórico e metodológico do Ecodesenvolvimento. Também será abordado como o Ecodesenvolvimento se contextualiza na atual perspectiva econômica e política mundial.

Assim, o capítulo inicia-se com a emergência dos conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável em seus contextos históricos de luta política na construção de um novo modelo de desenvolvimento; segue tratando especificamente dos conceitos e princípios que formam o arcabouço teórico do Ecodesenvolvimento e analisando as diferentes maneiras que os conceitos de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável podem ser apropriados pelo sistema econômico vigente, assim como as novas perspectivas que se abrem a partir da incorporação desses modelos de desenvolvimento no cenário político. Por fim, discute-se a visão do Ecodesenvolvimento em contraponto com o sistema capitalista e o movimento globalizante da geopolítica mundial.

Na segunda parte do capítulo demonstram-se as bases do planejamento para o Ecodesenvolvimento, que possui em seu cerne a descentralização do poder, a gestão participativa, o desenvolvimento local e a inclusão da dimensão ambiental em todos os níveis de planejamento. Tendo o município como centro das definições para implementação do Ecodesenvolvimento, discutem-se os novos desafios para uma gestão urbana sustentável. Finalizando, apresenta-se a idéia de que um planejamento turístico sustentável deva estar inserido em um amplo plano de desenvolvimento que leve em consideração a gestão ambiental e a gestão urbana do município.

2.2 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

2.2.1 A emergência do conceito de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

O tema sobre o planejamento e a implementação de estratégias ambientalmente viáveis para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico equitativo vem sendo

discutido no âmbito das políticas internacionais desde o início da década de 70, como manifesta o Relatório de Founex (1971), na Declaração de Estocolmo (1972) e na Declaração de Cocoyoc (1974).

Naquela perspectiva foi cunhado o termo *Ecodesenvolvimento*, criado no contexto da Conferência de Estocolmo em 1972 por Maurice Strong (então Secretário Geral das Nações Unidas) designado à época de *abordagem do ecodesenvolvimento*. Coube a Ignacy Sachs, porém, o desenvolvimento do campo de reflexão e de discurso, assim como a elaboração de estratégias contidas no Ecodesenvolvimento. (LEFF, 1998; SACHS, 1993; VIEIRA, 1995)

Através desse conceito, buscavam-se idéias que direcionassem o desenvolvimento, aliando o crescimento econômico às necessidades de preservação ambiental, e ao problema da marginalização social, cultural e política. “Pensava-se inicialmente nos desafios suscitados pela situação característica das zonas rurais dos países em desenvolvimento”. (VIEIRA, 1995:54)

O conceito inicial de Ecodesenvolvimento foi retrabalhado, ampliando o escopo das estratégias de desenvolvimento para as áreas urbanas e questionando o estilo tradicional de desenvolvimento contido na racionalidade economicista. Paulo Vieira coloca dois momentos na reelaboração do conceito inicial de ecodesenvolvimento, em suas próprias palavras:

Esta versão inicial do conceito foi reelaborada e expressa, no ano seguinte, num texto hoje considerado clássico de Ignacy Sachs (1974)⁴. Na nova versão, ecodesenvolvimento designa, num primeiro momento, um ‘estilo’ de desenvolvimento aplicável a projetos localizados não só em áreas rurais, mas também urbanas, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente incorporada pelos países pobres, orientado prioritariamente pela busca de satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autonomia (self-reliance) das populações envolvidas no processo. (VIEIRA, 1995:54)

Num segundo momento, o conceito de ecodesenvolvimento designa também um enfoque de planejamento participativo de estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos sócio-culturais e ambientais específicos. Ignacy Sachs refere-se a uma diretriz fundamental de ‘harmonização’ entre iniciativas de dinamização socioeconômica, consolidação e aprofundamento de uma cultura política democrática-participativa, distribuição equitativa do ‘ter’ e gestão ‘ecologicamente prudente’ do meio ambiente. (VIEIRA, 1995:55)

Sobre a emergência e construção da noção de Ecodesenvolvimento, Enrique Leff faz a seguinte argumentação:

Desde os anos 60, o discurso do Ecodesenvolvimento colocou um conjunto de princípios para se conseguir um desenvolvimento sustentável: o respeito à diversidade biológica e cultural, o fortalecimento da identidade étnica e a capacidade de autogestão (self-reliance) do patrimônio de recursos naturais das comunidades. Estes princípios orientavam um processo de descentralização dos

⁴ Environnement et styles de développement. Annales 3: 533-570.

processos produtivos com base nas condições ecológicas e geográficas de cada região, incorporando os valores culturais das comunidades na definição de seus projetos de vida e seus estilos de desenvolvimento. (LEFF, 2000:134)

Ignacy Sachs faz um breve relato sobre a evolução da idéia de Ecodesenvolvimento, desde sua origem na Conferência de Estocolmo até as perspectivas criadas com realização da RIO-92:

O vínculo biunívoco e indissolúvel entre desenvolvimento e meio ambiente e o resultante conceito normativo de ecodesenvolvimento, mais tarde rebatizado de desenvolvimento sustentável, foram discutidos na Conferência de Estocolmo, em 1972. Essa discussão prosseguiu no âmbito da ONU – no seminário de Cocoyoc e em vários outros encontros – até resultar no Relatório Brundtland, que conduziria, subseqüentemente, à convocação da CNUMAD. Ademais, nesses vinte anos, movimentos civis que exploraram uma grande variedade de caminhos alternativos de desenvolvimento, baseados na democracia participativa, produziram avanços conceituais e tentativas de colocar em prática o ecodesenvolvimento. (SACHS, 1993:60)

Sachs (1993) utiliza os termos “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável” como sinônimos, apontando que a segunda expressão foi denominada por pesquisadores anglo-saxões.

O termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente divulgado por Robert Allen no artigo “*How to save the world*”, quando resumia o livro *The world conservation strategy: Living resource conservation for sustainable development*, de 1980 e lançado conjuntamente pela União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), pelo Fundo para a Vida Selvagem (WWF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O documento trazia uma nova mensagem enfatizando a interdependência entre conservação e desenvolvimento, introduzindo a idéia de desenvolvimento sustentável. (CAMARGO, 2003)

As diferenças e semelhanças ou mesmo a fusão dos princípios e conceitos contidos nas idéias de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são, ainda hoje objeto de controvérsia entre vários estudos. O fato é que o termo Desenvolvimento Sustentável popularizou-se e teve grande aceitação nos meios técnicos e acadêmicos a partir da utilização desse conceito no relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum em 1987.

O relatório intitulado Nosso Futuro Comum, consistia em uma agenda global para a mudança – solicitada pela ONU e realizada pela CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – propondo estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável. Recomendava maior cooperação entre os países em

diferentes estágios de desenvolvimento, orientando a consecução de objetivos comuns que considerassem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento.

O relatório apontava a desigualdade entre as nações pobres e ricas como o maior problema ambiental e de desenvolvimento do Planeta. Realizado em um contexto de crise ambiental crescente e de estagnação econômica global, a Comissão preocupou-se em expor a pobreza e a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação às políticas e ao comércio internacional controlados pelos países industrializados do mundo. Ao discutir a possibilidade de uma economia mundial sustentável, o relatório defendia um rápido crescimento econômico tanto nos países em desenvolvimento como nos industrializados, uma diminuição nas políticas protecionistas dos países ricos em relação aos produtos dos países em desenvolvimento, taxas de juros mais baixas, maior transferência de tecnologias ecologicamente viáveis e dos fluxos de capital Norte-Sul. Dito crescimento econômico internacional, segundo a Comissão, deveria vir acompanhado pelo respeito às limitações ecológicas.

Embasando as estratégias ambientais e de crescimento econômico globais, o relatório *Nosso Futuro Comum* propunha um desenvolvimento sustentável, formulando a conhecida definição desse termo:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

Ele contém dois conceitos-chave:

- O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio-ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (CMMAD, 1991:46)

O conceito de desenvolvimento sustentável cunhado no relatório da ONU aponta a necessidade de gerir e aprimorar a tecnologia e a organização social de modo a proporcionar uma nova era de crescimento econômico. O atendimento das necessidades básicas se daria através da busca da equidade social, com a garantia que a população pobre receberia uma parcela justa dos recursos advindos do crescimento. Essa equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação dos cidadãos na tomada de decisões e por processos democráticos na tomada de decisões em âmbito internacional. O conceito elaborado pela Comissão indicava ainda a necessidade de mudança no estilo de vida dos países ricos, principalmente no que concerne ao consumo incompatível aos recursos ecológicos do Planeta, além de colocar o problema do aumento populacional como forte pressão sobre os recursos e

um retardo à elevação dos padrões de vida. Concluindo, a Comissão apontava que o desenvolvimento sustentável dependeria, sobretudo, do empenho político.

Sachs (1993) aponta uma ampla concordância no que se refere ao conceito de Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento nos seguintes pontos:

- necessidade de conter o consumo excessivo nos países industriais e minorias ricas das sociedades do Terceiro Mundo;
- dependência dos sistemas econômicos aos sistemas ecológicos;
- subestimar o poder de “ajuste tecnológico”, iniciando imediatamente a transição para o ecodesenvolvimento;
- ampliação do critério de avaliação de valor dos recursos biológicos, através das pesquisas interdisciplinares sobre biodiversidade.

A realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, embasada no conceito normativo desenvolvido no relatório Brundtland, ampliou a aceitação do termo de Desenvolvimento Sustentável, incorporando-o ao discurso político internacional.

Segundo Sachs (1993), a maneira como a agenda da RIO-92 foi articulada e aceita pela comunidade internacional, levantando questões do desenvolvimento e meio ambiente e o impasse Norte – Sul a esse respeito, representou um significativo avanço político da CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, vinte anos após o encontro de Estocolmo. Os documentos apresentados à Conferência demonstravam a necessidade de um vínculo entre o desenvolvimento e o meio ambiente, assinalando a necessidade de maior suporte financeiro e técnico do Norte em favor do Sul como condição a ser satisfeita na gestão ambiental global.

Para Sachs, “O documento mais abrangente e de maior alcance que resultou da Conferência do Rio é a Agenda 21, um programa de ação em forma de recomendações”. (SACHS, 1993:59) Conforme o autor, “a Agenda 21 coloca-se como um poderoso instrumento para estimular, no Norte e no Sul, ações concretas para traduzir o conceito geral de transição para o desenvolvimento sustentável em estratégias locais múltiplas, isto é, agir localmente enquanto se pensa globalmente”. (SACHS, 1993:64)

Dos princípios contidos nas noções de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável desencadearam-se movimentos sociais e políticos que buscam a preservação do meio ambiente, legitimando a autonomia cultural e política das comunidades na autogestão de

seus recursos naturais associados às práticas sustentáveis de uso da natureza. Tais movimentos influenciaram na composição de legislação ambiental e formas de organização institucional, acordos internacionais e linhas de financiamento – como a do Banco Mundial e do BIRD –, que incorporam as preocupações ambientais com a democratização na gestão ambiental e autonomia dos povos.

Como idéia geral, Sachs indica o ecodesenvolvimento como um “caminho do meio” à atual crise de paradigmas: o colapso do socialismo real, o enfraquecimento do Estado do bem-estar (welfare states) e o não-cumprimento das promessas da “contra-revolução” neoliberal. (SACHS, 2002:78)

Neste sentido, conforme Vieira:

Vinte anos após Estocolmo, a idéia-força de ecodesenvolvimento pode ser considerada como geradora de um padrão de planejamento pensado como ‘um espaço de aprendizagem social’ para a arquitetura de um novo projeto de sociedade, inspirado no conceito de democracia participativa. Contrasta nesse sentido com um padrão que se caracteriza pela insistência em manter uma concepção reducionista da atividade econômica e uma concepção tecnoburocrática da natureza dos processos de tomada de decisão política. (VIEIRA, 1995:91)

Por outro lado, Leff argumenta que:

Não obstante a importância que se vem dando à questão ecológica no ordenamento jurídico e nas políticas de meio ambiente e de recursos naturais de vários países, continua-se percebendo o ambiente mais como um custo e um conjunto de objetivos sociais e ecológicos exteriores ao crescimento econômico, do que como um potencial produtivo, no qual os processos ecológicos, tecnológicos e culturais funcionam como níveis produtivos articulados no manejo integrado dos recursos. (LEFF, 2000:139)

Concordante com a opinião de Enrique Leff foi a sensação de frustração geral decorrente da última Conferência internacional de cúpula sobre desenvolvimento e meio ambiente, realizada em Joanesburgo em 2002.

Nessa perspectiva, Camargo (2003) aponta para a decepção em relação à referida Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como RIO+10. A Conferência pretendia verificar os avanços e as metas cumpridas desde a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro. Nela houve a constatação de omissão em tratados internacionais e evidenciou-se a prevalência de interesses políticos e comerciais em detrimento de questões ambientais e sociais globais. O posicionamento dos Estados Unidos – maior economia do Planeta e, também, seu maior poluidor –, ao praticamente ignorar a Conferência, colocou em

dúvida as formas de negociação e as tentativas de cooperação vislumbradas no Rio de Janeiro, podendo sinalizar o fim do ciclo decenal de conferências iniciadas em Estocolmo, 1972.

2.2.2 Conceitos e princípios do Ecodesenvolvimento

O conceito de Ecodesenvolvimento caracteriza-se como uma crítica à visão antropocêntrica que vigorava nas escolas econômicas, a qual caracterizava o homem como única referência, cabendo à Natureza uma condição de simples recursos produtivos, estando a forma e intensidade de utilização dos recursos naturais subordinadas aos interesses econômicos. (MONTIBELLER-FILHO, 2001:43). Contudo, o antropocentrismo constitui-se, ainda, como núcleo do conceito de Ecodesenvolvimento, estando os objetivos deste voltados ao atendimento e melhoria da qualidade de vida das populações humanas. O alcance do bem-estar humano, desta forma, passa por um tipo de desenvolvimento que relacione o crescimento econômico, a justa distribuição social dos recursos e a preservação ambiental; o conhecido “tripé” da sustentabilidade.

É importante realçar que a idéia de Ecodesenvolvimento não se trata de um modelo, mas um quadro conceitual no qual são discutidos padrões alternativos de uso de recursos e redefinição dos objetivos do desenvolvimento. Nesse sentido, a construção do estilo de desenvolvimento encontrar-se-á adaptada às condições ecológicas e físicas locais, pelas demandas sociais e pela incorporação da cultura autóctone no processo.

Desse modo, Sachs (1986) coloca que o conceito de ecodesenvolvimento tem que ser operacional, constituindo-se em uma diretiva de ação, uma filosofia de desenvolvimento cujo valor só pode ser julgado à luz da prática. Requer, portanto, esforços contínuos de pesquisa, acompanhados da ação e submetidos a uma reflexão crítica, a fim de que se instaurem retroações permanentes.

Adiante com esse entendimento, Raud (1998:254) aponta que a teoria não deve estar no “centro de gravidade” da noção de Ecodesenvolvimento, mas configurar-se como um ponto de apoio ao foco principal, que seria uma abordagem de planejamento e gestão.

Baseado nos trabalhos desenvolvidos no CIRED (Paris) e na FIPAD a partir de meados da década de 70, Vieira coloca que no contexto do ecodesenvolvimento, “toda estratégia deveria ser concebida e avaliada com base nos seguintes critérios: 1. prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação das necessidades básicas e promoção da equidade); 2. prudência ecológica (ou sustentabilidade ecológica); 3. valorização da participação e da

autonomia (self-reliance), e 4. viabilidade econômica”, todos os critérios vistos como interdependentes e não prioritários. (VIEIRA, 1995:58)

Leff (2000) considera que para se alcançar o propósito de bem-estar social das atuais e futuras gerações, a seleção e utilização dos recursos naturais devem estar baseadas em seu valor de uso para o atendimento das necessidades humanas, em vez de se priorizar o valor comercial dos insumos. As estratégias de ecodesenvolvimento fundamentam-se, assim, numa reorganização produtiva que integra os níveis de produtividade natural e tecnológica, pautando-se na conservação das estruturas ecológicas que garantam a produtividade sustentável dos recursos naturais e na intervenção tecnológica que modifique o ecossistema e produza aqueles recursos que contenham as matérias mais necessárias ao consumo humano.

Assim, o alcance dos objetivos do ecodesenvolvimento necessitaria de uma mudança na lógica capitalista de crescente produção de mercadorias e acúmulo de capital no curto prazo. Indica, também, a necessidade de um estilo de vida menos consumista e com menor desperdício de insumos e rejeitos. Conforme Leff:

Os princípios da gestão ambiental de desenvolvimento não só colocam a necessidade de estabelecer critérios ecológicos sobre o uso do solo e a distribuição da população no território, mas fundamentam-se na crítica das necessidades e dos padrões de produção e consumo induzidos pelo processo de crescimento acumulativo e pela lógica do lucro a curto prazo. (LEFF, 2000:125)

Além de tratar-se de uma forma alternativa de desenvolvimento que necessitaria de uma nova ótica nas relações econômicas, o ecodesenvolvimento baseia-se no princípio de autonomia dos povos, viabilizando o atendimento das necessidades sociais e da valorização da identidade cultural, respeitando-se os modos tradicionais de vida das comunidades. Na opinião de Leff:

Os princípios ambientais do desenvolvimento fundamentam-se numa crítica à homogeneização dos padrões produtivos e culturais, reivindicando os valores da pluralidade cultural e da preservação das identidades étnicas dos povos. Estes princípios éticos surgem como uma condição para concretizar projetos de gestão ambiental dos recursos naturais em nível local, que permitem alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável em escala global. (LEFF, 2000:112)

Montibeller-Filho (2001) destaca os princípios de equidades intrageracional, intergeracional e internacional como bases para o atendimento ao desenvolvimento sustentável. No mesmo sentido Leff coloca que:

O princípio da equidade é, pois, indissociável dos objetivos do desenvolvimento sustentável: mais que uma questão de solidariedade diacrônica, ou seja, de um compromisso com os direitos das gerações futuras de dispor de recursos para o seu sustento e desenvolvimento, trata-se de um princípio de equidade intrageracional, ou seja, de acesso dos grupos sociais atuais aos recursos ambientais do planeta. (LEFF, 2000:203)

Sachs indica que as aplicações do Ecodesenvolvimento são apropriadas para os níveis local e regional, pela maior possibilidade de levar-se em conta a diversidade de recursos e as aspirações e necessidades das pessoas, expressas por elas mesmas através do planejamento participativo, além de se poder encontrar um quadro institucional propício para a execução das estratégias de ecodesenvolvimento. (SACHS, 1986)

Para Sachs ao planejar-se o desenvolvimento, deve-se considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade:

- Sustentabilidade social, baseada em um desenvolvimento qualitativo, em que exista maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população;

- Sustentabilidade econômica, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial.

- Sustentabilidade ecológica, através de intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas, limitados à sua capacidade de carga e propósito socialmente válidos; limitação do consumo de combustíveis fósseis e recursos naturais esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais; redução do volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos e camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; intensificação de pesquisas e uso de tecnologias limpas; definição de regras para uma adequada proteção ambiental e rearranjo institucional e de instrumentos econômicos, legais e administrativos para assegurar seu cumprimento.

- Sustentabilidade espacial, voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, levando-se em consideração a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;

a destruição de ecossistemas frágeis e importantes por processos de colonização descontrolados; novas técnicas de agricultura regenerativa e agroflorestamento baseados na pequena propriedade, com apoio técnico e creditício; a industrialização descentralizada, associada a tecnologias de nova geração; reservas naturais para proteção da biodiversidade.

- Sustentabilidade cultural, buscando nas raízes endógenas as soluções adequadas ao ecodesenvolvimento, respeitando as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Reforçando a noção de sustentabilidade cultural, busca-se auxílio nas palavras de Enrique Leff:

Através dos valores culturais de uma comunidade, insere-se o potencial ecológico e tecnológico nos seus processos de trabalho, operando, assim, como uma força produtiva. Neste sentido, as instituições culturais – as formas de cooperação, o trabalho coletivo, a divisão familiar e social do trabalho, as regras de intercâmbio intercomunitários – definem a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável. (LEFF, 2000:131)

Destaca-se que todas as dimensões devem ser consideradas simultaneamente e de modo complementar no processo de planejamento para o Ecodesenvolvimento. Essa dinâmica deve ser mediada pelos diversos agentes sociais, ressaltando-se a necessidade da formação de um quadro jurídico, político e institucional que garanta a participação social em um jogo equilibrado de representação de interesses.

Por fim, a concretização das estratégias de Ecodesenvolvimento vai além da interconexão entre crescimento econômico/eqüidade social/preservação ambiental e a implementação de formas participativas de tomada de decisão na busca de autonomia das comunidades. Na opinião de vários autores⁵, o estilo de desenvolvimento sustentável só será alcançado a partir de profundas mudanças paradigmáticas.

Na visão de Leff (2000), o desenvolvimento sustentável é interdependente de uma mudança cultural, entendida a cultura como o conjunto de valores, ideologias e sistemas de significação que orientam os estilos de vida e assimilação e transformação da natureza pelas populações humanas. É a cultura, segundo o autor, que define a relação entre a sociedade e seu meio ambiente, definindo o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas. Nessa

⁵ Para este estudo, destacam-se as opiniões contidas nos trabalhos de Enrique Leff (2000) e Gilberto Montibeller-Filho (2001)

perspectiva, Leff anuncia que a mudança cultural enraíza-se nas próprias bases de uma nova racionalidade produtiva, que se concretiza através da articulação entre os sistemas de significação e os sistemas produtivos de formações socioeconômicas e grupos sociais específicos, em determinados contextos históricos e geográficos.

Ou seja, essa nova racionalidade produtiva é mediada pela cultura local e condicionada pelos potenciais e limites ecológicos de cada região. Uma nova racionalidade que admite as diferentes histórias, identidades culturais, estilos de vida e projetos de desenvolvimento das várias sociedades. Para Leff (2000), é a formação de uma *Cultura Ecológica* que levará a construção de uma nova *Racionalidade Ambiental*.

2.2.3 As diferentes apropriações do conceito de Desenvolvimento Sustentável

As estratégias de Ecodesenvolvimento emergiram num contexto de luta política, a partir das discussões sobre as possibilidades de novos estilos de desenvolvimento geradas no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972. Por um lado estavam os desenvolvimentistas, em contraponto os defensores do crescimento zero. O Ecodesenvolvimento surgia, então, propondo uma terceira via, baseada no potencial ecológico de diferentes regiões, na renovabilidade dos recursos naturais e na capacidade própria dos povos do Terceiro Mundo.

A crise econômica advinda nos anos 80 e o endividamento dos países de Terceiro Mundo, principalmente da América Latina, fizeram com que o enfoque principal para a resolução de seus problemas fosse o da recuperação econômica. Neste processo, configuram-se os programas neoliberais, ao mesmo tempo em que avançam e complexificam-se os problemas ambientais. Neste contexto, o discurso do Ecodesenvolvimento é suplantado pelo discurso do Desenvolvimento Sustentável. Apesar das afinidades em seus princípios, as estratégias de poder da ordem econômica dominante vão modificando o discurso ambiental crítico, para submetê-lo à racionalidade do crescimento econômico. (LEFF, 2000:263)

Neste sentido, Leff argumenta que a apropriação do discurso de desenvolvimento sustentável encontra-se atrelado aos discursos de interesse econômico e globalizante, no intuito de diluir a dicotomia entre o crescimento/desenvolvimento e o meio ambiente. À mudança de discurso segue uma mudança de estratégias que implica em uma redefinição dos atores no jogo de poder que tem como pano de fundo a apropriação da natureza. Dessa maneira, o Estado, reduzindo seu papel como planejador na corrente neoliberal, assume um

importante papel mediador entre os interesses globalizados do capital transnacional por um lado, e por outro, a população autóctone dos países subdesenvolvidos, ou de estados soberanos e comunidades autogestionárias. Segundo o autor, com a globalização econômica emergem lutas sociais pela propriedade e controle dos recursos naturais. Há uma confrontação entre a assimilação pelos mecanismos de mercado das condições de sustentabilidade e a reconfiguração política dentro da estratégia de comunidades em autogestionar seu patrimônio. (LEFF, 1998)

Montibeller-Filho (2001) cita que o termo “desenvolvimento é uma noção universalmente desejada e traz em si a idéia de progresso e melhoria”. De igual modo, sustentável é mais um adjetivo afixado ao conceito tradicional de desenvolvimento, tornando-o polissêmico. Dessa forma, a “sustentabilidade” é um conceito apropriado diferentemente por vários grupos sociais de interesse.

Segundo Leff (2000:244) “a questão ambiental gerou uma ampla consciência e uma elaboração conceitual que não teve dificuldades para adaptar-se ao discurso político do Estado. Contudo, o saber ambiental não conseguiu ainda romper os obstáculos epistemológicos da teoria econômica e das barreiras institucionais constituídas pela lógica do mercado”.

O autor conclui que o discurso do desenvolvimento sustentável “continua girando ao redor do pólo econômico, como um campo de externalidades, afastado do núcleo de poder que irradia uma racionalidade economicista”. (LEFF, 2000:245)

Camargo (2003) faz um estudo sobre diversos discursos de desenvolvimento sustentável, onde se percebe um entendimento de que tal conceito se sustenta no tripé crescimento econômico, equidade social e prudência ecológica, levando-se em conta as necessidades das gerações futuras. Para tanto, esse modelo de desenvolvimento passaria por uma mudança político-institucional, calcada em uma participação popular mais ampla e consistente nos processos de decisão. Porém, na análise da autora, apesar de existir um consenso em vários aspectos conceituais, pouco se conhece sobre a promoção, e particularmente, a introdução do desenvolvimento sustentável no âmbito dos planejamentos nacionais, regionais e locais.

Especificamente quanto à construção da noção de Ecodesenvolvimento, fruto da organização teórica e discursiva de Ignacy Sachs, assim como de suas estratégias para atingir os propósitos desse modelo de desenvolvimento, consideremos as análises pertinentes de Enrique Leff (2000:267-271). Para o autor, o discurso do Ecodesenvolvimento é, sobretudo,

prático, confiando que a eficácia das transformações resultaria das consciências individuais e do planejamento dos governos. A problemática ambiental aparece como passível de correção através da refuncionalização ecológica da Economia ou pela capacidade de incorporar a dimensão ambiental às práticas de planejamento dos governos. Contudo, segundo o autor, ao não oferecer uma análise teórica sobre os limites da racionalidade econômica e sua incorporação dos ideais ecológicos, o Ecodesenvolvimento não possibilita a construção de uma nova racionalidade, apenas responde a necessidade de ajustar a ordem internacional, para solucionar as externalidades do desenvolvimento capitalista.

Percebe-se no argumento apresentado a visão crítica de Leff a respeito da evolução do conceito do Ecodesenvolvimento, ressaltada nas palavras que seguem:

Não obstante a necessidade de gerar uma transformação produtiva sobre bases da sustentabilidade ecológica e da equidade social, as estratégias do Ecodesenvolvimento encontraram no seu caminho diversos obstáculos, muitos deles resultado de interesses opostos à transformação da racionalidade econômica dominante. A insuficiente fundamentação teórica e praxiológica das estratégias do Ecodesenvolvimento e do discurso ambiental, junto com a ambigüidade de suas propostas perante os processos de mudança social e os ajustes da racionalidade econômica, tiveram um efeito desmobilizador quanto a transformações mais eficazes, confundindo e dispersando as ações do movimento ambiental. (...) A falta de uma estratégia para transformar a racionalidade produtiva dominante retirou o sentido social de suas propostas e, com isso, a reorientação da investigação científica e as transformações institucionais necessárias para a construção de uma racionalidade social e produtiva, consistente com os objetivos da sustentabilidade e da gestão ambiental do desenvolvimento. (LEFF, 2000: 272-273)

Leff opina que “a desvinculação das estratégias do Ecodesenvolvimento e do discurso do desenvolvimento sustentável com as lutas sociais pela apropriação dos recursos, fez com que este apareça mais como uma resposta do Capital à atual crise ecológica (...) que uma práxis de transformação produtiva e de mudança social para criar as bases de um desenvolvimento equitativo e sustentável”. (LEFF, 2000:273) Segundo o autor, as estratégias e objetivos do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável são assimiláveis às necessidades do Capital quanto à racionalização ecológica, servindo como instrumentos de gestão e processos técnicos que reproduzem as condições da economia de mercado, ainda que, de maneira mais harmônica com as condições ecológicas do meio e com os valores culturais das comunidades. No entanto, ao requerer um conjunto de transformações institucionais, jurídicas e políticas para o desenvolvimento sustentável, isto vem desencadeando movimentos populares e mudanças sociais, pela autogestão das comunidades e pela construção de uma nova racionalidade social e produtiva. (LEFF, 2000:275-276)

Neste contexto, os obstáculos para o alcance do ecodesenvolvimento surgem sobretudo dos conflitos de interesses que opõem beneficiários desta mudança de racionalidade. O discurso do desenvolvimento sustentável pode ser apropriado, até certo ponto, pelas estratégias econômicas para a capitalização da Natureza. Essas estratégias de inserção da ecologia na economia vêm gerando condições que permitem a exploração capitalista dos recursos sob condições de sustentabilidade ecológica. O problema da ecologização da racionalidade capitalista, segundo Leff, está nos seus efeitos distributivos, o acesso social aos bens naturais e a propriedade dos meios naturais e tecnológicos de produção, que condicionam as formas de produção e a apropriação social da riqueza. (LEFF, 2000:273-283)

Exemplificando as condições necessárias para que o conceito de desenvolvimento se dê de forma sustentável, Sachs coloca a questão da seguinte maneira:

Não podemos nos contentar em buscar um crescimento pelo crescimento, na medida em que existem diferentes maneiras de se conceituar este processo. Crescimento selvagem é aquele que faz crescer a economia, mas gerando elevados custos sociais e ecológicos. Crescimento socialmente benigno é aquele que faz crescer a economia e gera pleno emprego, mas destruindo a natureza. Equivale àquilo que experimentamos na Europa durante o que se convencionou chamar de os 30 gloriosos anos do pós-guerra, a saber, crescimento forte, pleno emprego e destruição intensa da natureza, do meio ambiente. Finalmente, crescimento ecologicamente sustentável, mas socialmente insustentável, seria aquele no qual estamos tentando nos instalar hoje, pelo menos nos países industrializados. Nenhum desses tipos de crescimento nos serve. Estamos em busca de um quarto tipo, o único a merecer o nome de desenvolvimento. Ele conjuga crescimento econômico, geração de empregos e proteção adequada do meio ambiente. (SACHS, 1998:140)

Leff (2000) defende a necessidade da construção de um novo paradigma que se oponha a atual racionalidade economicista do capitalismo. Os objetivos dessa *Racionalidade Ambiental* vão além do resultado do balanço entre custos ecológicos e sociais e os benefícios econômicos conjunturais ou de curto prazo, e as oportunidades que a produção ecologicamente racional oferece aos lucros privados. Para se conseguir um desenvolvimento sustentável será necessário um complexo processo de transformações do conhecimento, das doutrinas econômicas e de valores sociais. Passa pela apropriação social da natureza e pelo direito de uso e gestão de seus recursos.

Porém, Leff aponta que é nas contradições das estratégias e objetivos do Ecodesenvolvimento que se abrem as possibilidades de uma nova racionalidade produtiva, onde o potencial ecológico, a equidade social e a diversidade cultural sejam os princípios que orientem a produção sustentável. Mesmo podendo ser apropriado em seu discurso pela racionalidade econômica, os objetivos do Ecodesenvolvimento estão vinculados a um

processo político de mudanças técnicas e sociais. No processo de implementação desta nova racionalidade produtiva – chamada por Leff de racionalidade ambiental – vão-se gerando conflitos políticos e mudanças sociais que podem levar a uma apropriação dos recursos naturais e do conhecimento técnico por parte das comunidades. Assim, a gestão participativa dos recursos ecotecnológicos e a nova configuração político-institucional decorrente das estratégias de desenvolvimento sustentável são fatores que podem contribuir para os objetivos de uma socialização do acesso aos recursos da Natureza, da distribuição da riqueza e da autonomia dos povos do Terceiro Mundo. (LEFF, 2000:273-283)

Afinal, concorda-se com as palavras de Paulo Vieira: “A busca de novos princípios e instrumentos para uma gestão racional da biosfera, à luz dos postulados interdependentes de equidade social, sustentabilidade ecológica, viabilidade econômica e autodeterminação política: não seria esta a mensagem essencial expressa na posição do ecodesenvolvimento?” (VIEIRA, 1998:219)

2.2.4 Ecodesenvolvimento, capitalismo e globalização

Uma das principais críticas dos autores que trabalham com a perspectiva do Ecodesenvolvimento em relação ao capitalismo funda-se na incapacidade deste sistema em vislumbrar o cenário no longo prazo, portanto, tornando-se de difícil execução os objetivos de prudência ecológica e equidade intergeracional.

Para Leff (2000), a racionalidade econômica do capitalismo – fundada na maximização do lucro e acumulação de capital a curto prazo, assim como na ordem jurídica do direito privado – não considera a dimensão de longo prazo dos processos ecológicos, que são os suportes físicos de todo o sistema produtivo, o que repercutiu na degradação ambiental e na desestruturação de valores humanos, sociais e culturais que estavam associados a práticas comunitárias de uso de recursos naturais.

O sistema capitalista levou a uma concentração de poder econômico e político e a construção de uma ordem internacional que homogeneiza os processos produtivos, padrões de consumo e dos estilos de vida, ou, conforme o autor citado, a uma *hegemonia homogeneizante*.

Nesse sentido, outra questão levantada pela proposta de ecodesenvolvimento refere-se ao consumo e estilo de vida como um dos cerne de conflito no mundo. Uma minoria, voltada para um pródigo estilo de vida se apoderou de grande parte dos recursos mundiais. No

sistema capitalista ocorre uma tendência ao aumento da produção, que decorre de uma maior utilização de recursos materiais e energéticos e da necessidade de um incremento do consumo. Desse modo, houve a exportação do consumismo concernente ao estilo de vida dos países industrializados para as nações em desenvolvimento, atreladas a um processo imitativo de incorporação de tecnologias para o incremento do sistema produtivo dos países de terceiro mundo. O que acontece é que para o atendimento às demandas de uma minoria, o sistema gera externalidades ambientais e sociais para a grande maioria que não têm condições de acesso aos recursos produtivos a aos bens materiais.

Como aponta Sachs:

Não existe nenhum critério estritamente objetivo para se distinguir o desenvolvimento do maldesenvolvimento (Sic). Estão em jogo juízos de valor, motivo pelo qual o planejamento do desenvolvimento deverá ser participativo. A experiência mostra, no entanto, que o maldesenvolvimento está freqüentemente associado ao crescimento imitativo, isto é, à tentativa de reprodução do caminho histórico seguido por países presentemente industrializados.(SACHS, 1986:53)

Leff (2000) coloca a questão da dependência tecnológica e de capital dos países da América Latina no recente processo de industrialização perante os países do Norte. A difusão do modelo tecnológico com alta demanda de capital prevaleceu sobre a pequena indústria e práticas produtivas tradicionais, aumentando o desemprego e o subemprego nessas regiões. Em âmbito rural, o uso intensivo da terra, a monocultura, e a prevalência de um modelo de produção agrária voltada à exportação e à produtividade em detrimento às unidades agrárias familiares e de subsistência, gerou um alto custo ecológico e a incapacidade das áreas rurais em criar empregos para seus habitantes, ocasionando o fenômeno do êxodo rural.

Na análise de Montibeller-Filho sobre as tendências relacionadas à utilização de matérias-primas e recursos energéticos não-renováveis, o autor aponta que mesmo com o ganho na eficiência energética e um melhor aproveitamento dos recursos produtivos, frutos dos avanços tecnológicos, a necessidade inerente ao sistema capitalista em expandir mercados e gerar maior produção cria uma tendência crescente à escassez dos recursos energéticos e materiais, além dos efeitos de degradação ambiental causados pelo uso de combustíveis fósseis e do esgotamento da fertilidade natural dos solos pela exploração excessiva da agricultura. (MONTIBELLER-FILHO, 2001:247-261)

A dependência tecnológica e a adoção dos padrões de consumo dos países industrializados na América Latina resultaram, historicamente, em conseqüências sócio-

ambientais que agravaram a condição de subdesenvolvimento dessa região: esgotamento do potencial produtivo ecológico natural em várias zonas, desequilíbrio no fluxo de capital Sul-Norte, aumento da dívida externa dos países latino-americanos, polarização social decorrente da má-distribuição da renda, falta de investimentos em educação e na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias endógenas, êxodo rural incessante, inchaço populacional nas cidades, crescimento urbano desordenado, déficit de moradia, falta de saneamento básico, aumento do nível de miséria absoluta, aumento da violência, poluição generalizada, epidemias, fome.

Outra crítica que se faz ao atual sistema econômico é a inviabilidade em se alcançar um desenvolvimento sustentável pela ótica neoliberal da eficiência da auto-regulação do mercado. Em um sistema fundado na acumulação privada do capital, a defesa de interesses próprios – sejam de grupos econômicos ou geopolíticos – tendem a prevalecer frente aos propósitos de distribuição mais justa da riqueza e da redução das desigualdades econômicas entre as nações.

Sachs aponta para a necessidade de uma regulação externa da economia de mercado: “O crescimento pela desigualdade, baseado em uma economia de mercado sem controles, pode somente aprofundar a cisão entre Norte e Sul e a dualidade interna de cada sociedade”. (SACHS, 1993:19)

Nessa perspectiva, na opinião de Leff:

O progresso impulsionado pela acumulação do Capital e a lógica do mercado, antes de alcançar o pleno emprego e uma justa distribuição da riqueza, gerou um processo de crescimento econômico caracterizado por um intercâmbio desigual entre as nações, nisto acompanhado de uma forte polarização e marginalização social, assim como por um incremento da pobreza, estreitamente associado com a degradação do ambiente, a destruição da base de recursos e a desintegração das organizações culturais fundadas nas suas identidades étnicas e suas práticas tradicionais. (LEFF, 2000:125)

Leff argumenta que os países do Sul – o que chama de civilização dos trópicos – no processo de colonização e integração ao mercado mundial, sofreram com a degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social, fundada na troca desigual de bens primários contra mercadorias tecnológicas. O autor aponta que as conseqüências geradas nesse processo converteram-se em um custo econômico e político do projeto de globalização. Em contraponto, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, as diversidades ecológica e cultural aparecem não só como princípios éticos e como valores não-mercantilizáveis, mas como potenciais produtivos que integram um sistema de recursos naturais, culturais e

tecnológicos, orientados à satisfação das necessidades básicas da sociedade. (LEFF, 2000:95-96)

Atendo-se a questão do processo histórico de troca desigual de bens e mercadorias entre os países pobres e as nações industrializadas, levantada por Leff, busca-se apoio na definição de troca ecológica e economicamente desigual apontada por Montibeller-Filho:

A troca ecologicamente desigual, (...) implica que o pagamento recebido pela venda de um produto, como uma matéria-prima, por exemplo, não compensa a desordem física e social deixada no local da sua extração ou produção, nem o esgotamento da disponibilidade do bem (o que pode ocorrer inclusive no caso de recursos naturais renováveis quando sua exploração não se dá de forma sustentada). (MONTIBELLER-FILHO; 2001:262)

Combinando-se à troca ecologicamente desigual a questão da baixa remuneração em países ou regiões pobres – a troca economicamente desigual se dá pelo fato de que mercadorias contendo igual quantidade de trabalho socialmente necessário são intercambiadas por preços diferentes, ou seja, o mesmo trabalho é remunerado com valores desiguais – tem-se a troca eco-econômica desigual. (MONTIBELLER-FILHO; 2001:268-269)

Desse modo: “A troca ecológica e economicamente desigual, é, então, o mecanismo econômico de exploração da força de trabalho e empobrecimento de setores acompanhados da destruição dos seus recursos naturais”. (TOLEDO, apud MONTIBELLER-FILHO; 2001:272)

2.3 Planejamento para o Ecodesenvolvimento

O Ecodesenvolvimento, em seu propósito de alcançar o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, necessita a criação de novos modelos institucionais e o fortalecimento das representações sociais. O domínio do planejamento para o ecodesenvolvimento encontra condições privilegiadas para sua implementação em base comunitária e local.

Nesse contexto, o conhecimento da comunidade sobre os ecossistemas locais, suas formas tradicionais de adaptação ao ambiente e uso dos recursos, enfim, sua cultura deve ser valorizada no processo de desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (1986) a criatividade das pessoas é um conceito chave para o êxito do planejamento do ecodesenvolvimento, pois responde à necessidade de encontrar soluções locais específicas em seus diversos contextos políticos, sócio-econômicos, culturais e ecológicos.

Nesta perspectiva Leff faz a seguinte consideração:

Está-se consolidando um consenso cada vez mais amplo, que situa no nível local as raízes da sustentabilidade do ecossistema, da comunidade e do município, pois é ali que se definem as condições ecológicas, políticas e culturais do desenvolvimento sustentável. Deste modo, coloca-se uma política de fortalecimento das comunidades, para fazer surgir, a partir das bases sociais e populares, a construção de uma globalidade e modernidade alternativas. (LEFF, 2000:191)

O codesenvolvimento propõe uma nova forma de articulação entre os agentes econômicos, as políticas públicas e a sociedade civil organizada, através da criação e institucionalização de espaços de gestão participativa e democrática em contrapartida ao tradicional enfoque de planejamento centralizado. Conforme Sachs:

Nenhum dos três grupos de agentes pode realizar a tarefa isoladamente. A articulação dos espaços de desenvolvimento – local, regional, nacional e transnacional – e o equilíbrio adequado entre as considerações de curto e longo prazos são incompatíveis com a atuação irrestrita das forças de mercado, com o tratamento burocrático de cima para baixo dessas questões pelo Estado e, ainda, com o gerenciamento exclusivo das complexidades do desenvolvimento por iniciativas originadas das bases. (SACHS, 1993:38)

Percebe-se no comentário anterior que Sachs levanta, também, a questão da necessidade de articulação entre a esfera local e regional com o plano macro da geopolítica. O autor segue sua argumentação:

Políticas públicas que estimulem e apoiem as iniciativas locais devem ocupar um papel muito importante no conjunto de políticas de desenvolvimento sustentável. Mas a globalização da economia mundial na era da informação torna impossível conceber as estratégias de desenvolvimento em termos de mera justaposição de comunidades autocontidas e autocentradas. (SACHS, 1993:39)

A gestão socioambiental e suas interações dependem também da forma como estas são abordadas nas políticas setoriais de desenvolvimento. Gallopín faz a seguinte observação a esse respeito: “as políticas puramente setoriais são incapazes de prover a solução de problemas complexos [...]; é comum que mesmo o resultado positivo de uma política setorial implique num agravamento do problema geral, devido às reverberações que transmitem por todo o sistema”. (GALLOPÍN apud LEFF, 2000:193)

Seguindo com a questão do desenvolvimento local e participativo e sua articulação com as esferas regional, nacional e até, internacional, trata-se de resumi-la apoiando-se na visão de Ignacy Sachs:

A ênfase no desenvolvimento local e no fortalecimento do poder civil não deve ser mal interpretada, servindo de justificativa para o Estado nacional e a comunidade internacional se ausentarem dos processos de desenvolvimento. Ao contrário, essa ênfase lhes impõe a tarefa urgente de estabelecer formas inovadoras de políticas de apoio às iniciativas locais, proporcionando, a tempo, o acesso aos recursos necessários para superar os obstáculos à plena utilização de recursos, potencial humano, talentos e entusiasmos locais. Para serem efetivas, as estratégias do ecodesenvolvimento local exigem, em âmbito supralocal, um amplo conjunto de políticas públicas, que variam desde a pesquisa e a comunicação até a provisão de infra-estrutura material, o acesso preferencial a técnicas ambientalmente favoráveis e ao financiamento e, enfim, a regulação do mercado. Os complexos desafios do ecodesenvolvimento socialmente equitativo e ambiental e economicamente viável não serão resolvidos em uma economia de *laissez-faire* por meio de uma sucessão de decisões locais descoordenadas e de curto prazo, justificadas pelo conceito um tanto vago de 'subsidiaridade'. (Sachs, 1993:66)

Atendo-se a crítica anterior de Sachs sobre auto-regulação do mercado no contexto do ecodesenvolvimento, o autor coloca que uma “economia civilizada de mercado” exige um conjunto de regras que não emergirá da pura e simples dinâmica das forças de mercado, requerendo boas doses de planejamento estratégico e flexível. (SACHS, 1993:38)

Para Leff “os mecanismos de mercado são insuficientes para gerar as condições de crescimento econômico sustentável sem a intervenção do Estado, e esses agentes juntos são incapazes de assegurar o bem-estar das maiorias e uma distribuição equitativa da riqueza, sem a participação direta da sociedade na gestão de seus recursos produtivos”. (LEFF, 2000:191)

Segundo Sachs, a tomada de consciência ecológica estimula abordagens novas do instrumental econômico, menos suscetíveis de formalização do procedimento neoclássico, mas, que restituem à economia seu caráter político.

Desse modo, defendendo a politização da economia, Sachs coloca da seguinte forma:

Destronar a economia significa reconhecer a primazia do político; não para se dar vazão a um voluntarismo desenfreado, mas para se avançar no sentido de uma gestão democrática e transparente dos recursos e da concretização dos objetivos a serem fixados coletivamente no contexto de uma economia negociada e contratual, ajustada tanto às aspirações e necessidades reais dos cidadãos, quanto às potencialidades do meio ambiente (SACHS, 1998:162)

Ou, nas palavras de Montibeller-Filho (2001:289): “é a pressão social sobre a economia quem consegue fazer com que esta assuma, embora nunca integralmente, os custos sociais (nos quais incluem os ambientais)”.

Ou seja, politizar a economia significa problematizar as decisões econômicas – inerentes ao planejamento – inserindo as repercussões dessas medidas na qualidade do ambiente e os custos sociais dela decorrentes. Isso mediado pela participação dos grupos sociais interessados.

Dessa forma, o ambiente é uma dimensão do desenvolvimento e deve ser internalizado em todos os níveis de decisão, sob sua tripla forma de potencial de recursos, de espaço ordenável e de qualidade do meio. O ambiente deve ser introduzido no planejamento em dois níveis diferentes: como objeto que exige ações específicas realizadas através da gestão ambiental e como uma dimensão pertinente a quaisquer decisões de planejamento em todos os setores da economia.

2.3.1 Ecodesenvolvimento e gestão ambiental

O sistema capitalista trata o meio ambiente como mero estoque de recursos naturais, tendo seus critérios de exploração da natureza baseados na otimização – fruto do paradigma analítico-reducionista – de racionalidade econômica, ou seja, a idéia “mágica” da produtividade. Segundo Sachs:

Os atuais padrões de uso de recursos, sob o domínio do mercado, orientam-se pela maximização do lucro econômico a curto prazo. Os recursos e os espaços são considerados exclusivamente do ponto de vista de disponibilidade e preço. Os desequilíbrios ecológicos só preocupam na medida em que criem externalidades negativas nos processos de produção, sendo, por conseguinte, tratados gradualmente e em base remediadora. (SACHS, 1986:50)

Sachs aponta o duplo imperativo ético da sustentabilidade: a solidariedade sincrônica, com a geração atual e a solidariedade diacrônica, com as gerações futuras. Cita a preocupação com uma terceira preocupação ética: o respeito pela inviolabilidade da natureza, conforme as palavras de Kothari: “O respeito à diversidade da natureza e a responsabilidade em conservar essa diversidade definem o desenvolvimento sustentável como um ideal ético. A partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça”.(KOTHARI apud SACHS, 2002:67)

Seguindo os ideais apontados por Sachs e Kothari, Enrique Leff cita as possibilidades inerentes à gestão ambiental para o desenvolvimento:

Dos princípios da gestão ambiental e do manejo integrado de recursos emerge a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva; uma economia baseada na diversidade biológica da Natureza e na riqueza cultural da Humanidade. Isto implicará a necessidade de legitimar os direitos e fortalecer politicamente as comunidades, dotando-as, ao mesmo tempo, de uma nova capacidade técnica, científica, administrativa e financeira para a autogestão de seus recursos produtivos e para tornar viável o manejo produtivo da biodiversidade, num projeto alternativo de desenvolvimento. (LEFF, 2000:78)

Concomitante à crise ambiental gerada pelo modo de exploração capitalista da natureza, surge o dilema entre crescimento e meio-ambiente, trazendo a polarização – na década de 70 – entre os desenvolvimentistas e os conservacionistas⁶.

No contexto apresentado, o ecodesenvolvimento emergia como uma terceira via, aliando o crescimento econômico à prudência ecológica. Dessa forma, possui uma idéia crítica à visão ecologista ou conservacionista da natureza, conforme exposto por Sachs:

A conservação pela conservação, levada aos derradeiros limites, redundaria na negação do antropocentrismo subjacente em todas as culturas humanas e na maioria das nossas filosofias – a preocupação primordial do homem com a sobrevivência, se não com o progresso, da humanidade. Atingidos esses limites extremos, o genocídio total será, de longe, a maneira mais prática de libertar o planeta, de uma vez por todas, da sua espécie mais predadora: a humanidade. (SACHS, 1986:53)

A abordagem do ecodesenvolvimento critica a conservação dos ecossistemas por meio de reservas naturais que excluem as atividades humanas. Considera que o uso produtivo dos recursos naturais pode respeitar os ciclos e as limitações ecológicas, ajudando a melhorar as condições sociais de várias parcelas pobres ou marginalizadas.

Nesse sentido, Sachs (2002:72-73) aponta a conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento, dependendo para sua implementação de um esforço em três sentidos:

- identificar, criar e desenvolver alternativas sustentáveis de recursos de biomassa e renda;
- envolver as pessoas que vivem no entorno das áreas protegidas, nos planos de conservação e na gestão da área;
- cultivar a conscientização da comunidade local quanto ao valor e necessidade de proteção da área, assim como aos padrões de sustentabilidade de um crescimento local apropriado.

Abordando o direito ao acesso e uso dos recursos naturais por parte das comunidades e a necessidade de uma nova forma de utilização da natureza pelo sistema produtivo, que induza ao desenvolvimento sustentável, Leff argumenta que “a questão ambiental requer a

⁶ Os desenvolvimentistas entendiam que os problemas sociais e ambientais poderiam ser sanados através do crescimento econômico e posterior distribuição das riquezas, acreditando, também, no desenvolvimento tecnológico para a resolução dos problemas ambientais. Já os conservacionistas seguiam várias linhas, inclusive a do chamado crescimento-zero.

construção de novas bases jurídicas, fundadas nos bens comuns e nos direitos das coletividades”. Isto implicaria não só em dar condições à participação cidadã na gestão ambiental, mas em outorgar direitos de propriedade patrimonial e comum às comunidades ao acesso, apropriação e gestão coletiva de seus recursos e territórios.

Viera & Weber (2002) defendem a gestão de recursos naturais baseada em um enfoque patrimonial⁷. O enfoque patrimonial recorre ao paradigma sistêmico, visando à avaliação da degradação ambiental de modo que ocorra a consideração simultânea de fatores ecológicos e humanos. Apontam que a dinâmica essencial dos processos de tomada de decisão passa a ser entendida como um sistema patrimonial de negociações, onde estão incluídos atores individuais e coletivos que se reconhecem portadores de diferentes representações da relação sociedade-natureza. No enfoque patrimonial, a constituição de uma nova ordem de interações, através de fatores que condicionem uma mudança de percepção e de comportamento a um número substancial e diversificado de atores sociais quanto à preservação do patrimônio comum, passa a constituir um requisito essencial para o êxito dos processos de negociação. Para uma gestão patrimonial dos recursos naturais existe, também, a necessidade de novos arranjos institucionais que fomentem a participação de maior número possível de cidadãos nos processos decisórios, resultantes de negociações de interesses e conflitos plurais entre os atores.

Outro tema de importância na gestão ambiental é a forma de tecnologia empregada no sistema produtivo e sua intensidade de uso. A tecnologia para a produção, em particular, e o conhecimento científico, em geral, devem ser direcionados para a minimização dos impactos ambientais e, principalmente, devem ser empregados de modo a incorporar os modos tradicionais de uso dos recursos pelas comunidades, com o fim de desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao contexto local, em sinergia com os diferentes saberes e democratizando o conhecimento científico.

O conhecimento das especificidades geofísicas e biológicas locais é fundamental para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para dar suporte ao manejo produtivo sustentável. Na opinião de Leff:

Todo o projeto de administração científica de um ecossistema deve partir de uma caracterização da sua estrutura funcional, da interconexão dos elementos, ciclos e variáveis que o constituem, com o fim de manter aquelas relações que têm caráter fundamental sobre sua estabilidade e produtividade para o

⁷ Para saber mais sobre a abordagem patrimonial, ler, também, Vieira et al. 1998

aproveitamento de seus recursos naturais, estabelecendo, assim, os níveis de exploração e as formas tecnológicas apropriadas para sua transformação em valores de uso. (LEFF, 2000:60)

Concernente ao propósito de sustentabilidade, o uso de energia renovável sob todas as suas formas: solar, eólica, biomassa, ao minimizar o consumo de recursos energéticos exauríveis, também é enfatizado nas estratégias de ecodesenvolvimento. Agregue-se a necessidade de uma política de recursos energéticos e materiais:

A escolha de tecnologias apropriadas e economicamente viáveis é crucial para o sucesso do jogo de harmonização. (...) A escolha de técnicas determina, em grande medida, os padrões de uso de recursos. Por isso, cabe incluir, entre os critérios de seleção de tecnologias, linhas derivadas de políticas de recursos. Uma política de recursos ambientalmente sustentável deveria ter em mira minimizar a destruição do capital natural, o que seria viável mediante: o aumento da durabilidade de bens obtidos através de recursos não-renováveis; a reciclagem; o uso, sempre que possível, de recursos renováveis, em substituição aos não-renováveis; e a transformação do lixo em riqueza. (SACHS, 1986:78-79)

Finalmente, a gestão ambiental abre novas possibilidades para o planejamento territorial e regional. Integra os conceitos e métodos da Geografia, da Ecologia e da Economia, com o fim de estabelecer um zoneamento para o manejo integrado dos recursos. É necessária a conjugação de fatores diversos, como as condições geográficas, vocação dos solos, ciclos e produtividade ecológica, organizações culturais, no contexto político e econômico em que se desenvolvem e num espaço geográfico determinado. (LEFF, 2000:248)

2.3.2 Ecodesenvolvimento, gestão urbana e desenvolvimento local

Dos autores abordados até aqui – reconhecidos nessa pesquisa como pesquisadores influenciados pelo referencial teórico-metodológico da linha do Ecodesenvolvimento – a questão da gestão urbana não havia sido tratada de modo mais aprofundada, fazendo parte apenas de um contexto mais amplo, inserido no planejamento para o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

Para complementar o referencial sobre urbanismo e desenvolvimento sustentável, será utilizada a obra organizada pela CEPAL (2003), *Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*, por tratar-se de um organismo internacional relevante, pertencente à ONU, que possui o papel de articular as políticas de desenvolvimento entre os países da região.

Dessa forma, serão utilizados apenas os conceitos pertinentes à referida obra que, no entender desse autor, coincidam ou complementem o quadro teórico e discursivo do

Ecodesenvolvimento⁸, especificamente no que se trata da nova gestão pública e da intervenção para a pobreza urbana.

Em linhas gerais, o Ecodesenvolvimento questiona a tendência urbanística de formação de megalópoles, condizentes a um estilo de desenvolvimento calcado na centralização econômica e na concentração de poder. Aborda a homogeneização cultural e de estilos de vida, provenientes da racionalidade capitalista na qual insere-se a configuração urbana das grandes cidades. Coloca a necessidade em se planejar a ocupação espacial de modo a contribuir para a descentralização da produção e do consumo, distribuindo pequenos assentamentos urbanos em regiões menos populosas e, mesmo, distantes geograficamente dos principais centros econômicos.

Na opinião de Leff (2000), uma das conseqüências da racionalidade econômica foi o desenraizamento das comunidades tradicionais, o processo de migração para as cidades, os assentamentos precários, desemprego, a aglomeração, a insalubridade e a segregação social nas grandes metrópoles.

Já para a CEPAL⁹ há um novo entendimento no âmbito da América Latina, o qual redireciona o discurso que até então identificava as cidades como o principal lugar dos problemas socioeconômicos decorrentes da rápida urbanização e do êxodo rural. Enfatizam que com o devido aproveitamento das economias urbanas e a diminuição das externalidades negativas, as cidades podem contribuir como “motor” do desenvolvimento das economias regionais e minimizar os problemas socioambientais. (BÁRCENA E SIMIONI, 2003)

Entende-se a importância das cidades como pólos de desenvolvimento regional, não obstante, assume-se, no presente estudo, a posição do ecodesenvolvimento da necessidade de uma distribuição mais racional da urbanização no território regional e nacional – aproveitando-se das características ecológicas e sociais locais para dinamizar as economias regionais através da criação de *clusters*¹⁰ – contra a realidade, até então encontrada, de

⁸ A principal diferença entre o pensamento encontrado no referencial teórico contido no Ecodesenvolvimento e o da CEPAL encontra-se na maneira como é abordado o tema da globalização. Enquanto o Ecodesenvolvimento (ver item 2.2.4) apresenta uma postura crítica sobre a forma como a globalização reafirma a ordem internacional, a CEPAL considera que esse movimento globalizante da economia abre novas possibilidades para os países latino-americanos, trazendo perspectivas de uma reestruturação urbana que melhore a eficiência produtiva das cidades, aproveitando-se de suas vantagens competitivas, de seus capitais humanos e naturais para inserir-se na economia global e melhorar as condições sociais e ambientais locais.

⁹ Refletindo o entendimento dos governos da região sobre o tema, contido no Plano de Ação Regional, apresentado pela CEPAL no contexto do Programa Hábitat (Hábitat+5) realizado em Nova Iorque em junho de 2001, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

¹⁰ A idéia de clusters baseia-se na concentração geográfica de determinado setor produtivo ou econômico. O processo é organizado em base local e as atividades são desenvolvidas em parceria e cooperação entre Estado e

metropolização das cidades, em especial, o rápido crescimento das cidades de porte médio, o que, na opinião deste autor, acarreta em deseconomias para a região. O ideal seria um crescimento urbano “pulverizado” no território, gerando uma cadeia de cidades de pequeno e médio portes, geograficamente próximas, aproveitando suas complementaridades para a formação de uma rede urbano-rural de desenvolvimento regional.

Portanto, para a abordagem do ecodesenvolvimento a configuração urbana deve se dar de maneira a equilibrar as oportunidades e vantagens econômicas com as necessidades de distribuição equitativa dos recursos e do justo direito das populações ao acesso à infraestrutura, serviços e habitação digna. Em âmbito regional, a descentralização da produção e do consumo entraria no propósito de incentivar o desenvolvimento de cidades pequenas e médias, assim como na interiorização da urbanização, a fim de reverter o êxodo rural e o inchaço das metrópoles.

Para Balbo (2003), os municípios encontram – no atual contexto de centralidade política dos governos locais e de inserção na economia global – o duplo desafio de, por um lado, suprir as demandas de novas infra-estruturas que se fazem necessárias para colocar a cidade em condições de competitividade no mercado internacional e atrair investimentos e, por outro lado, tem-se a questão do direito à cidade, estendendo o acesso de toda a população aos bens e serviços urbanos e enfrentando o problema da crescente exclusão social. Por um lado prioriza-se interesses privados, por outro a gestão dos problemas sociais.

Tal argumento traz à tona a questão do desenvolvimento local e de como serão definidas as suas prioridades e governabilidade. Raud (1998) coloca que a abordagem do desenvolvimento local ou endógeno inicia-se no final dos anos 60 em reação ao fracasso das políticas de desenvolvimento baseadas nos pólos de crescimento e nos incentivos fiscais, e associadas às teorias do desenvolvimento polarizado. Debatia-se a busca de atendimento de três requisitos essenciais: redução dos níveis de miséria, autonomia política e descentralização, e o fortalecimento da dimensão comunitária e territorial do desenvolvimento.

A autora segue dizendo que o Ecodesenvolvimento surgia com uma nova síntese dessa abordagem, colocando a gestão ambiental como componente fundamental na questão do desenvolvimento, porém, “as temáticas essenciais continuam girando em torno da autonomia

sociedade. Portanto, o conceito de cluster possui como principais elementos a 1) aglomeração como idéia de conjunto inter-relacionado e geograficamente concentrado, 2) a afinidade de empresas que se complementam na cadeia produtiva, desde o insumo até o consumidor final e 3) a articulação entre os atores envolvidos, estimulando, por um lado, a sinergia e a colaboração e, por outro, a competitividade e especialização.

decisória em nível local e da procura de novas estratégias ajustadas à realidade de cada contexto sócio-ambiental, a serem elaboradas e implantadas mediante sistemas de planejamento descentralizado e participativo”. (RAUD, 1998:257)

A respeito da governabilidade local, Ricardo Jordán (2003) coloca que sua eficiência administrativa se relaciona ao uso eficiente dos recursos públicos e com a capacidade de harmonizar os diversos interesses e demandas sociais. Nesse sentido, instituições que promovam a articulação e a participação social tornam-se importantes fatores para o desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos. Quanto ao fortalecimento do processo decisório em nível local, diz o autor:

Un aumento de la conciencia con respecto al valor del bien público y cambios en los sentidos de pertenencia e identidad territorial, abren paso a que la comunidad, como sujeto, y la ciudad, como marco de gestión, reemplacen en cierta medida al Estado formal y tradicional. Se compone así un nuevo sistema de decisiones sobre el desarrollo humano, que fortalece las microdecisiones en las comunidades y localidades, articuladas con las de carácter macro. (JORDÁN, 2003:44)

Porém, Balbo (2003) considera que os governos municipais da América Latina ainda não conseguiram se adaptar às novas demandas de governabilidade. Coloca que a transferência de responsabilidades para os níveis locais não foi acompanhada de uma adequada transferência de recursos financeiros e técnicos e nem de uma efetiva delegação de poder de intervenção. Continua argumentando que, especialmente as regiões metropolitanas, não estão dotadas de instituições e capacidades necessárias para a gestão das novas complexidades territoriais, decorrentes das demandas de adaptação competitiva geradas pela globalização econômica e o agravamento das desigualdades sociais devido à redução do papel do Estado e da privatização da gestão pública frutos das políticas neoliberais.

Balbo (2003) coloca entre os principais problemas contemporâneos das grandes cidades latino-americanas o agravamento das diferenças sociais nas últimas décadas. Segundo o autor, a “urbanização da pobreza” contribuiu para a produção de cidades fragmentadas, divididas, onde diferentes contextos econômicos, sociais e culturais não encontram espaço para articular-se, ou mais, o próprio modelo de urbanização encontrado atualmente é desenvolvido de modo a criar distintas realidades autônomas e independentes.

A pobreza nas cidades caracteriza-se por situações específicas e complexas, apresentando diferenças entre os municípios e no interior dos mesmos. Em geral, a pobreza urbana está vinculada aos baixos ingressos financeiros das famílias, porém, podem apresentar distintas relações com 1) a exclusão urbana: que se faz sentir nas relações sociais, de poder

político, e no plano cultural; 2) com a segregação: representada em sua expressão espacial de separação entre áreas nobres e regiões carentes; e 3) com a informalidade: tanto econômica como de moradia (residências e assentamentos irregulares). (MAC DONALD, 2003)

Mac Donald (2003) aponta que a maioria dos governos locais está em posição privilegiada para assumir uma postura central na intervenção da pobreza. Os municípios podem identificar as necessidades e as áreas prioritárias para os investimentos sociais, e dispõem de atribuições no campo da planificação territorial e urbana do espaço local. Contudo, o autor também considera as limitações do espaço de manobra das municipalidades, como o escasso nível de recursos, condicionados à alta dependência de transferência do governo central e estadual. Portanto, torna-se premente a articulação entre as políticas setoriais dos governos de âmbito federal e estadual e a inserção política dos governos locais – incorporando o planejamento participativo – nas ações de combate à pobreza.

A postura dos governos locais deve ser, primeiramente, de defesa das classes menos privilegiadas. Neste aspecto, os instrumentos de planejamento urbano e territorial devem levar em conta não apenas critérios técnicos, mas que incluam alternativas que possam conciliar tais critérios aos de equidade urbana, como: o controle da especulação imobiliária e o direito de acesso ao solo urbano pelas famílias pobres. Outro avanço seria o compromisso do governo local em investir mais nas áreas menos privilegiadas. O planejamento participativo parece ser uma solução adequada nesse sentido, atribuindo poder de decisão às comunidades quanto à definição de prioridades de investimento, dotação orçamentária e, mais ainda, permitindo a todos os cidadãos que conciliem os diversos interesses na construção de um ideal de cidade. A agenda urbana para o combate à pobreza passaria pela capacidade de articulação, eficiência institucional e financeira e legitimidade das ações governamentais ante a comunidade. (MAC DONALD, 2003)

Diante dos desafios apresentados, a nova gestão urbana requer mudanças nos aspectos tradicionais da gestão pública. Passar da ênfase à hierarquia para a formação de redes; do “público *versus* privado” para o “público *mais* o privado”; do comando e controle à negociação e persuasão; das habilidades de administração para as de facilitação. (HERZER E PASSALQUA, 2003:164). A participação social é um processo de aprendizado que se apreende apenas com a experiência. (SACHS, 1986) Deve-se assumir os riscos, nesse processo de aprendizado, do eventual uso do poder público local para a legitimação de interesses setoriais, particularmente, empresariais. O desenvolvimento de técnicas e métodos

de gestão participativa mais equitativos e eficientes é o que se coloca ao meio político e acadêmico. (HERZER E PASSALQUA, 2003:164)

2.3.3 Ecodesenvolvimento como base para a gestão do turismo

O Ecodesenvolvimento considera diversos contextos – o social, o cultural, o econômico, o ecológico e o espacial – em seu planejamento, todos eles vistos de maneira inter-relacionada. A política, como campo de articulação dos agentes sociais e mediação dos diversos interesses, pode ser considerada mais uma dimensão inserida no processo de desenvolvimento sustentável.

Esta nova proposta de desenvolvimento traz relevantes contribuições à gestão do turismo. A temática do turismo vem sendo tratada prioritariamente em seu viés de atividade econômica, a *indústria do turismo*. (SAMPAIO, 2004). A inserção do desenvolvimento em um contexto mais amplo, que considera o equilíbrio entre o crescimento econômico, a prudência ecológica e a equidade social, diverge em seus princípios da racionalidade economicista até então predominante.

O planejamento para o ecodesenvolvimento traz consigo a necessidade de uma nova conformação político-institucional, baseada na descentralização política e de poder e trata, também, da inserção da variável ambiental em todos os processos de planejamento.

Nesta perspectiva, a preocupação com a qualidade ambiental e o planejamento participativo – que traz o cidadão e o município para o centro das decisões políticas – acarreta a necessidade de uma intersecção entre as variáveis ambientais, sociais, políticas e econômicas em um planejamento para o desenvolvimento local. Em outras palavras, no âmbito municipal, o planejamento deve levar em conta a inter-relação da gestão urbana e ambiental para que se atenda o propósito da sustentabilidade.

Com esse entendimento, o desenvolvimento sustentável da atividade turística em um município¹¹ encontra-se vinculada a um contexto maior, envolvendo a gestão urbana e a gestão ambiental. Assim, questões como desenvolvimento local, autonomia comunitária,

¹¹ Para esta pesquisa, escolheu-se trabalhar a idéia de turismo sustentável local no âmbito municipal, destacando-se o caráter urbano onde a atividade turística será desenvolvida. Optou-se por essa posição primeiramente por esse estudo ter como objeto de análise o município de Florianópolis, e também, para desvincular o conceito de turismo sustentável dos conceitos de ecoturismo ou turismo de natureza, os quais podem ser confundidos como segmentos mercadológicos do turismo e, dessa forma, apropriados por interesses econômicos privados.

participação social e qualidade ambiental devem fazer parte dos objetivos pretendidos em uma gestão da atividade turística.

O desenvolvimento turístico local, portanto, será planejado, decidido e regulado no próprio município. O governo local deverá garantir as condições institucionais e fortalecer a participação e representatividade das três esferas de poder: o estado, o mercado e a sociedade civil. A sociedade local articulada – mediada pela cultura autóctone e adaptada às características urbanas e ecológicas da localidade – encontrará as condições e os meios necessários para o desenvolvimento sustentável.

O ecodesenvolvimento destaca a relação entre a cultura local e o modo tradicional de apropriação dos recursos naturais como condição pertinente para o desenvolvimento econômico e social equilibrado com o meio-ambiente. Segundo Leff:

... as práticas de uso múltiplo e integrado dos recursos, fundadas em ¹² normas culturais e saberes tradicionais, levam a decodificar a variedade de diversos micro-ambientes, desenvolvendo práticas produtivas que não só preservem a biodiversidade, mas que aumentem o nível de auto-satisfação das necessidades materiais da comunidade. A natureza converte-se, assim, num recurso econômico e num patrimônio cultural.(LEFF, 2000:122)

Traduzindo-se para a gestão do turismo em localidades habitadas por populações tradicionais, a revalorização dos modos autóctones de produção e organização sociocultural e o conhecimento da história e dos ambientes naturais por membros da própria comunidade são fatores que devem ser aproveitados no desenvolvimento de um turismo que integre os saberes tradicionais e suas práticas produtivas aos produtos turísticos, formando uma ampla cadeia produtiva de base local, contribuindo para a geração e distribuição da renda nas comunidades onde a atividade turística ocorre, assim como, na preservação do patrimônio natural e cultural.

Enfim, a noção de desenvolvimento sustentável considera o espaço local – em seus diversos elementos constitutivos: o social, o ecológico, o geográfico, o econômico – como espaço privilegiado para a constituição de mecanismos e experiências para o desenvolvimento. Nesta perspectiva, os cidadãos são considerados profundos conhecedores da realidade local e podem, através de mecanismos participativos, contribuir para que as decisões governamentais atendam aos desejos da comunidade (SAMPAIO, 2004). Entretanto o espaço local não se encontra desvinculado do contexto macro – regional, nacional e internacional. É

¹² No texto original “nestas normas culturais”, pois Leff se referia às práticas relacionadas à culturas tradicionais indianas.

da relação de dupla via entre a centralidade local e a influência do cenário global no processo de desenvolvimento que se condiciona o planejamento e a gestão urbana e turística.

Os municípios encontram-se, assim, na necessidade em atender os propósitos do desenvolvimento local – por meio de seus próprios recursos e com autonomia gestonária – e, ao mesmo tempo, inserir-se no contexto macro de adequação às políticas econômicas e ambientais externas e de posicionamento em um mercado globalizado.

Quanto a essa questão, Bárcena e Simioni (2003) abordam as vantagens desempenhadas pela urbanização no sentido de proporcionar uma maior competitividade pela proximidade dos elos da cadeia produtiva e, também, economias de escala e diversificação. Nesse entendimento, seguem as autoras, se torna evidente no contexto econômico das cidades e territórios a demanda por um planejamento e gestão urbana e territorial capaz de incrementar a competitividade, produtividade e eficiência dos assentamentos urbanos.

Nesta perspectiva, a gestão do turismo deve ser direcionada de tal forma que venha atender à diversificação e complementaridade da oferta de produtos e serviços turísticos locais, visando uma maior integração entre os diversos elos da cadeia produtiva. A idéia é de uma contribuição sinérgica em prol do desenvolvimento econômico municipal e da distribuição mais equitativa da renda proveniente da atividade.

Segundo Jordan (2003), para se atingir os objetivos sinérgicos da formação de clusters, o planejamento urbano deve determinar as formas de uso do solo urbano e distribuição das atividades produtivas através de políticas urbanas que considerem incentivos econômicos para a localização, regulação e zoneamento. O autor aborda, também, a necessidade da criação e uso de instrumentos que venham a combater a especulação imobiliária e que possam mitigar os efeitos da segregação social e facilitar o acesso de setores sociais e econômicos de poucos recursos aos locais valorizados pelo mercado.

Pode-se relacionar a este pensamento à necessidade de incentivo às práticas econômicas tradicionais e o esforço para a manutenção das populações nativas nas suas localidades de origem. O crescimento do turismo pode incidir na supervalorização dos solos, acarretando na substituição das atividades econômicas comunitárias pela monocultura do turismo, atraindo investimentos de grupos hoteleiros e imobiliários de alto padrão aquisitivo, mudando drasticamente a configuração urbana e social local.

Percebe-se a importância de uma política de incentivo para a inserção das comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico. Ações como a capacitação profissional, a facilitação de acesso ao crédito, o incentivo ao empreendedorismo e o apoio à

manutenção ou reconfiguração das atividades tradicionais adaptadas ao novo contexto econômico – casos da pesca artesanal e da agricultura familiar – são fundamentais para que os impactos socioculturais não resultem na expulsão gradual da comunidade nativa e em conflitos decorrentes da segregação e exclusão social.

A problemática apresentada segue a lógica da “cidade partida”, ou seja, a procura por localizações privilegiadas nas cidades e a formação de um conjunto de serviços e empreendimentos imobiliários de acesso exclusivo – no caso da atividade turística, essa “lógica” está vinculada ao atendimento das necessidades dos turistas. Nas palavras de Marcello Balbo, a lógica da cidade partida consistiria em:

... componentes de una ciudad ‘exclusiva’ (y excluyente) para la población de elevados ingresos que tiende cada vez más aislarse y no identificarse con respecto a la ciudad existente, a construir una ciudad propia, hecha de distintos elementos localizados en varios lugares en el territorio, con acceso reservado solamente a los que son ‘miembros’ de esta ciudad. (...) En la misma lógica de la ciudad ‘por partes’, se han construido oficinas inteligentes, hotelería de lujo, aparatos turísticos de nivel internacional, en una perspectiva no de diálogo ni integración con el contexto, sino de explícita distinción, ya sea desde el punto de vista urbanístico, como de las formas arquitectónicas. (BALBO, 2003:81)

Por fim, considera-se que o turismo deve ser visto como algo mais que uma simples atividade econômica desenvolvida no âmbito local. O crescimento da atividade turística no espaço local altera consideravelmente a cotidianidade de uma comunidade, interferindo na dinâmica social e na qualidade ambiental. O crescimento do fluxo turístico pode influenciar nas características urbanas do município, através do rápido crescimento imobiliário e especulativo, do incremento populacional significativo durante a temporada de férias e do movimento migratório definitivo. Os impactos na urbanização refletem-se nos empreendimentos imobiliários, no conjunto de serviços e infra-estruturas desenvolvidos para atender as demandas do turismo (ou dos turistas). O planejamento e a gestão de um turismo sustentável deve atentar para o atendimento das necessidades comunitárias e da preservação, ou melhoria da qualidade ambiental. O desenvolvimento turístico local sustentável apenas será alcançado por meio de arranjos institucionais que promovam a participação social e o equilíbrio de forças entre as três esferas de poder. A noção de ecodesenvolvimento traz novas perspectivas para gestão do turismo em base local, entre elas, a definição de questões estratégicas legitimadas em um processo dialógico de negociação. O planejamento estratégico participativo é o modo mais adequado para que a atividade turística possa satisfazer aos

desejos e necessidades da sociedade em alcançar o propósito principal de desenvolvimento – sem a necessidade de adjetivos anexados.

3 AS REPERCUSSÕES DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SANTA CATARINA

3.1 Comentários iniciais

Neste capítulo pretende-se apresentar um diagnóstico socioambiental de Florianópolis, especialmente da Ilha de Santa Catarina. Este diagnóstico está embasado em dados secundários extraídos de diversos estudos, porém, destaca-se a utilização do relatório Urbal, realizado pelo IPUF no âmbito do Projeto de Gestão da Urbanização em Cidades Turísticas, promovido pela Comunidade Européia, e do relatório elaborado pelo CECCA (Centro de Estudos de Cultura e Cidadania), intitulado *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Esses relatórios serão, por assim dizer, a espinha dorsal desse diagnóstico socioambiental, o qual se encontra complementado com informações de outros estudos que abrangem os diversos aspectos da evolução urbana, da problemática ambiental e o do desenvolvimento socioeconômico de Florianópolis, estando o turismo presente como eixo de análise.

É interessante observar os vários conflitos apresentados pelos diversos estudos – particularmente entre os dois relatórios citados – originados pela subjetividade presente no enfoque das pesquisas. As diferentes posições que poderão ser identificadas no decorrer desse texto foram propositalmente mantidas a fim de contribuir para a compreensão multilateral das informações expostas – mesmo reconhecendo que esta pesquisa também está, naturalmente, carregada de subjetividade.

Tenta-se, aqui, demonstrar a influência da evolução do desenvolvimento turístico em Florianópolis e suas conseqüências na gestão urbana e ambiental do município. Os dados expostos apresentam-se agrupados de modo a representar as dimensões propostas pelo ecodesenvolvimento concernentes ao planejamento local: a dimensão econômica, social, ecológica, espacial, cultural e político-institucional.

Os resultados advindos desse diagnóstico servirão como um parâmetro – juntamente com as entrevistas do próximo capítulo – para a análise da repercussão do desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Santa Catarina sob a luz dos princípios do ecodesenvolvimento.

3.2 O processo de desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina descrito sob a ótica do ecodesenvolvimento.

3.2.1 O contexto cultural

3.2.1.1 A cultura tradicional açoriana e suas influências

A Póvoa de Nossa Senhora do Desterro foi fundada em 1673 pelo bandeirante vicentista Francisco Dias Velho, que desenvolveu na Ilha de Santa Catarina uma produção agrícola, mantendo benfeitorias, uma capela e habitações para mais ou menos uma centena de moradores nas imediações da atual Praça XV. Com sua morte, em 1687, consequência da invasão de piratas, a família Dias Velho e parte da população abandonaram o povoado, que se manteve até o final do século XVII com apenas algumas dezenas de moradores. (CECCA, 1996)

A ocupação da Ilha continuou seguindo um ritmo bastante lento, restringindo-se à área original e às imediações do povoado de Dias Velho. Essa situação foi sensivelmente alterada com a implementação da nova política portuguesa em defender e ocupar de modo mais consistente a Ilha por tratar-se de um importante ponto estratégico – localizada entre a capital, Rio de Janeiro, e a área de litígio com a Espanha, na região Cisplatina. Das novas medidas, a Póvoa do Desterro foi elevada à condição de vila em 1726, desmembrando-se da vila de Laguna. Em 1738 é criada a capitania de Santa Catarina, tendo Desterro¹³ como capital. Nessa época a Ilha começa a ser fortificada, tendo início em 1739 a construção da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim e em 1740 a de Ponta Grossa. (CECCA, 1996)

No período de 1748 a 1756 desembarcaram em Santa Catarina cerca de seis mil imigrantes provenientes do Arquipélago de Açores. Os primeiros imigrantes, em torno de mil pessoas, foram estabelecidos na Vila de Desterro e arredores. Para fixar as famílias chegadas a partir de 1750 foram criadas na Ilha de Santa Catarina as freguesias de Nossa Senhora da Lagoa da Conceição e a de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. A predominância da ocupação açoriana na Ilha de Santa Catarina ocasionou uma forte influência

¹³ A denominação Desterro, mantida até 1894, dá a idéia que a Ilha abrigou condenados a tal situação em certo período. Na verdade, Desterro foi simplesmente a redução do nome original *Nossa Senhora do Desterro*, que Francisco Dias Velho adotou como padroeira da póvoa que fundou. O desterro na Ilha de Santa Catarina chegou, inclusive, a ser proibido por um Decreto do Governo de Portugal, em 1797, sob a alegação da excelência do clima, o que não convinha aos degredados. (CECCA, 1996:43)

cultural desse povo, que refletiu tanto no traçado original da cidade e na tipologia arquitetônica quanto nas técnicas agrícolas e festas tradicionais. (CECCA, 1996)

Pode-se entender que a base cultural que constitui a identidade cultural das populações tradicionais da Ilha de Santa Catarina é a chamada cultura açoriano-brasileira, com inserções de outros grupos, como os negros e índios. Em que pese a pouca presença de negros durante o período de escravidão, sua influência é bastante sentida e vai desde técnicas de pesca ao calendário católico – acrescentando suas próprias celebrações – ou imprimindo seus próprios ritos, como o candomblé e a umbanda. O boi-de-mamão, tradicional folguedo, também foi influência da presença negra, porém em Santa Catarina adquiriu feições particulares fruto do contato com os açorianos. Já em relação à herança indígena, mesmo não havendo o convívio entre carijós e açorianos¹⁴, foram assimiladas pelos imigrantes várias técnicas de cultivo e desmanche da mandioca para produção de farinha, uso de ervas medicinais, utensílios de cerâmica, traçados feitos com fibras naturais, além da rica toponímia da língua tupi. (CECCA, 1996)

O legado cultural açoriano é observado pela organização social, reproduzindo o modo de vida original das famílias nas ilhas dos Açores; pela questão demográfica, que dobrou a população litorânea de Santa Catarina em oito anos com o aporte de seis mil açorianos; e pelo conjunto de suas tradições populares.

O povoador açoriano, ao instalar-se, assumiu a feição econômica do campesinato: pequenos lotes, propriedade privada, mão-de-obra familiar e, eventualmente, a de algum agregado. Embora fossem pastores em suas ilhas de origem, aqui dedicaram-se basicamente à pequena produção agrícola e, logo, à estrutura manufatureira para produção de farinha, confecção do linho, tecidos e rendas, artefatos de barro, cestaria e madeira. A partir da segunda metade do século XIX, a inserção da economia monetizada e o contínuo empobrecimento do solo contribuíram para que a pesca deixasse de ser uma atividade acessória. A exploração de produtos agrícola associada à pesca desenvolveu as freguesias para o atendimento do mercado interno da colônia, abastecendo a população urbana, tropas e

¹⁴ Os carijós migraram para a Ilha de Santa Catarina no século XIV, aproximadamente duzentos anos antes da chegada dos primeiros europeus em 1516. Apesar de amistosos em sua maioria, os contatos entre os carijós ilhéus e os europeus de algum modo tornaram-se excessivos aos nativos, causando sua migração e abandono das aldeias. Pode-se afirmar que não havia mais tribos vivendo na ilha por volta de 1600, fato que se confirma com o relato dos missionários, padres Inácio Siqueira e Francisco Morais, que declararam a ilha deserta em sua passagem no ano de 1635. Convém frisar que em Santa Catarina, na segunda metade do século XVI, as expedições dos bandeirantes para captura dos carijós como escravos e dos missionários em sua jornada catequizadora tornaram-se freqüentes, podendo ter assustado e afugentado os carijós ilhéus, sabedores do destino de outras tribos situadas em outros locais do continente. (CECCA, 1996)

embarcações em trânsito. Essa formação econômica do homem açoriano vai caracterizar sua tripla identidade como lavrador, pescador e artesão. (CECCA, 1996)

Outro traço característico se refere à forma de organização social. Na cultura tradicional da Ilha, prevalece o sistema de trocas e serviços baseados nas relações de parentesco, afinidades e redes de ajuda mútua. Do fabrico da farinha e pesca de arrasto até festas religiosas predomina um sistema de mutirão. Buscam-se favores, doações, benefícios especiais de pessoas que detêm algum status privilegiado na comunidade. Em termos de relação política, tais relações ou lealdades sociais assentam-se em uma intrincada troca de favores e compensações, que produziram, historicamente, um sistema de patronagem e clientelismo fortemente estabelecido nas comunidades. (CECCA, 1996)

Quanto aos aspectos das tradições populares, as festas podem ser descritas como uma das principais formas de manifestação da herança cultural de uma comunidade. Em Florianópolis, as festividades mais importantes estão ligadas ao calendário litúrgico católico, como Natal, boi-de-mamão, folias, Ternos de Reis, festas de Nossa Senhora dos Navegantes, carnaval, Páscoa, farra do boi, festas do Divino, procissão de Corpus Christi, festas juninas; assim como comemorações que marcam a sazonalidade da produção agrícola e pesqueira: festa da tainha, farinhada e Fenaostra.

Acrescenta-se às festas uma rica mitologia de origem medieval, pontuada por bruxas e seres fantasiosos, uma variada literatura popular expressa em provérbios, quadrinhas e cantigas, uma complexa fitoterapia caseira que incorpora benzeduras e simpatias, além de uma culinária pautada em frutos do mar e o característico sotaque “manezinho”, conhecido pelo som cantado e palavreado único¹⁵. (CECCA, 1996)

3.2.1.2 Turismo de massa e massificação cultural

O relatório do CECCA manifesta que nos últimos trinta anos o rápido crescimento urbano e a massificação de uma cultura predominante pela mídia alteraram profundamente os meios tradicionais de vida¹⁶.

¹⁵ Para ter uma melhor noção do rico universo místico, o cotidiano e os costumes ilhéus, consultar as obras de Franklin Cascaes.

¹⁶ Para entender as repercussões do processo de urbanização nos modos de vida tradicional ilhoa, ler o estudo etnográfico de: LAGO, Mara C. S. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1996.

No mesmo sentido, o relatório Urbal (2004) destaca que a urbanização acelerada e especialmente o grande influxo de migrantes e visitantes tiveram conseqüências significativas sobre a cultura local. Assim sendo, o turismo pode ser considerado o propulsor das transformações socioculturais, econômicas e ambientais da Ilha de Santa Catarina. São visíveis os seus impactos sobre as comunidades nativas litorâneas, que, pela valorização da terra, foram se afastando cada vez mais do mar e com isso abandonando suas atividades tradicionais, seus hábitos e costumes. (URBAL, 2004; CECCA, 1996) O modo tradicional de vida do “manezinho”, de herança cultural açoriana, vem sendo descaracterizado ao passar das décadas, encontrando, inclusive, resistência das novas gerações, que querem se distanciar dos antigos costumes de seus ascendentes em busca de um modo de vida urbano. Porém, na opinião do relatório Urbal (2004), os nativos perderam muitas oportunidades para se desenvolverem economicamente e acabaram submetendo-se a um processo de precarização do trabalho, fazendo com que os benefícios da urbanização e do turismo sejam colhidos por não-nativos.

Num estudo sobre a expansão imobiliária e seus impactos, Édson Campos¹⁷ (2004) aborda a questão da descaracterização do centro histórico de Florianópolis, com a ocupação elevada dessa área e construção de edifícios onde antes havia casarões coloniais de valor arquitetônico; salienta a destruição de diversos patrimônios históricos (como o Miramar¹⁸) no processo de urbanização, e aponta a repercussão negativa da expansão urbana, principalmente nos balneários, na cultura tradicional dos ilhéus, o que acarretou no decréscimo da qualidade de vida dessas populações e perda dos costumes e tradições.

O processo de desenvolvimento turístico em Florianópolis iniciou-se na década de 70, com o intuito de alavancar o crescimento econômico do município. Teve como característica o turismo de veraneio, caracterizado pela procura da segunda residência e por uma lenta ocupação do litoral (principalmente na região norte e na Lagoa da Conceição), dando início ao processo de parcelamento rústico do solo, sem o devido apoio de infraestrutura¹⁹. Como estímulo à atividade, ocorre simultaneamente nessa época a entrada de

¹⁷ CAMPOS, Édson T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais.** Florianópolis, 2004. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC.

¹⁸ O miramar era um trapiche municipal, símbolo da antiga Florianópolis. Além de atracadouro para barcos, era um ponto de encontro da elite cultural da cidade. Desapareceu com o aterro da baía sul em 1972.

¹⁹ FERREIRA, Francisco. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.** , Florianópolis, 1992. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC. (apud. MINGORI, 2001: 34)

grande volume de capital destinado ao financiamento de empreendimentos turísticos e à melhoria das comunicações e rodovias.²⁰

Os anos 80 caracterizam-se pelo turismo massivo, em maior intensidade na costa norte da Ilha, constatando-se então a precariedade da infra-estrutura, tanto para o atendimento à demanda turística como à população residente. Evidencia-se, também, o início dos conflitos decorrentes da queda do estilo de vida tradicional das comunidades litorâneas. Durante a década de 90 busca-se uma demanda mais qualificada de turistas, traduzindo-se na construção de grandes empreendimentos turísticos e na entrada de novos agentes econômicos, que externalizam preocupação quanto ao turismo de massa e ao esgotamento da infra-estrutura instalada.²¹

A imagem de Florianópolis como paraíso turístico e capital da qualidade de vida, a “Ilha da Magia”, construída ao longo das duas últimas décadas (1990 – 2000), significou uma procura por pessoas com alto poder aquisitivo, provenientes de outras regiões do Brasil, para desfrutar esse pedaço do “paraíso”, inicialmente como turistas, depois como migrantes. De acordo com o relatório Urbal, a chegada de turistas e migrantes mais abastados e mais bem educados fizeram com que a população que não fazia parte da elite nativa passasse a se sentir inferiorizada e se fechasse numa espécie de isolacionismo cultural, o que poderá levar a formação de duas culturas separadas, com valores e morais distintas, acarretando conflitos sociais em longo prazo.

3.2.1.3 Patrimônio cultural de Florianópolis

No Brasil, a preservação de bens culturais se dá principalmente através do instrumento do tombamento, uma espécie de decreto público que impede os proprietários de demolirem os bens a preservar e torna-os responsáveis legais por sua conservação nas condições originais. Em Florianópolis, no período anterior a 1973, apenas a União atuou nesse campo, tombando as cinco fortalezas existentes na Ilha. O início dos trabalhos de preservação do acervo cultural construído foi possível com a promulgação da legislação municipal de tombamento, em 1974. No período de 1974-1979 o município passou a atuar ativamente na preservação cultural, com a criação do Serviço Municipal de Preservação

²⁰ JANUÁRIO, Sérgio. **Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis**. Florianópolis, 1997. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC. (apud. MINGORI, 2001: 33)

²¹ FERREIRA (1992) apud. MINGORI, 2001: 34)

Histórica, Artística e Natural (SEPHAN), vinculado ao órgão municipal de planejamento (IPUF). Na década de 80, a legislação urbanística criou uma zona especial, as Áreas de Preservação Cultural (APC), dentre as quais a APC-1, que se caracteriza pela preservação de conjuntos e edificações de arquitetura relevante. (URBAL, 2004)

A partir de 1993 foi realizada uma campanha, denominada Projeto Renovar, objetivando também a adesão de parceiros para sua viabilização. Essa ação foi acompanhada de contrapartidas municipais, através de incentivos fiscais e urbanísticos e ações de reabilitação urbana, destacando-se a recente ação de Despoluição Visual e os esforços no sentido do financiamento das obras de recuperação da área comercial. (URBAL, 2004)

QUADRO 1 - ATRATIVOS CULTURAIS DA ILHA DE SANTA CATARINA

Categorias	Características
<i>Sítios arqueológicos</i>	Oficinas líticas, inscrições rupestres e sambaquis, existentes em várias regiões da Ilha de Santa Catarina e que remontam a mais de 4.000 anos de existência. Há 125 sítios arqueológicos em Florianópolis, porém apenas o localizado no costão sul da praia do Santinho possui estrutura para visitação.
<i>Fortes e fortalezas</i>	Remetem-se ao século XVIII e constituíam-se no mais expressivo conjunto defensivo militar do sul do País. As fortalezas de Santa Cruz (Anhatomirim), Santo Antônio (Ratones) e São José (Ponta Grossa) encontram-se restauradas e abertas à visitação pública. As demais, Nossa Senhora da Conceição (Araçatuba), Santa Bárbara e Santana (região central), compõem o conjunto de fortificações, com reconhecida importância arquitetônica.
<i>Arquitetura religiosa</i>	Dentre as principais, podem se citar na área central: Igreja Matriz ou Catedral Metropolitana (1753), Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1787-1830), Igreja da Ordem 3ª de São Francisco da Penitência (1815), Igreja de São Sebastião (1855), Capela do Menino Deus (1750), Igreja de Nossa Senhora do Parto (1837), Igreja Evangélica Luterana e Antiga Escola Alemã (1957). No interior da Ilha, as de maior importância histórica e artística são: Igreja Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa – 1756), Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Lagoa da Conceição – 1780), Capela de São Sebastião do Campeche (Campeche – 1826), Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (Ribeirão da Ilha – 1806)

<p><i>Centro Histórico</i></p>	<p>Conjunto arquitetônico e parte da malha viária dos séculos XVIII e XIX, em que se mesclam arquiteturas institucional, religiosa, residencial, comercial e militar. Destacam-se os prédios da Alfândega, Mercado Público, Casa de Câmara e Cadeia, Palácio Cruz e Sousa, Teatro Álvaro de Carvalho, Hospital de Caridade, conjunto de casas da rua Conselheiro Mafra e mais de 300 edificações tombadas.</p>
<p><i>Núcleos do interior da Ilha de Santa Catarina</i></p>	<p>Alguns locais ainda apresentam vestígios da ocupação açoriana no interior da Ilha, geralmente representadas pela igreja, sua praça e o casario típico ao redor. O cenário, por vezes, é complementado com a presença de ranchos de pesca, engenhos de farinha, artesanato e comidas típicas. Podem ser citados como os mais expressivos os núcleos de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha, assim como o conjunto da igreja da Lagoa da Conceição.</p>
<p><i>Manifestações folclóricas</i></p>	<p>Entre as manifestações populares tradicionais, festivas e religiosas estão: procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, procissão de Corpus Christi, festa do Divino Espírito Santo, carnaval de rua, boi-de-mamão, Terno de Reis, pau-de-fita, artesanatos de rendas de bilros e de rendas de crivo e gastronomia típica de frutos do mar.</p>
<p><i>Ponte Hercílio Luz</i></p>	<p>Merece destaque por tratar-se do cartão postal e símbolo de Florianópolis. Essa ponte pênsil metálica, inaugurada em 1926, tem 821 metros de comprimento e um vão suspenso de 339 metros, tendo sido de fundamental importância para o desenvolvimento de Florianópolis à época.</p>
<p><i>Atrativos contemporâneos</i></p>	<p>São os atrativos que estão relacionados com a vida contemporânea da cidade. Pode-se citar o CIC (Centro Integrado de Cultura) e seus eventos; feiras e congressos – destaca-se o Centro de Convenções; eventos esportivos – etapas do mundial de surf (Maresias Surf Floripa e Reef Brasil), Iron Man Brasil; eventos culturais – Festival de Teatro Isnard de Azevedo, Festa da Tainha, Fenaostra, shows diversos; além da diversificação dos equipamentos de entretenimento e lazer, como restaurantes, casas noturnas, bares e festas.</p>

Fonte: adaptado de Ubal, 2004

3.2.2 O contexto econômico

3.2.2.1 Dos primórdios da ocupação humana na Ilha até a primeira metade do século XX

Na época da colonização açoriana existia uma atividade agrícola e pesqueira de subsistência baseada na pequena propriedade e mão-de-obra familiar. Somente a caça da baleia se caracterizava como atividade econômica rentável, porém poucos benefícios trazia aos habitantes, já que a Coroa Portuguesa detinha o monopólio desde 1738. Já no início do século XIX, a pesca da baleia foi-se deslocando em direção ao sul. Nesse período, a farinha de mandioca tornava-se o principal produto de exportação da Ilha. Outro artigo rentável no século XIX era a extração de madeira, para diversos usos, que, juntamente com a intensiva exploração agrícola, foi responsável pelo desmatamento de boa parte da vegetação nativa da Ilha de Santa Catarina já naquele século. (CECCA, 1996)

O modo de vida ilhéu, baseado em pequenas propriedades, uso de terras comunais e relações de ajuda mútua, aliado à condição insular, contribuiu para uma situação autônoma da economia local até o início do século XX. Além das produções agrícolas e atividades pesqueiras – que serviam para o consumo próprio, relação de escambo e, ainda, geravam um pequeno excedente comercializável –, os ilhéus construíam pequenos estabelecimentos industriais, como o engenho e o alambique; produziam suas canoas e teciam suas redes; teciam suas próprias vestes utilizando teares, com o algodão e com o cânhamo que plantavam; construíam suas residências e produziam utensílios de barro através do domínio da olaria. (CECCA, 1996)

A atividade portuária também teve certa expressão na economia local do século XIX, mas entrou em declínio rapidamente com o avanço da navegação a vapor na última metade daquele século, o que permitia a utilização de navios de grande calado, tornando inviável o porto raso às embarcações de maior porte. Já a pesca ganhava importância econômica nas freguesias, deixava de ser apenas atividade de subsistência; os pescados eram comercializados em feiras e mercados para abastecer a população urbana. (CECCA, 1996)

Durante o século XX agrava-se a crise da atividade portuária na Ilha e ocorre uma estagnação da agricultura. No que concerne à agricultura, entre os motivos que levaram ao declínio dessa atividade estão o esgotamento da fertilidade do solo, após dois séculos de

cultivo predatório, e a expansão urbana, decorrente das atribuições e estrutura administrativa de Florianópolis como capital do Estado.

Com a elevação à capital do Estado de Santa Catarina em 1889, Florianópolis reforçou suas funções político-administrativas e aos poucos consolidou uma economia baseada no terciário.

3.2.2.2 A segunda metade do século XX

Por abrigar a capital do Estado, a cidade de Florianópolis concentra a administração estadual e municipal, representações de órgãos e entidades federais, empresas públicas e um complexo educacional que abrange todos os níveis de ensino, do fundamental ao universitário. (URBAL, 2004)

Desde o início do século XX, Florianópolis vem passando por grandes transformações, tendo a indústria da construção civil, tanto para construção de edificações quanto de infra-estrutura urbana, destacado-se como uma das principais atividades econômicas. Nos últimos 40 anos, após o asfaltamento da BR-101, que liga a cidade com o resto do País, Florianópolis experimentou um período de crescimento econômico considerável, baseado na expansão do setor terciário. (URBAL, 2004)

Na opinião de CECCA (1996), essa fase, denominada desenvolvimentista, representou a desestruturação da economia de auto-suficiência ilhoa, integrando a economia local à economia capitalista. Parte da população nativa foi transformada em mão-de-obra marginalizada, tendo que se mudar de suas comunidades de origem. Deslocou-se para o Continente e municípios vizinhos, dando início às ocupações de morros.

O turismo, que vem crescendo desde há pouco mais que uma década, também tem impulsionado todo um conjunto de atividades ligadas ao setor, além de pequenos negócios, no centro e nas praias. Os segmentos que mais cresceram nos últimos anos foram os hotéis e pousadas, os grandes supermercados, cadeias de lojas, shopping centers, shopping de fábricas e camelódromos. Florianópolis é atualmente considerado um dos mais importantes pólos turísticos do Brasil e do Mercosul. (URBAL, 2004)

O setor secundário em Florianópolis é pouco expressivo, embora venha apresentando nos últimos anos um bom desenvolvimento nos segmentos de vestuário, alimentos, móveis, bebidas e, principalmente, nas indústrias de base tecnológica. A pouca presença de indústrias deve-se à concentração do setor industrial da Região Metropolitana no vizinho Município de

São José e à proibição legal de instalação de indústrias poluentes ou de grande porte na Ilha. (URBAL, 2004)

Conforme a visão contida no relatório Urbal (2004), o setor primário sempre foi inexpressivo em Florianópolis, e ao longo dos anos vem sendo substituído por outras atividades ligadas à vida urbana. A agricultura minifundiária e a pesca artesanal, que no passado eram importantes práticas das populações do interior da Ilha, estão em franca decadência, embora nos últimos anos tenha se desenvolvido a maricultura.

3.2.2.3 O emprego em Florianópolis: a economia terciária

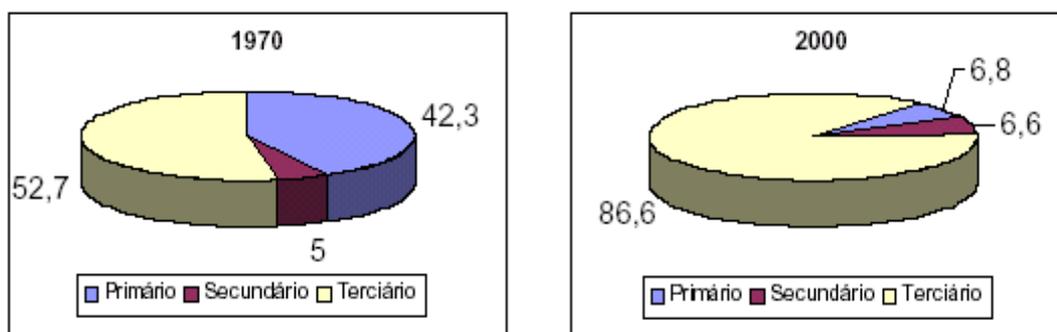
A evolução de Florianópolis como cidade prioritariamente terciária em sua economia pode ser visualizada nas porcentagens relativas à evolução do número de estabelecimentos por setor no município, conforme tabela e gráfico abaixo:

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS POR SETOR EM FLORIANÓPOLIS : 1970-2000

Setor	1970		1980		1985		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Primário	1.381	42,3	585	28,0	274	7,9	441	6,8
Secundário	163	5,0	196	9,4	261	7,5	426	6,6
Terciário	1.722	52,7	1.307	62,6	2.934	84,6	5.585	86,6
Total	3.266	100	2.088	100	3.469	100	6.452	100

Fonte: IBGE – Censos econômicos SC 1970/80/85; Censo Agropecuário 2000; apud URBAL, 2004

GRÁFICO 1. PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS POR SETOR EM FLORIANÓPOLIS: 1970/2000



Fonte: URBAL, 2004

É evidente o forte declínio do setor primário, o lento crescimento do secundário e o grande crescimento do setor terciário, impulsionado nas duas últimas décadas pelo turismo. (URBAL, 2004)

O declínio do setor primário, que por muito tempo foi base de sustento para comunidades locais, pode ser atribuído à redução de 62% da área agrícola (10.259ha em 1970 para 3.858ha em 1996), à pesca industrial predatória, à destruição dos manguezais e à urbanização de áreas litorâneas geradas pelo turismo. Por outro lado, cabe destacar o crescimento da maricultura como alternativa de renda e fixação da população nativa em suas comunidades. Com 50 áreas legalizadas para o cultivo de ostras e 155 maricultores cadastrados (URBAL, 2004), a produção vem aumentando ano a ano, chegando próximo de 1,7 milhão de dúzias. A receita bruta do segmento em 2004 foi perto de R\$ 6 milhões, o que corresponde a 70% do mercado produtor catarinense. É importante citar a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho (FUNRUMAR) em 2000, que liberou recursos destinados à maricultura na Grande Florianópolis num total de R\$ 370 mil, beneficiando 146 produtores. Um exemplo de como o turismo pode beneficiar uma atividade produtiva é a Fenaostra, evento que promove o setor, alia a gastronomia ao artesanato e à cultura açoriana. Atraindo um número próximo a 100 mil visitantes no período de uma semana (23 a 28 de novembro de 2004), gera cerca de 1.700 empregos diretos e indiretos. (DIÁRIO CATARINENSE, 23/11/2004:4-5)

O setor secundário, apesar de pouco expressivo no município, conta com um interessante crescimento direcionado aos pólos de vestuário e de informática. Ressalte-se a importância do desenvolvimento de empresas de alta tecnologia e informática como opção inovadora de diversificação da base econômica em Florianópolis por seu baixo impacto ambiental e necessidade de mão-de-obra qualificada, podendo absorver recursos humanos advindos das universidades e escolas técnicas locais. (URBAL, 2004)

Números recentes demonstram a predominância do setor terciário nas bases econômicas da cidade. No ano 2000, Florianópolis apresentava 163.443 (ou 59,6%) pessoas empregadas em atividades formais; o que, por outro lado, significa que 40,4% da população em idade ativa (274.058) encontra-se no setor informal ou desempregada. Segundo dados do ano 2000, em Florianópolis o emprego concentrava-se no setor terciário, que absorvia 93,8% da População Economicamente Ativa (PEA), ou 153.309 trabalhadores. Os serviços públicos e privados ocupavam a maior fatia da força de trabalho formal no terciário (88%), enquanto o

comércio, com 12% do terciário, tinha seus empregados numa atividade que é predominantemente varejista. (URBAL, 2004)

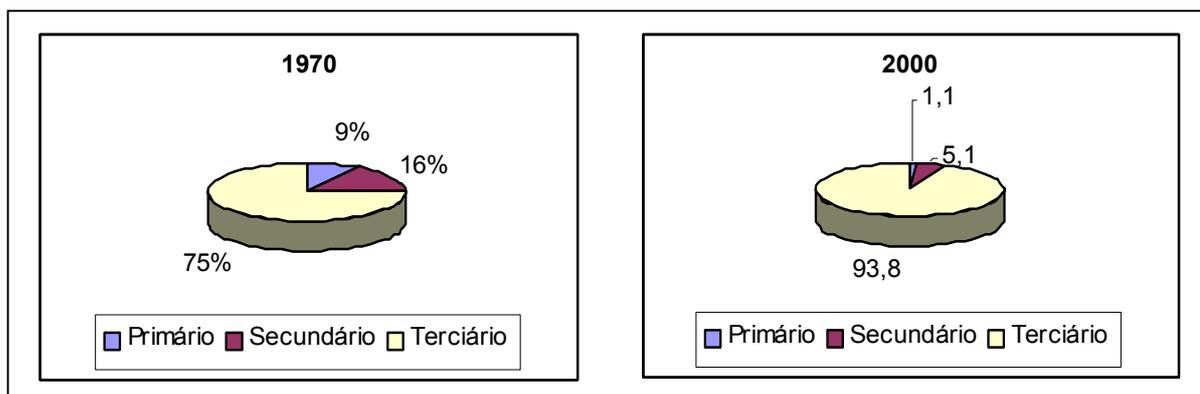
A evolução do emprego no município deve-se à combinação do crescimento dos serviços e do comércio, além de um pequeno número de setores industriais e da maricultura. Como se vê na Tabela 2 e no Gráfico 2 a seguir, o emprego no terciário passou de 75% da PEA em 1970 para 93,8% em 2000, enquanto o primário reduziu-se de 8,9% para 1,1%, e o secundário de 16% para 5,1%, demonstrando a transformação de Florianópolis numa cidade eminentemente terciária. (Urbal, 2004)

TABELA 2 - EMPREGOS POR SETOR EM FLORIANÓPOLIS : 1970 - 2000

SETOR	1970		1980		1985		1997		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Primário	3.585	8,9	1.869	2,6	946	3,1	889	0,5	1.759	1,1
Secundário	6.495	16,0	12.985	18,2	3.232	10,5	13.688	8,1	8.318	5,1
Terciário	30.405	75,1	56.551	79,2	26.727	86,4	155.181	91,4	153.366	93,8
Total PEA	40.485	100	71.405	100	30.905	100	169.828	100	163.443	100

Fonte: Censo Demográfico – Mão-de-obra: 1970/80/85; Cadastro Geral de Empresas, 1998; PMF – Informações socioeconômicas de Florianópolis, 2001; apud URBAL, 2004.

GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DE EMPREGOS POR SETOR EM FLORIANÓPOLIS: 1970/2000



Fonte: URBAL, 2004

O relatório Urbal (2004) aponta que durante o período de retração econômica que persistiu no País entre 1997 e 2000 houve um decréscimo total de 3.315 postos de trabalho. Mesmo considerando um valor pequeno, essa tendência torna-se preocupante, tendo em vista

que nos últimos 30 anos o crescimento do emprego (4,8% aa) vinha sendo superior ao da população total (3,0% aa).

Em termos de emprego no setor predominante, o terciário, pode-se ainda desagregar a mão-de-obra empregada em comércio e serviços, obtendo-se uma clara visão do quanto o segmento serviços, que inclui o turismo, historicamente domina a economia do município.

TABELA 3 - NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS NO SETOR TERCIÁRIO : 1970 - 2000

	1970		1980		1997		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Comércio	4.753	15,6	7.689	13,6	22.713	14,6	18.126	11,8
Serviços	25.652	84,4	48.862	86,4	132.468	85,4	135.240	88,2
Total	30.405	100	56.551	100	155.181	100	153.366	100

Fonte: URBAL, 2004

Outro número que chama atenção é o da dependência econômica de Florianópolis quanto ao setor público, que em 1997 representava 52,1% da mão de obra utilizada em serviços.

Florianópolis possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4.201 milhões (2000), destacando-se por participar com mais de 40% do PIB da Região Metropolitana e com cerca de 11% do PIB estadual. Seu PIB per capita, de R\$ 12.292,00, é o dobro do PIB per capita do País e 1,7 vez o do Estado, conforme constatado na tabela que segue:

TABELA 4. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA E BRASIL:

ANO	FLORIANÓPOLIS	SANTA CATARINA	BRASIL
	PIB em milhões de R\$		PIB em bilhões de R\$
1991	1.945	13.899	819,8
1995	3.300	23.573	943,1
2000	4.201	39.657	1,086

Fonte: URBAL, 2004

3.2.2.4 O turismo inserido na economia local

Pode-se desagregar o setor terciário para observar a distribuição dos empregos em Florianópolis por categorias no segmento de serviço (Tabela 5):

TABELA 5 - EMPREGOS NO SEGMENTO DE SERVIÇOS EM FLORIANÓPOLIS : 1970-1997

SERVIÇOS / ANO	1970	1980	1997
Alojamento e alimentação	767	2.327	7.702
Transporte, armazenagem e comunicações	2.319	*	6.069
Intermediação financeira	6.596	16.540	6.473
Atividades imobiliárias e serviços a empresas	263	849	20.091
Administração pública, defesa e seguridade social	6.220	*	68.965
Educação, saúde e serviços sociais	6.819	12.409	14.424
Outros serviços	2.699	8.010	8.744
Total	25.653	48.862	132.468

Fonte: IBGE: Censo Demográfico – mão-de-obra 1970/80/85; Cadastro Geral de Empresas, 1998; apud URBAL, 2004.

NOTA: (*) Dados que continham erros na fonte consultada.

Os empregos gerados pelo turismo estão distribuídos em atividades do segmento de serviços, como alojamento e alimentação, transporte e atividades imobiliárias. Estima-se que estejam empregadas de forma direta 33.862 pessoas em atividades ligadas ao turismo – 20,72% da PEA. A tabela não inclui os empregos temporários gerados pelo turismo em Florianópolis, estimados em 20.000 na alta temporada de 2000. (URBAL, 2004)

Diretamente ligado ao fenômeno do crescimento populacional e da atividade turística está o crescimento do ramo imobiliário em Florianópolis, conforme demonstrado no quadro anterior. Consideradas um dos setores mais poderosos na economia local, as atividades imobiliárias carregam consigo um decisivo papel no rumo que a cidade tomará em seu processo de desenvolvimento. Importante gerador de empregos na região – aproximadamente 37.500 postos de trabalho na Região Metropolitana e 4.200 no município de forma direta²² –, o setor tanto pode contribuir para uma ocupação socialmente mais justa e ambientalmente equilibrada como pode agravar ainda mais o quadro de segregação sociocultural e degradação do patrimônio natural da Ilha.

²² Valores referentes ao ano de 2001, apud CAMPOS, Édson T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais.** Florianópolis, 2004. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC.

Florianópolis destaca-se no cenário nacional como um importante pólo turístico, tendo um grande fluxo de visitantes concentrados na estação de verão, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro. A SANTUR faz anualmente uma pesquisa de demanda turística referente ao período de verão e serão apresentados a seguir alguns dados resultantes da pesquisa realizada por ela, referentes aos anos de 2000 a 2004:

QUADRO 2 - PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA PARA FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DE VERÃO: 2000 – 2004

Movimento estimado de turistas

Origem	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Nacionais</i>	335.132	319.901	295.464	233.425	492.114
<i>Estrangeiros</i>	171.109	232.987	75.163	74.769	89.328
Total	506.241	552.888	370.627	308.194	581.442

Receita estimada em dólar

Receita	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Nacionais</i>	75.256.126,37	63.877.298,52	62.265.111,09	37.348.375,75	89.065.878,70
<i>Estrangeiros</i>	69.661.673,60	99.272.292,46	22.369.665,11	18.651.678,68	24.258.104,85
Total	144.917.799,97	163.149.590,98	84.634.776,20	55.000.054,43	113.323.983,55

Permanência média em todos os meios de hospedagem

Origem	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Nacionais</i>	9,72 dias	9,24 dias	10,35 dias	11,18 dias	8,98 dias
<i>Estrangeiros</i>	11,60 dias	11,81 dias	13,43 dias	13,10 dias	11,53 dias
Média	10,35 dias	10,32 dias	10,97 dias	11,64 dias	9,37 dias

Gasto médio diário estimado por turista em dólar

Origem	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Nacionais</i>	23,11	21,60	20,35	14,31	20,16
<i>Estrangeiros</i>	35,10	36,09	22,17	19,05	23,56

Principais mercados emissores nacionais

Estado	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Rio Grande do Sul</i>	37,08%	35,37%	38,86%	40,96%	34,97%
<i>São Paulo</i>	21,03%	20,05%	20,79%	19,31%	24,45%
<i>Paraná</i>	17,83%	18,78%	16,51%	13,17%	18,44%
<i>Santa Catarina</i>	9,27%	12,56%	11,09%	7,70%	4,51%
<i>Rio de Janeiro</i>	4,63%	3,46%	4,28%	5,92%	5,31%

Principais mercados emissores estrangeiros

País	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Argentina</i>	86,34%	87,38%	68,60%	70,38%	72,12%
<i>Uruguai</i>	7,01%	6,78%	19,45%	8,71%	6,06%
<i>Paraguai</i>	0,88%	4,26%	6,83%	8,01%	5,45%
<i>Chile</i>	2,80%	0,95%	1,37%	4,88%	4,85%

QUADRO 2 - PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA PARA FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO DE VERÃO: 2000 – 2004 (CONTINUAÇÃO)

Meios de hospedagem utilizados

Meios de hospedagem	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Hotel</i>	21,07%	17,68%	18,14%	24,26%	18,03%
<i>Pousada</i>	6,91%	7,36%	8,75%	12,38%	11,93%
<i>Hospedaria, pensão, dormitório</i>	0,65%	0,33%	0,91%	0,68%	1,20%
<i>Casa própria</i>	5,14%	6,76%	8,33%	7,12%	7,81%
<i>Casa de amigos ou parentes</i>	26,86%	21,75%	31,31%	26,80%	29,79%
<i>Casa ou apto de aluguel</i>	34,83%	42,91%	29,27%	27,24%	27,55%
<i>Camping</i>	2,89%	2,61%	2,52%	0,59%	2,83%
<i>Albergues, alojamentos</i>	1,65%	0,60%	0,77%	0,93%	0,86%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Meios de transporte utilizados

Meios de transporte	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Avião</i>	23,71%	20,40%	11,08%	17,37%	11,99%
<i>Ônibus</i>	20,40%	16,67%	21,68%	15,51%	19,35%
<i>Automóvel</i>	55,82%	62,86%	67,10%	67,12%	68,66%
<i>Outros</i>	0,07%	0,07%	0,14%	-----	-----
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Pode-se tecer breves comentários a respeito da evolução dos resultados da pesquisa apresentada pela SANTUR:

- Houve forte queda no movimento turístico, nacional ou estrangeiro, nos últimos anos, tendo sido interrompida no ano de 2004, demonstrando grande crescimento no número de turistas nacionais e pequeno acréscimo de turistas advindos do exterior;
- O número de visitantes e a receita proveniente da atividade turística no verão indicam dependência de Florianópolis ao mercado argentino, porém o forte crescimento do movimento de turistas nacionais na última temporada pode representar uma tendência em valorizar-se a demanda doméstica;
- A atividade turística, como os demais setores produtivos e de serviços, está intrinsecamente relacionada à situação econômica do País, ou, no caso, a de seus mercados emissores. Demonstra-se com os itens referentes a *movimento turístico, receitas geradas e gasto médio por turista* a tendência de queda nos últimos anos – mais acentuada nos estrangeiros – resultante do período recessivo experimentado. Em 2004 houve recuperação no movimento turístico para Florianópolis, porém, ao

observar-se o item *gasto médio por turista*, vê-se uma queda na qualidade dos gastos em relação aos anos anteriores, principalmente no que concerne ao turista estrangeiro.

- Tendo como referência os valores do PIB de Florianópolis do ano de 2000 (Tabela 4), a receita gerada pela atividade turística durante os meses de verão do mesmo ano equivaliam a aproximadamente 10% do total de receitas geradas no município.

Outro ponto interessante, como se pode observar no quadro anterior (item *Meios de hospedagem utilizados*), refere-se ao aluguel de residências para a temporada de verão. Essa prática vem possibilitado fonte alternativa de renda, bastante utilizada pela população local. Muitos desses imóveis, subutilizados durante o ano, são também alugados a preços mais baixos que na região central da cidade, no período de março a dezembro. Se por um lado a prática de aluguel de imóveis na alta temporada propicia incremento na renda de algumas famílias, também causa diversos problemas facilmente observados nos balneários da Ilha, como: a) aproveitamento excessivo dos terrenos para construção/ampliação de mais unidades para aluguéis; b) aumento da oferta de hospedagem, o que proporciona maior demanda de turistas a uma localidade; c) conseqüente aumento da pressão sobre a infra-estrutura básica – geralmente não suficiente para suprir a alta demanda, causando falta de abastecimento ocasional de água, energia elétrica e degradação ambiental por falta de tratamento de efluentes e disposição inadequada do lixo; d) impactos estéticos, frutos da urbanização excessiva e desordenada e da má qualidade da arquitetura de algumas residências/apartamentos para aluguel e e) queda, em longo prazo, no valor imobiliário da localidade causada pelos motivos expostos.

O relatório elaborado pelo CECCA (1996) alerta para as características negativas do turismo em massa e concentrado na estação do verão, argumentando que seus benefícios econômicos não atingem a todos da comunidade, ocorrendo situações de subemprego sazonal, descaracterização da natureza como bem coletivo e segregação social. Uma pesquisa realizada em oito hotéis da capital²³ apontou condições rigorosas de trabalho, com horários irregulares, sobrecarga de trabalho em períodos pequenos e baixos salários.

²³ Liane Zanella, apud CECCA, 1996 : 218

A partir do estudo de produções acadêmicas referentes ao desenvolvimento turístico massivo na Ilha de Santa Catarina, Mingori (2001)²⁴ indica o atrelamento econômico local à visão imposta pelo paradigma do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, incentivando a alta de preços nas temporadas turísticas, os empregos temporários e a especulação imobiliária. Destaca, também, a caracterização de grandes empreendimentos turísticos exógenos ao local, que utilizam mão-de-obra qualificada de outros locais e empregam os rendimentos obtidos em outras regiões. A autora detectou em seu estudo um consenso entre as diversas pesquisas realizadas, todas apontando para a necessidade de mudança do enfoque de planejamento turístico local, priorizando a base conceitual e metodológica do desenvolvimento sustentável.

3.2.3 O contexto social

3.2.3.1 Aspectos demográficos: os reflexos da expansão urbana e populacional

A série de censos demográficos demonstra um crescimento contínuo e consistente na população de Florianópolis nas últimas quatro décadas, ocorrendo também um maior contingente de população no meio urbano, tanto no município de Florianópolis como na Região Metropolitana de Florianópolis e no Estado de Santa Catarina, conforme demonstrado nas tabelas que se seguem:

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA EM FLORIANÓPOLIS : 1960 - 2000

ANOS	POP. URBANA	% POP. URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL
1960	77.585	79,3	20.242	97.827
1970	121.026	87,2	17.311	138.717
1980	161.773	86,1	26.098	187.871
1991	239.996	94,0	15.349	255.390
2000	332.185	97,0	10.130	342.315

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1960/70/80/91/2000 apud URBAL, 2004.

²⁴ MINGORI, Jussara. **O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável – a análise do Projeto Ambiente Sul**. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2001.

TABELA 7. TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL – FLORIANÓPOLIS, REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E SANTA CATARINA: 1960 - 2000

DATAS		LOCALIDADE		
		Florianópolis	RMF	Santa Catarina
TOTAL	1960/1970	3,53	3,47	3,14
	1970/1980	3,11	3,08	2,26
	1980/1991	3,47	3,68	2,53
	1991/2000	3,31	2,94	1,85
Urbana	1960/1970	4,55	6,24	6,11
	1970/1980	2,94	5,69	5,63
	1980/1991	4,48	5,09	4,53
	1991/2000	3,68	3,73	2,53
Rural	1960/1970	-1,55	0,66	1,40
	1970/1980	4,19	-1,84	-1,16
	1980/1991	-5,70	-1,50	-1,10
	1991/2000	-4,54	-2,16	-1,74

Fonte: URBAL, 2004.

Continuando a análise das tabelas expostas, nota-se em Florianópolis um crescimento populacional da ordem de 3,5 vezes nos últimos quarenta anos. Notadamente na última década houve no Município de Florianópolis e em sua Região Metropolitana um incremento bem mais acentuado que o comparado com o Estado de Santa Catarina. Constata-se também a tendência de urbanização acelerada, tanto na capital e região como no restante do Estado.

No que se refere ao processo de urbanização do Município de Florianópolis, a Tabela 8 expõe a evolução populacional em cada distrito:

TABELA 8 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL POR DISTRITO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS : 1960 - 2000

DISTRITO	POPULAÇÃO TOTAL				
	1960	1970	1980	1991	2000
Barra da Lagoa	*	1.061	1.656	2.919	4.331
Cachoeira do Bom Jesus	2.169	2.116	3.070	4.509	12.808
Campeche	*	2.301	4.022	7.514	18.570
Canasvieiras	1.723	1.996	2.431	4.092	10.129
Sede (Florianópolis)	79.471	116.854	157.259	201.262	228.869
Ingleses do Rio Vermelho	2.994	2.016	2.695	5.862	16.514
Lagoa da Conceição	3.613	1.883	4.258	6.654	9.849
Pântano do Sul	*	2.102	2.379	3.961	5.824
Ratones	862	795	902	1.080	2.871
Ribeirão da Ilha	5.261	4.229	5.372	11.935	20.392
Santo Antônio de Lisboa	1.734	2.003	2.604	3.738	5.367
São João do Rio Vermelho	*	981	1.223	1.864	6.791
TOTAL	97.827	138.337	187.871	255.390	342.315

Fonte: URBAL, 2004.

As populações foram calculadas segundo os limites territoriais atuais (IPUF). Conforme os dados apresentados, nota-se que nas décadas de 1970 – 1980 apenas o distrito de Santo Antônio de Lisboa teve sua população duplicada; durante as décadas de 1980 – 1991, o mesmo ocorreu com os distritos de Ingleses, Lagoa da Conceição e Ribeirão da Ilha; já na última década, 1991 – 2000, cinco distritos duplicaram sua população: Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses, Rationes e São João do Rio Vermelho. Observa-se, também, na última década, uma urbanização mais acentuada aos distritos interiores, o que antes era restrito aos balneários.

Outro fator importante para o processo de crescimento populacional em Florianópolis é o fenômeno da migração. A tabela abaixo demonstra o crescimento vegetativo e migratório nas últimas décadas em Florianópolis, sua Região Metropolitana (RMF) e em Santa Catarina:

TABELA 9 - CRESCIMENTO POPULACIONAL VEGETATIVO E MIGRATÓRIO EM FLORIANÓPOLIS, REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E NO ESTADO DE SANTA CATARINA : 1974-1998

Localidade	Saldo População Total			Saldo Vegetativo			Saldo Migratório		
	1974-80	1981-91	1992-98	1974-80	1981-91	1992-98	1974-80	1981-91	1992-98
Fpolis	34.566	67.673	65.385	28.575	52.147	24.853	5.991	15.526	40.532
RMF	82.838	175.344	75.064	55.959	112.756	63.885	26.879	62.588	11.179
Estado SC	505.800	917.689	486.345	490.856	834.215	467.304	14.935	83.474	19.041

Fonte: URBAL, 2004.

Nota-se, especialmente na última década, um substancial crescimento oriundo da migração populacional para Florianópolis. A migração foi responsável por 60% do incremento da população no município e a taxa de crescimento anual da migração para as duas últimas décadas chega ao índice de 14% ao ano (URBAL, 2004), dados de maior magnitude que os observados na RMF e no Estado.

Como impacto do turismo na alta temporada, o aumento no número de pessoas em Florianópolis, distribuído em um curto período, em geral dez semanas, é bem evidenciado na Tabela10:

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TURISTAS EM FLORIANÓPOLIS NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO : 1986 – 2000

Década	Número de Turistas (Janeiro/Fevereiro)			População Residente	% Turistas na Pop. Total
	Nacionais	Estrangeiros	Total		
1986	131.790	67.710	199.500	225.565	88,44
1990	243.820	58.837	302.657	254.920	118,73
1995	172.623	83.105	255.728	217.853	117,39
2000	360.089	146.152	506.241	331.784	152,52

Fonte: SANTUR 1986/90/95/2000, apud URBAL, 2004

Em relação à população residente, o número de turistas durante a temporada de verão chegou a 1,5 vez o número de residentes, ocorrendo um aumento desse índice nos últimos anos.

Outra mudança bastante sentida em Florianópolis foi a do perfil etário da população. Os gráficos abaixo comparam a pirâmide etária da década de 1960 com a da década atual:

GRÁFICO 3 - PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA DE FLORIANÓPOLIS - 1960 (EM 1.000 HABITANTES).

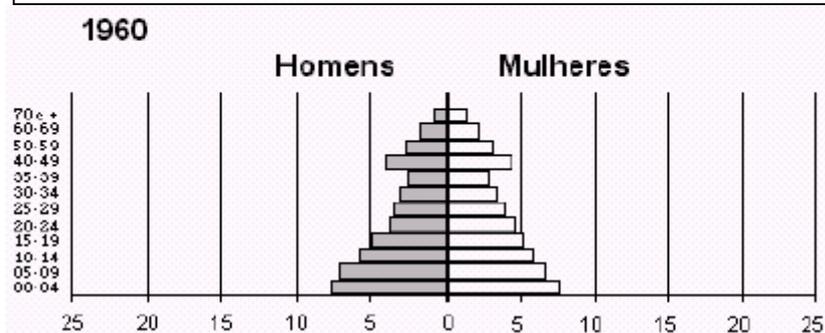
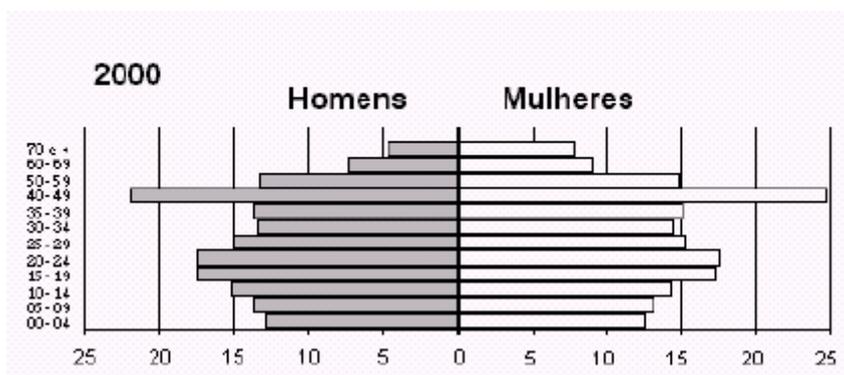


GRÁFICO 4 - PIRÂMIDE ETÁRIA ABSOLUTA DE FLORIANÓPOLIS - 2000 (EM 1.000 HABITANTES)



Fonte: URBAL, 2004.

A comparação entre os gráficos indica decréscimo da parcela infantil (0-14 anos) e ampliação dos extratos correspondentes aos jovens (15 – 24 anos) e idosos (acima de 50 anos). Isso pode indicar maior expectativa de vida e um impacto na cidade por ser o maior centro universitário do Estado. (URBAL, 2004)

3.2.3.2 A distribuição da renda

As mudanças ocorridas com o crescimento urbano e o modelo de desenvolvimento de Florianópolis também podem ser sentidas na composição socioeconômica da população. Nas tabelas abaixo pode-se observar mais detalhadamente a distribuição da renda em Florianópolis, através da evolução do rendimento familiar mensal por faixa salarial e seu respectivo percentual em três décadas.

TABELA 11 - RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 1980

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	45.259	619	2.399	6.805	7.112	6.665	9.190	6.831	4.214	1.424
Estado	803.563	28.918	70.696	187.310	179.616	130.334	126.172	46.483	18.461	15.573

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 1980, apud URBAL, 2004

TABELA 12 - RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 1991

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	67.525	2.426	5.489	11.145	9.018	10.922	13.820	8.548	3.859	2.298
Estado	1.121.521	97.312	175.123	283.060	188.178	155.588	122.391	47.782	17.732	34.355

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 1991, apud URBAL, 2004

TABELA 13 - RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 2000

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	206.045	488	14.954	26.326	26.671	40.101	47.118	25.042	15.212	10.133
Estado	1.498.742	14.521	199.162	298.818	224.227	287.957	254.491	100.499	49.228	69.839

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 2000, apud URBAL, 2004

TABELA 14 - PERCENTUAL DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 1980

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	100	1,37	5,30	15,04	15,71	14,73	20,31	15,09	9,31	3,15
Estado	100	3,60	8,80	23,31	22,35	16,22	15,70	5,78	2,30	1,94

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 1980, apud URBAL, 2004

TABELA 15 - PERCENTUAL DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 1991

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	100	3,59	8,13	16,50	13,36	16,17	20,47	12,66	5,71	3,40
Estado	100	8,68	15,61	25,24	16,78	13,87	10,91	4,26	1,58	3,06

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 1991, apud URBAL, 2004

TABELA 16 - PERCENTUAL DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL POR FAIXA SALARIAL - 2000

LOCAL	FAIXA SALARIAL (em salários mínimos)									
	Nº famílias	Até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	S/renda S/declar.
	Total									
Fpolis	100	0,24	7,26	12,78	12,94	19,46	22,87	12,15	7,38	4,92
Estado	100	0,97	13,29	19,94	14,96	19,21	16,98	6,71	3,28	4,66

Fonte: IBGE, Censo demográfico SC, 2000, apud URBAL, 2004

Para efeito de análise, as faixas salariais serão divididas em três extratos sociais: até 5 salários mínimos, a classe baixa; de 5 a 20 salários mínimos, a classe média; e mais de 20 salários mínimos, as famílias de classe alta.

Começando pela primeira faixa salarial, correspondente a até 5 salários mínimos, pode-se notar um importante acréscimo da participação dessa faixa de renda familiar de 1980 para 1991, passando de 52,51% da população para 57,75%. Logo, há uma queda dessa fatia para 52,68% das famílias que vivem com a renda de até 5 salários mínimos em 2000. Vários fatores podem ter ocasionado a redução estatística das famílias que vivem com a renda mais baixa na última década. Tanto pode ter havido incremento na renda de muitas famílias como essa redução pode ter se dado pela elevação do custo de moradia na Ilha de Santa Catarina, forçando a camada mais pobre a residir em locais mais distantes do centro da cidade, em áreas periféricas da Região Metropolitana de Florianópolis. Seria interessante, portanto, um estudo quanto à mudança de perfil dos moradores da Ilha de Santa Catarina em função do aumento do custo de vida e do incremento da imigração para a região insular da capital.

O extrato de renda mensal familiar correspondente de 5 até 20 salários mínimos, considerada a classe média, representa, conforme o último censo, 35,02% das famílias de Florianópolis. Esse índice corresponde ao mesmo patamar encontrado na década de 80 na composição da distribuição da renda no município (35,40%) e uma leve recuperação em comparação à situação encontrada em 1991 (33,13%). Ao comparar-se a faixa salarial mais alta desse extrato, correspondente à renda situada entre 10 e 20 salários mínimos, encontra-se uma persistência na queda dessa fatia nas últimas décadas, passando de 15,09% nos anos 80 para 12,66% na década de 90 e a 12,15% no último censo. Os dados evidenciam, portanto, uma perda do poder aquisitivo da população de classe média em Florianópolis.

Ao comparar-se a faixa salarial mais alta, correspondente à renda familiar superior a 20 salários mínimos, nota-se um crescimento na última década – de 5,71% para 7,38% –, o que representa em números absolutos um crescimento de 3.859 famílias em 1991 para 15.212 famílias da classe mais privilegiada. Apesar de esse índice encontrar-se abaixo do verificado em 1980 (9,31%), o importante aumento no número absoluto de famílias situadas na classe alta possibilitou uma demanda maior por um consumo de serviços e produtos de qualidade diferenciada. Agrega-se a isso o fenômeno recente da imigração para Florianópolis de pessoas de alto poder aquisitivo advindas de grandes centros do País, contribuindo para uma mudança no perfil sociocultural da cidade. Tal mudança reflete-se em Florianópolis numa crescente diversificação na oferta de serviços de alimentação e entretenimento. Também é notável o crescimento do setor imobiliário e a conseqüente valorização dos imóveis na Ilha. Por outro lado, a concentração de renda em uma pequena parcela da população gera o aumento do custo de vida generalizado, resultando em condições nefastas para uma classe média cada vez mais depauperada e agravando o quadro de injustiça social frente às camadas de menor renda familiar, maioria da população ilhoa.

Segundo estimativas do ano 2000, cerca de 55% das famílias de Florianópolis participavam com apenas 6,7% da renda e os 9% mais ricos concentravam 42,1% da renda da cidade.(URBAL, 2004) Consideramos uma polarização de classes como essa preocupante, podendo ocasionar desestabilidade social com aumento da violência urbana.

Reforçando o risco de instabilidade social, apresenta-se a seguir dados estatísticos sobre a pobreza no município:

TABELA 17. EVOLUÇÃO DA POBREZA EM FLORIANÓPOLIS : 1980/1991/2000

FAIXA DE RENDA	1980		1991		2000	
	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%
Pobreza indigente	3.018	6,67	7.915	11,72	15.442	7,50
Pobreza não-indigente	13.917	30,75	20.163	29,86	52.997	25,72
Pobreza estrutural	6.665	14,73	10.922	16,17	40.101	19,46
Subtotal	23.600	52,15	39.000	57,75	108.540	52,68
Outras faixas	21.659	47,85	28.525	42,25	97.505	47,32
Total	45.259	100	67.525	100	206.045	100

Fonte: URBAL, 2004

A pobreza indigente refere-se àqueles cujo rendimento não é suficiente para que o indivíduo possa se alimentar conforme as recomendações da OMS. A pobreza não-indigente designa aqueles cujo rendimento é suficiente para alimentar-se, mas não para cobrir totalmente os gastos básicos (habitação, saúde, educação, transporte, vestuário, lazer, etc.). A pobreza estrutural inclui aqueles que conseguem satisfazer as necessidades básicas mas ainda têm muitas necessidades insatisfeitas para terem alguma qualidade de vida. Pode-se definir essas linhas como estando nas rendas familiares de 1, 3 e 5 salários mínimos, respectivamente. (URBAL, 2004)

A tabela da evolução da pobreza em Florianópolis mostra que, no geral, o índice de pobreza não tem diminuído nos últimos vinte anos. Se bem, houve um aumento do índice de famílias pertencentes à faixa de pobreza estrutural e decorrente decréscimo de famílias que se situam na pobreza não-indigente, demonstrando uma escalada proporcional na renda familiar, e não se deve desconsiderar o aumento no número absoluto de pessoas que vivem em estado de pobreza, chegando a atingir 108.540 famílias que não possuem a qualidade de vida considerada como mínima nos padrões internacionais.

Salienta-se que nos dados apresentados na tabela anterior foram desconsiderados da pobreza indigente as famílias que não possuem renda ou declaração, o que poderia agravar ainda mais os índices do município. (URBAL, 2004)

O que torna mais preocupante a situação da pobreza é o fato de ela crescer a 6,9%aa e, portanto, com velocidade superior ao crescimento geral da população urbana (3,68% aa). Ainda assim, a situação de Florianópolis pode ser considerada melhor que a média do Estado de Santa Catarina, onde o índice de indigência encontra-se em 14,3% das famílias, em comparação aos 7,5% da capital. (URBAL, 2004)

Sem dúvida, o que mais contribui para o agravamento da pobreza no Brasil é o desemprego. Em Florianópolis, mesmo sendo aclamada como a capital de melhor qualidade

de vida no país, a situação não é diferente. Conforme o relatório Urbal (2004:153), embora nos últimos trinta anos a população total crescesse a 3,0% aa, enquanto os empregos cresciam a 4,8 % aa, nos últimos três anos a situação deteriorou-se, pois a população cresceu a 3,3% aa, enquanto os empregos tiveram uma contração de cerca de 5,0% aa.

O mesmo relatório aponta como uma das principais causas a crescente migração campo-cidade, o que acarreta aumento do número de trabalhadores com baixa qualificação educacional e profissional, pois os indivíduos de menor escolaridade são os que mais sofrem com o desemprego. Também aponta, por outro lado, que os profissionais mais capacitados, advindos das universidades e cursos técnicos, encontram dificuldades em serem absorvidos pelo mercado de trabalho local, o que agrava a situação socioeconômica da cidade. (URBAL, 2004)

Conforme já exposto no item 3.2.2 – *contexto econômico* –, a atividade turística, nos moldes como foi desenvolvida, parece não ter sido suficiente para amenizar os problemas relacionados à desigualdade social e distribuição de renda. Mesmo sendo um importante gerador de renda no município, estudos demonstram que a parte da população nativa que não pertencia à elite local ficou alheia ao processo de crescimento econômico derivado do turismo, ficando sujeita à mão-de-obra barata e temporária durante o período de verão. Ainda, a crescente especulação imobiliária e a demanda por serviços de qualidade (e de alto custo) para atender necessidades exógenas contribuíram para o agravamento do quadro de segregação social.

3.2.4 O contexto espacial

3.2.4.1 O processo de ocupação humana na Ilha de Santa Catarina

De 1748 a 1756 desembarcaram em Santa Catarina cerca de seis mil imigrantes açorianos, dando início ao processo de ocupação efetiva do litoral catarinense. Atendo-se à Ilha de Santa Catarina, os primeiros imigrantes, aportados em 1748 e 1749, foram estabelecidos na Vila de Desterro e seus arredores. Para fixar as famílias chegadas a partir de 1750, fundaram-se as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e a de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio. O crescimento populacional das áreas açorianas nas décadas seguintes exigiu novos desmembramentos das freguesias originais: da de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina surgem a freguesia de N. Sra. da Lapa do

Ribeirão (1809) e a da Santíssima Trindade detrás do Morro (1835); da de N. Sra. da Conceição da Lagoa, a freguesia de São João do Rio Vermelho (1834); da de N. Sra. das Necessidades e Santo Antônio desmembra-se a freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835). (CECCA, 1996)

Nos primeiros vinte anos do século XX, Florianópolis já apresentava em seu perímetro urbano as características das modernas cidades brasileiras. Na década de 30, o declínio das atividades portuárias e a ligação de Florianópolis por rodovias²⁵ aos principais mercados e centros produtores do interior do Estado fortalecem o comércio da cidade, que, juntamente com o crescimento do setor público e a injeção de recursos estaduais e nacionais, provocam alterações significativas na economia local, contribuindo para a expansão urbana e mudança do perfil populacional. (CECCA, 1996)

O processo de urbanização demonstrado nos censos demográficos ocorreu de forma mais intensa na segunda metade do século XX, nos anos 60 e 70, a partir do asfaltamento da BR-101, interligando Florianópolis a outras regiões do estado e do país, dando origem ao crescimento migratório e turístico. A atividade de turismo e lazer promoveu uma expansão urbana cada vez mais desvinculada da área central e converteu a urbanização de Florianópolis em um fenômeno polinucleado e descentralizado para os balneários. As áreas urbanizadas têm ocupado paulatinamente todos os espaços do município e transbordado para os demais municípios da área continental, em vista do encarecimento do solo da Ilha causado pelo turismo. (URBAL, 2004)

O período de grande expansão urbana em Florianópolis foi concomitante ao período desenvolvimentista nacional. Foi no contexto de um ideal de crescimento econômico e de progresso – em que a concentração urbana nos moldes de metrópole eram condizentes com o plano desenvolvimentista – que se elaborou os dois Planos Diretores de Florianópolis, aprovados em 1954 e 1976²⁶. (CECCA, 1996)

Até o início da década de 60, Florianópolis apresentava característica tipicamente rural, com ocupação esparsa ao longo das antigas estradas coloniais e concentração urbana na área histórica central da Ilha e continente. (URBAL, 2004)

A partir de meados dos anos 60, Florianópolis mudou sua paisagem urbana, iniciando um processo de densificação das áreas centrais, ocorrendo um significativo aumento da verticalização das construções. Deu-se início nesse período às ocupações das encostas do

²⁵ Cabe destacar a importância da construção da Ponte Hercílio Luz em 1926 para esse processo.

²⁶ Em 1997 houve uma reformulação do Plano Diretor de 1976. (N. do A.)

Morro da Cruz e do manguezal do Rio Tavares por populações de baixa renda expulsas de áreas centrais e da orla (mais valorizadas), ou por imigrantes de zonas rurais do Estado. (URBAL, 2004)

A década de 1970 caracterizou-se pela implementação de grandes obras com o intuito de reorganizar o sistema viário, como a ponte Colombo Sales, e aterro da baía sul e a extensão e duplicação da avenida beira-mar norte, que tiveram forte impacto na configuração urbana, contribuindo para a verticalização da área central. Nessa década, a expansão urbana gerada pelo turismo aumentou consideravelmente, principalmente nos balneários do norte da Ilha, cujos núcleos foram ampliados para implementação tanto de loteamentos legais como de parcelamentos irregulares. Na área central, a urbanização contornou os limites do Morro da Cruz, crescendo ao longo da estrada da Agrônômica, e promoveu o surgimento de loteamentos na Trindade, Pantanal e Itacorubi, para atender a demanda gerada com a implantação do *campus* da UFSC e de sedes de várias empresas estatais – TELESC, ELETROSUL. (URBAL, 2004)

Enquanto a implantação da UFSC e das várias empresas estatais nas décadas de 1960-1970 impulsionou o crescimento de uma classe média e a expansão de áreas residenciais, comércio e serviços, o êxodo rural, aliado às perspectivas de emprego na capital, atraía uma população migrante pobre, multiplicando as áreas de periferia urbana e favelas. Essa configuração urbana, junto com a crescente valorização imobiliária aliada ao aumento do turismo, originou violentos conflitos nos processos de uso e ocupação do solo em toda a Ilha. (CECCA, 1996)

De acordo com Campos (2004)²⁷, foi exatamente durante esse período que se processou a mais voraz degradação ambiental da cidade. O grande fluxo de migração da classe média combinado com um ambiente econômico favorável impulsionou o desenvolvimento da construção civil, que, sem fiscalização adequada e, muitas vezes, com o apoio do poder público municipal, gerou impactos sobre o ambiente natural e urbanístico da cidade. Agravando a situação, a migração de operários pobres do interior catarinense, que não encontravam emprego na capital, gerou bolsões de miséria na periferia, ocorrendo diversas construções irregulares por todo o município.

²⁷ CAMPOS, Édson T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis**: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais. Florianópolis, 2004. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC.

Ainda segundo Campos (2004), a ocupação dos morros do município, quando dotados de infra-estrutura e urbanização, deu-se pelas classes média e alta da sociedade local, porém, quando não era interessante para a elite, os morros eram então ocupados pelas classes marginalizadas. As populações pobres, originadas do êxodo rural ou expulsas de suas localidades de origem na Ilha, ocuparam então as encostas próximas à região central. As ocupações subnormais vêm se agravando nas últimas décadas, formando favelas em diversas regiões do município, que sem infra-estrutura básica, destroem ecossistemas frágeis e tornam as áreas sujeitas a desabamentos de encostas, inundações e riscos de epidemias.

Na década de 1980, consolidou-se a expansão urbana para os balneários do norte da Ilha, incluindo a Praia Brava, assim como para a Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa. Ao mesmo tempo, as áreas do Campeche, Rio Tavares e Rio Vermelho foram sendo ocupadas de forma clandestina e descontrolada, o que ocorre até os dias atuais. (URBAL, 2004)

Na década de 1990, com a construção da via expressa para o norte da Ilha, consolidou-se uma expansão urbana organizada em Jurerê, Canasvieiras, Praia Brava, Ingleses Norte e Lagoa da Conceição, que passaram a ter maior número de residentes fixos e verticalização acelerada. Os loteamentos legais também atingiram algumas áreas que estavam um pouco à margem do processo de urbanização, como Santinho (condomínio Costão do Santinho), Rio Tavares (loteamento Novo Campeche) e Morro das Pedras (loteamento Berenhausen). Ao mesmo tempo, os loteamentos clandestinos destinados à moradia permanente alastraram-se pelas regiões do Campeche, Rio Tavares e Rio Vermelho. (URBAL, 2004)

Lago (1996) observa a relação entre o rápido processo de descentralização percebido na urbanização da Ilha e a valorização do espaço periférico. Balneários e bairros que antes eram ocupados por comunidades tradicionais vêm sendo ocupados pelas classes média e alta como residência ou imóvel para investimento, tornando-se áreas nobres no município e, segundo a autora, refletindo a diferenciação social através da segregação residencial, culminando com a expulsão das comunidades tradicionais para novas zonas periféricas, ainda mais distantes, com dificuldades de acesso e transporte e carentes em infra-estrutura básica.

A Tabela 18 mostra a evolução histórica do processo de urbanização do município através da densidade bruta²⁸ por distrito:

²⁸ Densidade distrital bruta, aquela calculada excluindo-se da área do distrito as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Área de Elementos Hídricos (AEH). Dessa forma é avaliada somente a área ocupável do

TABELA 18 - DENSIDADE DISTRITAL BRUTA EM FLORIANÓPOLIS : 1960-2000

Distrito	Área Ocupável ²⁹ (Km ²)	Densidade Demográfica Bruta (Hab/Km ²)				
		1960	1970	1980	1990	2000
Barra da Lagoa	2,86	*	370,46	578,21	1019,20	1512,22
Cachoeira do Bom Jesus	20,60	105,30	102,72	149,04	218,89	621,78
Campeche	24,44	*	94,15	164,56	307,43	759,79
Canasvieiras	23,75	72,54	84,03	102,34	172,27	426,43
SEDE (Florianópolis)	50,82	1563,77	2299,37	3094,43	3960,29	4503,52
Ingleses do Rio Vermelho	11,84	252,85	170,26	227,60	495,06	1394,65
Lagoa da Conceição	8,61	419,40	218,58	494,27	772,40	1143,28
Pântano do Sul	11,29	*	186,15	210,68	350,78	515,76
Ratones	21,80	39,54	36,47	41,38	49,54	131,70
Ribeirão da Ilha	32,63	161,23	129,60	164,63	365,77	624,95
Santo Antônio de Lisboa	14,56	119,08	137,55	178,82	256,70	368,56
São João do Rio Vermelho	13,28	*	73,85	92,07	140,33	511,25
Total de Florianópolis	236,49	413,65	584,94	794,38	1079,88	1447,43

Fonte: URBAL, 2004.

NOTA: (*) sem dados

Observa-se um adensamento de maiores proporções no distrito-sede (4.503,52 hab/km²) devido à ocupação quase que total desse distrito e por razão de uma forte verticalização. Em geral, houve um adensamento significativo das populações em todos os distritos de Florianópolis, porém, Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição e Ingleses chamam a atenção por já ultrapassarem a casa dos 1.000 hab/km². O IPUF considera que a tendência deva ser a equalização das densidades em torno de 4.000 hab/km² conforme avançar a urbanização. (URBAL, 2004) Isso resultaria em uma população próxima aos 950.000 habitantes no município de Florianópolis.

3.2.4.2 Expansão urbana, turismo e especulação imobiliária: zona de conflitos

Importante se faz destacar a idéia do IPUF (contida no relatório Urbal) sobre “expansão urbana organizada” apresentada no subitem anterior, citando como “exemplos” os loteamentos da Praia Brava e Jurerê Internacional, entre outros. Uma ocupação ordenada que não leva em consideração a variável ambiental e sociocultural não condiz ao ideal de desenvolvimento sustentável, como demonstra o próprio processo de ocupação dos loteamentos citados, que invadem e degradam áreas de dunas e vegetação de restinga – em

distrito, salientando que nessa área ocupável encontram-se áreas públicas, praças, sistema viário e as APL (Áreas de Uso Limitado), portanto, consideradas densidades brutas. (IPUF)

teoria protegidas por legislação – e contribuem para uma segregação social, formando guetos e separando as classes privilegiadas – às quais são reservadas as áreas nobres e próximas da orla marítima – e as classes pobres – às quais restam os terrenos às margens de rodovias, encostas de morros e áreas periféricas.

Em sua pesquisa, Édson Campos³⁰ relata diversos impactos ambientais relacionados ao modo de apropriação do solo na ilha, observando que:

... devido ao ineficaz controle e fiscalização sobre a expansão imobiliária, percebe-se, em vários balneários da cidade, que foram desmatados morros, aterradas áreas próximas ao mar e removidas dunas, para dar lugar a loteamentos para a classe média e alta, sem que se tomasse qualquer providência, tanto pela comunidade, como pelos gestores públicos municipais. Isso é facilmente identificável, principalmente nas praias de Jurerê, Daniela, Ingleses, Canasvieiras, Praia Brava, nos morros dos bairros centrais, como o Morro da Cruz, e os morros de Coqueiros, Saco Grande, Costeira do Pirajubaé, entre outros. (CAMPOS, 2004:145)

O relatório do CECCA faz interessante observação quanto ao processo de ocupação e expansão imobiliária na Ilha de Santa Catarina, indicando a estreita ligação entre as oligarquias locais, o poder público e a especulação imobiliária, advinda da oportunidade do crescimento turístico a partir dos anos 70. Aponta, entre outros casos, apropriações privadas em terras públicas de marinha e sobre terras comunais tradicionais, uso de informações privilegiadas para a compra de terrenos, influência política para a construção de infraestrutura urbana e liberação de alvarás para construções e loteamentos em áreas públicas ou de preservação ambiental. (CECCA, 1996)

Santos (2001) indica a existência de três formas de ocupação das áreas de preservação na Ilha de Santa Catarina: uma ocupação mais antiga, efetuada pela comunidade tradicional, outra por pessoas carentes e uma outra por grandes empreendimentos com anuência dos órgãos ambientais.

O crescimento do turismo e da imigração em Florianópolis vem acarretando uma ocupação descontrolada de áreas agrícolas. Tal fenômeno está descrito no relatório Urbal:

O parcelamento da pequena propriedade rural através de loteamentos clandestinos tornou-se uma prática generalizada no Município, sendo as principais ocorrências no Campeche, Tapera da Base, Ingleses do Rio Vermelho e São João do Rio Vermelho. Tal prática tem sido responsável pela predominância de lotes clandestinos no Município (60%) e pela urbanização de baixa qualidade, com vielas estreitas e sem praças ou áreas públicas, que degenera em casos extremos para ocupações sub-normais (*sic*) (áreas carentes). Podemos citar algumas: nas áreas de encostas dos

³⁰ CAMPOS, Édson T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis**: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais. Florianópolis, 2004. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC.

maciços do Morro da Cruz e do Morro da Costeira do Pirajubaé, bairro Saco Grande e bairro Monte Cristo (área sub-normal (*sic*) do Chico Mendes). (URBAL, 2004:25)

Ainda conforme a análise do relatório Urbal, o turismo gerou em Florianópolis um grande número de casas de veraneio ou segundas residências, porém, ao mesmo tempo trouxe uma urbanização cujo efeito marcante tem sido a proliferação de áreas com habitações subnormais ou áreas carentes. Essas favelas caracterizam-se pela falta de infra-estrutura urbana e comunitária e, principalmente, por elevado déficit habitacional, uma vez que as casas são domicílios rústicos ou improvisados, de pequeno porte e com elevada proporção de co-habitação. (URBAL, 2004)

Já o relatório do CECCA aponta para o outro lado do mesmo problema. Argumenta que em busca do ideal de qualidade de vida e beleza natural, a Ilha de Santa Catarina vem atraindo o imigrante de classe média e alta: profissionais liberais, funcionários públicos, professores e artistas, que, aqui se instalando, desobedecem à legislação que protege o meio ambiente ao construírem suas residências em áreas de preservação e criam uma demanda por um tipo de ocupação predatória e mercantilista do meio natural. (CECCA, 1996)

3.2.4.3 Ordenamento territorial na Ilha de Santa Catarina

A título de ordenação do território, o Plano Diretor do Município define um macrozoneamento. Nele constam as áreas tidas como não-urbanizáveis e as áreas urbanizáveis, dividindo-se esta última em urbanas e rurais. A Tabela 19 demonstra a evolução desse macrozoneamento no Município de Florianópolis:

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DO MACROZONEAMENTO EM FLORIANÓPOLIS : 1977/1985/2000

USOS	MAPA 1977		MAPA 1985		MAPA 2000	
	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%
APP Morros+Ilhotas	114,83	26,31	108,04	24,75	108,22	24,67
Parques	11,10	2,54	35,11	8,04	35,11	8,01
Manguezal	33,41	7,65	18,82	4,31	18,82	4,29
Dunas	10,05	2,30	12,61	2,89	11,90	2,71
Rios e Lagoas	27,04	6,19	27,90	6,39	28,08	6,40
Total APP	185,33	42,45	202,48	46,38	202,13	46,08
APL	0,00	0,00	56,40	12,92	56,12	12,79
Urbanizável	89,25	20,44	82,49	18,89	147,98	33,74
Rural	150,89	34,56	95,23	21,81	32,26	7,38
Total	436,57	100	436,60	100	438,49	100

Fonte: IPUF, 2001, apud URBAL, 2004.

A evolução do macrozoneamento em Florianópolis aponta para um aumento das áreas não-urbanizáveis neste município. As APPs correspondiam a 42,45% em 1977, passando a representar 46,08% do território em 2000. Cabe destacar que as APLs não existiam em 1977, e no zoneamento de 2000 correspondiam a 12,79% da área de Florianópolis.

Assim como as áreas não-urbanizáveis, as áreas urbanizáveis tiveram um acréscimo territorial com a evolução do zoneamento no município. Isso foi possível através da drástica redução das áreas rurais, passando de 34,56% do território em 1977 para somente 7,38% no ano 2000. Desse modo, as áreas urbanas, que representavam 20,44% de Florianópolis, estão agora em torno de 33%.

Diante do exposto, sobre a dicotomia aparente entre a expansão urbana e a preservação ambiental evidencia-se a necessidade de se pensar Florianópolis ante suas características de ambiente insular, limitada em seu crescimento urbano nos aspectos geográficos, físicos e ecológicos, tornando-se evidente e urgente a necessidade de um planejamento urbano e ambiental adequado às condições naturais e sociais da Ilha.

3.2.4.3.1 Planos Diretores do Município

O primeiro Plano Diretor do Município de Florianópolis se deu em 1955, tendo sido denominado Código Municipal de Florianópolis, aprovado na Câmara de Vereadores em 15 de novembro de 1955, pela Lei nº 246/55. Esse Plano foi elaborado por técnicos externos ao município, apresentava características típicas do urbanismo racionalista, buscava traçar soluções urbanísticas que contribuíssem para o desenvolvimento local através da industrialização. (RIZZO apud CAMPOS, 2004) O Código Municipal, mesmo tendo estado longe do ideal, deu os primeiros passos rumo ao ordenamento e controle do uso e ocupação do solo. (CAMPOS, 2004)

Com a ineficácia do primeiro, partiu-se para a o planejamento do segundo Plano Diretor, o qual seria aprovado em 1976, através da Lei nº 1440/76. O segundo Plano Diretor surgiu num contexto das estratégias desenvolvimentistas do regime militar. Foi nessa época que foram criadas as Regiões Metropolitanas como idéia de um núcleo integrador e desenvolvimentista de uma região. Quando aprovado, o Plano já apresentava vários problemas, como relata Campos:

Esse instrumento de planejamento urbano, assim como o anterior, apresentou problemas na sua implantação. Primeiro (...), estava defasado, na data de sua implementação, pois esse modelo de planejamento urbano já estava ultrapassado. Segundo, porque foi elaborado em escritórios, por um centralismo tecnocrático, sem a participação dos diversos segmentos sociais, e, por fim, logo após sua implantação, começou a receber alterações, que foram pulverizando o seu caráter normativo. (CAMPOS, 2004:170)

Com a expansão urbana dos anos 70 e o vislumbre de um crescimento do turismo na Ilha, houve necessidade de criar-se um planejamento urbanístico para os balneários. Para tanto, foi elaborado pelo IPUF o chamado Plano Diretor dos Balneários, aprovado no Legislativo em 1985, pela Lei nº 2.193/85. O Plano, que ainda hoje está em uso, buscava controlar o uso e ocupação da orla marítima, preservar a paisagem e o ambiente natural da Ilha, controlar o crescimento urbano e ordenar o desenvolvimento turístico. Foi nesse Plano que se institucionalizou as zonas de preservação definidas pela legislação. Apesar da importância do Plano Diretor dos Balneários no contexto socioambiental da Ilha, ele não conseguiu acompanhar a dinâmica da expansão urbana dos balneários e, ainda, sofreu e vem sofrendo diversas alterações em sua estrutura visando atender interesses políticos e econômicos, o que vem gerando diversos problemas quanto ao uso e ocupação das áreas litorâneas, além de defasagem da infra-estrutura necessária para a manutenção da qualidade de vida das comunidades e do ambiente natural de Florianópolis.

Da necessidade de revisão do Plano Diretor de 1976, que se encontrava defasado desde o início dos anos 80, foram iniciados os estudos para um novo Plano, realizado em cooperação técnica com a agência GTZ, da Alemanha. O atual Plano Diretor do Distrito-Sede do Município de Florianópolis foi então aprovado em 29 de setembro de 1997, pela Lei Complementar nº 001/97.

Segundo Campos (2004), esse Plano Diretor está mais voltado para a preservação ambiental e ao desenvolvimento turístico da cidade, assim como dotado de normas urbanísticas para o controle e uso do solo, trazendo avanços como a participação de diversos segmentos da sociedade local durante seu planejamento.

No modelo atual, toda a área continental da região conurbada (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), o Distrito-Sede e a região de entremares na Ilha caracterizam-se como áreas de urbanização extensiva, enquanto as áreas de balneários e o interior da Ilha são destinados à urbanização nucleada, separadas por APPs.

Em 2001, através de lei federal, foi criado o Estatuto da Cidade, o qual prevê que o Plano Diretor seja atualizado de forma global ou parcial. Em Florianópolis, optou-se pelo

plano parcial, organizando a lei urbanística por distrito ou bacia hidrográfica. (DIÁRIO CATARINENSE, 27/10/2004:07)

No Quadro 3 demonstra-se a atual situação dos planos e projetos de urbanização de algumas regiões da Ilha:

QUADRO 3 - SITUAÇÃO ATUAL DOS PLANOS E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Localidade	Situação
Centro – Distrito-sede	Plano Diretor do Distrito-sede aprovado em 1997.
Praia Brava e Jurerê	Iniciativa privada organizou os planos específicos.
Distrito de Santo Antônio de Lisboa	Plano específico elaborado com a comunidade, encontra-se pronto e foi encaminhado à Câmara Municipal, estando à espera de aprovação.
Barra da Lagoa e Praia Mole	Os planos específicos estão <i>sub judice</i> .
Planície Entremares (parte da Lagoa da Conceição, Rio Tavares, Campeche, Morro das Pedras, Ribeirão da Ilha e Carianos)	Representa uma área de 50 km ² . Considerada uma área potencial para expansão urbana, existe um forte impasse, persistindo desde 1989, para a implantação do plano diretor na região, devido à falta de consenso sobre o modelo de urbanização a ser implantado.
Distrito de Pântano do Sul	Região de ecossistemas importantes, compreende o Parque da Lagoa do Peri, a Lagoinha do Leste e parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Há forte interesse imobiliário. Foi feito um convênio com a Associação do Comércio e Indústria de Florianópolis (ACIF) para aprimorar o plano diretor, com contratação de ONGs ambientais (Projeto Ambiente Sul). O plano está em fase de análise e avaliação de um pré-zoneamento.

Fonte: adaptado do Diário Catarinense, 27/10/2004: pp.07

Santos (2001) aponta para um problema de uso político do Plano Diretor, expondo que a alteração do Plano é prática comum na Câmara Legislativa de Florianópolis. Segundo a autora, o atual Plano Diretor encontra-se desatualizado e não serve como agente de modelação e ordenamento para uma cidade insular, acrescentando que a situação torna-se ainda mais crítica com as constantes intervenções de vereadores, especificamente em mudanças pontuais nas áreas de zoneamento, mudanças de gabarito e densidade, o que evidencia o atendimento desses representantes da sociedade a um grupo de empresários, garantindo interesses particularistas e econômicos em detrimento do bem-estar comum.

3.2.4.3.2 Estatuto da Cidade

Segundo manifesta o relatório Urbal (2004), no futuro, a influência da sociedade na organização e gestão urbana deverá aumentar ainda mais, em virtude da Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade-, que tornou obrigatória a chamada gestão democrática da cidade, envolvendo a criação de órgãos colegiados, orçamento participativo, audiências e consultas públicas e sujeitando o Prefeito que não cumprir essa Lei a crime de improbidade administrativa. Para Campos (2004), o Estatuto da Cidade trouxe avanços importantes para a história urbanística brasileira e veio suprir deficiências legais e administrativas. Segundo ele, essa Lei não é auto-aplicável, depende de maior conscientização dos atores sociais quanto à preservação ambiental e à qualidade de vida, ressaltando que o êxito em sua aplicação dependerá da ação conjunta entre o poder público, privado e a sociedade civil. Merss (2001) diz que, em se tratando de política urbana, a Lei permite incentivar os processos de regularização fundiária e coibir a especulação imobiliária.

O Estatuto da Cidade reconhece a função social da cidade e da propriedade privada. Entre suas diretrizes estão a gestão democrática da cidade, a preservação ambiental e a adoção de padrões sustentáveis de consumo e produção.

A apropriação social do espaço urbano pela coletividade torna-se legalmente amparada por instrumentos que previnem a especulação imobiliária e privatização indiscriminada do solo urbano, permitindo a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda. O IPTU progressivo prevê a desapropriação do imóvel – num prazo de cinco anos a partir de sua cobrança – caso ele esteja sendo subutilizado ou não cumprindo com a definição social estipulada em Lei municipal. Outro instrumento relevante é o que prevê o usucapião de imóvel urbano para fins de moradia – particular (até 250 m²) ou coletivo (acima de 250 m²) – àqueles que ocuparem áreas ou edificações por período de cinco anos, ininterruptamente e sem que haja oposição.

A garantia de uma gestão democrática da cidade está prevista no Estatuto por instrumentos legais como: a) criação de órgãos colegiados de política urbana; b) ocorrência de debates, audiências e consultas públicas; c) gestão orçamentária participativa. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) torna-se obrigatório e depende de Lei municipal que defina os empreendimentos e as atividades que estarão sujeitos ao Estudo para a obtenção das licenças ou autorizações de execução. O EIV institui a participação da população residente nas áreas

afetadas pelos empreendimentos nas análises dos impactos. A elaboração de EIV não substitui a elaboração e aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pertinente.

Merss (2001) argumenta que o EIA constitui-se em caráter mais técnico e que o EIV possui um caráter mais participativo, tendo a comunidade a oportunidade de avaliar os efeitos positivos e negativos das futuras atividades por meio de audiências públicas.

Porém, desde a sua implementação em 2001 como lei federal, o Estatuto da Cidade ainda não foi regulamentado no Município de Florianópolis, não sendo, portanto cabível sua aplicação na cidade.

3.2.4.4 Infra-estrutura urbana frente ao processo de urbanização

3.2.4.4.1 Saneamento básico

- água e esgoto³¹

A coordenação, planejamento, execução, operação e exploração dos serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como as obras de saneamento básico em Florianópolis, são de responsabilidade da CASAN, empresa sob ingerência do governo estadual que atua em convênio com o município. A CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – é uma sociedade de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída em 02 de julho de 1971.

As primeiras redes de abastecimento d'água em Florianópolis datam de 1909. Até a década de 40, a Ilha de Santa Catarina era servida por três represas: a da Lagoa da Conceição, a do Itacorubi e a do Rio Tavares. Já naquele período, com a população em torno dos 24.000 habitantes, o sistema se encontrava defasado. Em 1945, iniciam-se as obras para o aproveitamento do manancial de Pilões (Rio Vargem do Braço), tornando a Bacia do Rio Cubatão, no continente, a principal fornecedora de água para o município.

O sistema integrado de abastecimento de água em Florianópolis atende, também, aos municípios de São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu, com uma população estimada em mais 700.000 pessoas.

³¹ Fonte de consulta: site da CASAN

A Ilha de Santa Catarina é abastecida pelo sistema continental Cubatão/Pilões e por mananciais de pequeno porte (com exceção da Lagoa do Peri) que atendem a um pequeno núcleo populacional na região onde estão localizados.

O abastecimento de água da Ilha de SC atualmente está dividido em três regiões denominadas Costa Norte, Sistema Costa Leste-Sul e sistema Cubatão-Pilões.

O sistema de abastecimento de água da Costa Norte tem água captada de manancial subterrâneo através de 22 poços artesianos, localizados na região do Sítio de Capivari, no Distrito de Ingleses e Distrito do Rio Vermelho, ao norte da Ilha de Santa Catarina. Além dos poços, o sistema também é constituído por uma Estação de Tratamento de Água (ETA) localizada no Distrito de Ingleses. Também há uma estação de recalque de água tratada junto da estação de tratamento e reservatórios, localizados nos Distritos de Ingleses, Canasvieiras, Jurerê e Daniela.

Devido ao fato de o Norte da Ilha ser uma região balneária, a vazão de produção dos poços é variável e sazonal. No inverno a vazão média é de 111 l/s e atende aproximadamente 64.000 habitantes. No verão a vazão média é de 300 l/s quando passa a atender por volta de 130.000 pessoas. O sistema de abastecimento de água Costa Norte atende aos Distritos de Rio Vermelho, Ingleses, Santinho, Ponta das Canas, Canasvieiras, Jurerê, Daniela e Ratonés.

A Estação de Tratamento de Água da Lagoa do Peri faz parte do sistema de abastecimento de água Costa Leste, que atende aos distritos da Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Morro das Pedras, Armação e Ribeirão da Ilha. A estação está localizada dentro do Parque Municipal da Lagoa do Peri. A captação da água é feita através de uma barragem de elevação de nível com um canal adutor até a Estação de Recalque de Água Bruta, de onde é bombeada para a Estação de Tratamento de Água com vazão média de captação de 200 l/s. A água já tratada é então bombeada para os diversos reservatórios localizados na Região da Costa Leste Sul, para ser distribuída à população. A produção da estação varia de acordo com a demanda, em média 178 l/s no inverno, atendendo até 102.000 habitantes, e em média 197 l/s no verão, atendendo aproximadamente 113.000 habitantes.

Os demais distritos da Ilha de Santa Catarina, incluindo o centro de Florianópolis, são abastecidos pelo sistema Cubatão/Pilões que compreende a captação de água dos rios Vargem do Braço e Cubatão, localizados no Município de Santo Amaro da Imperatriz. A água bruta desses mananciais é processada na ETA José Pedro Horstmann, localizada no Morro dos Quadros, no Município de Palhoça.

A primeira rede de esgotos da capital foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1916. O sistema seria gradativamente desativado, até que a Estação de Depuração Biológica deixa de operar em 1960, sendo os esgotos jogados diretamente nas baías e praias locais. No dia 8 de janeiro de 1992 é dada a Ordem de Serviço para o início das obras do segundo Sistema de Esgotos de Florianópolis (INSULAR). O projeto total consta de 200 quilômetros de rede coletora e quatro bacias principais: baía norte, região central, sul e Prainha; José Mendes e Saco dos Limões; Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande; e Costeira do Pirajubaé. No dia 3 de Outubro de 1997 é inaugurada a primeira etapa do novo sistema de esgotos com estação de tratamento situada na Baía Sul.

Segundo dados da Casan, o atendimento de água e esgoto na Região Metropolitana de Florianópolis se dá da seguinte forma:

TABELA 20 - ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EM ESGOTO E ÁGUA EM FLORIANÓPOLIS

População urbana: 745.805 habitantes		
<i>Abrangência dos serviços</i>	<i>Água</i>	<i>Esgoto</i>
População atendida	711.274	219.829
Localidades atendidas	38	6
Municípios	15	4
Distritos	10	2
Vilas	13	0
Número de ligações	166.184	28.641
Índice de cobertura dos serviços	95,37%	29,48%

Fonte: CASAN, 2005.

Conforme se observa na Tabela 20, evidencia-se o principal problema na questão do saneamento básico em Florianópolis, que é a coleta e tratamento de esgoto. Apenas 29%, ou, um em cada três dos domicílios urbanos da Região Metropolitana, é atendido pela Casan no que concerne ao esgoto, trazendo conseqüências bastante graves e evidentes na qualidade ambiental da Ilha de Santa Catarina. Obviamente, na temporada de verão, com o conseqüente aumento de pessoas fixadas em Florianópolis, os impactos gerados por essa carência no saneamento são agravados, piorando ainda mais a poluição das baías norte e sul, da Lagoa da Conceição e em diversos pontos nos balneários da Ilha.

Os impactos ambientais decorrentes da carência na coleta e no tratamento do esgoto podem ser demonstrados através da avaliação de balneabilidade das águas coletadas pela Fatma em 60 pontos do município:

TABELA 21 - SITUAÇÃO DE BALNEABILIDADE EM FLORIANÓPOLIS – 16/01/2004 – 30/12/2004

Feriados próximos às datas de coleta	Data da coleta	Próprio para banho	Impróprio para banho	Total de pontos verificados
	16/01/2004	45	15	60
	31/01/2004	28	32	60
	13/02/2004	38	22	60
Carnaval 24/02	27/02/2004	39	21	60
	12/03/2004	44	16	60
	26/03/2004	46	14	60
Dia do Trabalho 01/05	30/04/2004	42	18	60
	31/05/2004	43	17	60
	30/06/2004	44	18	62
	31/07/2004	46	16	62
	31/08/2004	46	14	60
	30/09/2004	43	19	62
Finados 02/11	31/10/2004	47	15	62
	03/12/2004	46	16	62
	16/12/2004	49	13	62
Natal e Ano Novo	30/12/2004	47	15	62

Fonte: FATMA, 2005.

Nota-se que no período de alta temporada, nos meses de janeiro e fevereiro, das quatro coletas demonstradas no quadro, três apresentaram um aumento no número de praias impróprias para banho, e nas amostras do dia 31 de janeiro de 2004, 32 pontos, mais da metade dos 60 analisados, estavam sem condições de balneabilidade.

- lixo

O gerenciamento da coleta e disposição de resíduos sólidos é de competência da COMCAP, órgão de capital misto vinculado à Prefeitura. Além da coleta diária em todos os bairros da cidade, a COMCAP atende 90% com coleta seletiva. Desde 1998 faz, anualmente, a coleta de lixo pesado, recolhendo materiais inservíveis como geladeiras, fogões, galhos de árvores e pneus. Em 2000 foi inaugurado o Centro de Transferência de Resíduos Sólidos de Florianópolis no local onde funcionava o antigo aterro sanitário, no bairro do Itacorubi, para atender o crescimento anual de 7% do lixo na cidade. A Estação de Transbordo do lixo domiciliar da cidade tem capacidade para operacionalizar 450 ton./dia.

O aumento médio de lixo registrado no mês de janeiro chega a 30%, passando das 10 mil toneladas para 13 mil toneladas / mês. Para atender à demanda, a COMCAP organiza a operação verão, com coletas diárias nas praias até o dia 31 de março, sendo um dia reservado para a coleta seletiva (DIÁRIO CATARINENSE: 35, 03/02/2005). A partir de 2002, todo o

lixo recolhido em Florianópolis é encaminhado para o Aterro Sanitário da Pró-Activa Meio Ambiente Brasil, em Biguaçu, Região Metropolitana de Florianópolis.

3.2.4.4.2 Sistema viário

Em um levantamento efetuado pela SETUR nas associações comunitárias, relacionado ao planejamento de ações emergenciais para a temporada de 2001/02 e abordando temas como transporte, trânsito, vias públicas, segurança, saúde, coleta de lixo, fiscalização, sinalização turística, paisagismo, entre outros, destaca-se a preocupação das associações em relação aos problemas de mobilidade. (OLIVEIRA, 2001:59)

No geral, as dificuldades com mobilidade, que envolvem transporte, trânsito e vias públicas, foram indicadas por 25% das associações como o principal problema na temporada de verão. Na região central de Florianópolis, a mobilidade representava 52% dos problemas apontados. Somente na região que engloba Canasvieiras, Ingleses e Santinho o problema de mobilidade não foi considerado como principal, estando as preocupações das associações vinculadas mais à fiscalização (esgotos, lixo, comércio ambulante e animais), com 21%, e saúde, com 17%.

Por tratar-se de uma região insular, as alternativas de expansão da malha viária encontram-se física e ambientalmente limitadas, podendo trazer impactos negativos advindos de tal iniciativa. Dita característica indica a necessidade de maior preocupação com um sistema de transporte público mais eficiente, considerando, também, novas possibilidades em transportes públicos e incentivo de formas alternativas ao transporte individual na Ilha, como o transporte hidroviário e as ciclovias.

Para Godoy (2003), no caso da Ilha, as obras viárias não vêm obedecendo a critérios de prudência na sua relação com o meio ambiente, o que acarreta fragmentação de ecossistemas, desobediência à legislação ambiental e não-consideração ao impacto dos fluxos gerados sobre áreas carentes em infra-estrutura, contribuindo para a especulação imobiliária e a aceleração da urbanização desordenada. Tal observação, no nosso entendimento, não desconsidera a necessidade de melhoria dos acessos já existentes em áreas já ocupadas, o que solucionaria os casos de estrangulamento viário.

Em seu estudo, Oliveira³² indica seis pontos críticos no trânsito da Ilha de Santa Catarina. Dois desses pontos críticos estão na SC-401: um que se localiza no final da pista duplicada, junto ao acesso às praias de Jurerê e Daniela, e outro em Ingleses, no acesso às praias do Santinho e Moçambique. Na costa leste verificam-se pontos críticos ao longo do acesso à Lagoa da Conceição e no acesso à praia da Joaquina. No sul da Ilha existem problemas na Costeira do Pirajubaé, na via de acesso ao aeroporto e às praias do sul³³. A rodovia SC-405 na área do Rio Tavares é outro ponto crítico por ligar a Costeira do Pirajubaé tanto à Lagoa da Conceição como às praias do sul da ilha. Um sétimo ponto crítico no sistema viário, não apontado pelo autor, seriam as pontes que proporcionam acesso entre a Ilha e os bairros e a Região Metropolitana do continente.

O mesmo autor cita os casos de Ingleses e Canasvieiras como exemplos do que ocorre na maioria dos balneários da Ilha de Santa Catarina: ocupação excessiva do solo para edificações em relação aos espaços para circulação e lazer. Conclui que as possibilidades de circulação e lazer em vários pontos da Ilha de Santa Catarina são mínimas e mal adaptadas. Dito fato é agravado ao constatar-se que os principais pólos receptores de turistas, Canasvieiras e Ingleses, não possuem infra-estrutura turística adequada que fixem os veranistas nesses locais, sendo necessário o deslocamento a outros pontos da Ilha em busca de infra-estrutura e serviços necessários às suas demandas, pressionando ainda mais o já saturado sistema viário de Florianópolis.

3.2.5 O contexto ecológico

A história geológica da Ilha proporcionou uma certa diversidade de tipos de solos e de perfis topográficos (relevos) que, interagindo com fatores físicos e biológicos, permitiu o desenvolvimento de vários ambientes. A Floresta Ombrófila Densa, no caso a Mata Atlântica, encontrou condições para se desenvolver predominantemente nos morros. A vegetação litorânea de praias e dunas, formada principalmente por arbustos e ervas (vegetação de restinga), ocupou a maior parte das áreas planas de solo arenoso da Ilha. Outra porção das áreas planas foi ocupada pelos manguezais, nos solos lodosos. Importante ambiente é o dos banhados de água doce. Na costa leste, além dos campos de dunas, encontram-se os costões rochosos, que possibilitam a fixação e o desenvolvimento de várias espécies que não são encontradas nas águas estuarinas das baías. Nesta mesma região, cordões arenosos represam corpos d'água, formando as duas maiores lagoas da Ilha: Lagoa da Conceição, de água salobra e a Lagoa do Peri, de água doce. (CECCA, 1996:73-74)

³² OLIVEIRA, Sérgio D. **Análises espaciais como apoio à gestão turística da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, 2001. Dissertação de mestrado. PPGEP, UFSC.

³³ No decorrer desta pesquisa, o trecho da via expressa sul foi finalizado, o que aliviou sensivelmente os problemas de trânsito na área citada.

3.2.5.1 Os impactos ambientais do crescimento urbano na Ilha de Santa Catarina

Antes da ocupação humana, 90% da área da Ilha de Santa Catarina era ocupada por vegetação, sendo que 7% era ocupada por vegetação de restinga, 9% por vegetação de mangue e 74 % por floresta pluvial de encosta e floresta das terras baixas. Estudos revelam o desmatamento de mais de 87% das florestas, 26% dos manguezais e 22% das restingas. Desde a colonização, as ações de desmatamento têm sido freqüentes no município. O desmatamento ocorreu primeiramente para retirada de madeira e, posteriormente, para lavoura de cana e mandioca nas planícies interiores e encostas, o que descaracterizou completamente a vegetação original. A partir das décadas de 1960 e 1970, a expansão urbana tomou a frente nos processos de desmatamento, na forma de ocupações e loteamentos ilegais ou não. (URBAL, 2004; CECCA, 1996).

Conforme apontado no relatório do CECCA (1996), os limites propostos pela condição insular de Florianópolis devem ser seriamente considerados, sob pena de alcançar-se um quadro irreversível de degradação ambiental e deterioração da qualidade de vida.

Entre os impactos ambientais causados pela expansão urbana recente e o modelo de crescimento econômico adotado em Florianópolis, devem ser citados:

3.2.5.1.1 Poluição hídrica

Os rios e pequenos córregos estão contaminados por dejetos domésticos e alguns se apresentam canalizados. A canalização, poluição e o assoreamento desses corpos d'água têm causado transtornos à população através de enchentes, cada vez mais freqüentes. Segundo o relatório Urbal, a maioria das lagoas encontra-se livre de contaminação, exceto em alguns pontos da Lagoa da Conceição, onde há ligações clandestinas de efluentes domésticos na rede pluvial e também problemas de poluição por óleo derivado de frituras e combustíveis. Quanto às águas subterrâneas, elas têm sofrido gradativa ameaça de comprometimento pela poluição orgânica dos dejetos domésticos, pois parte do solo do município tem sua composição formada por sedimentos arenosos com alta capacidade de infiltração, o que facilita a contaminação por efluentes dos sumidouros das fossas domésticas. (URBAL, 2004)

3.2.5.1.2 Poluição da orla marítima³⁴

O principal elemento poluidor da orla marítima em Florianópolis é o causado pelos dejetos orgânicos provenientes de esgotos. A contaminação é mais acentuada no mar das baías norte e sul, estendendo-se nas áreas estuarinas dos manguezais de Ratoles e Itacorubi. Nas duas baías existem indícios de contaminação por metais pesados, talvez derivados dos laboratórios da UFSC ou de indústrias de galvanoplastia na área continental. Ambas as baías encontram-se impróprias para banho e algumas praias do norte, como Ingleses e Canasvieiras, apresentam no verão alguns pontos impróprios, assim como a Lagoa da Conceição. O relatório URBAL aponta as demais praias em excelentes condições de balneabilidade, mas alerta para o crescimento imobiliário desordenado, que poderia interferir na qualidade ambiental dessas áreas. (URBAL, 2004)

3.2.5.1.3 Ocupação e uso insustentável do solo

O processo de ocupação do solo acarretado pela expansão urbana desordenada vem ocasionando diversos problemas sociais e ecológicos. O desmatamento nas encostas e sopés de morros, decorrente da urbanização e exploração de jazidas para a construção civil e aterros para obras viárias, vem ocasionando problemas de erosão. A ocupação de encostas e sopés de morros torna essas áreas como potenciais riscos a vidas humanas devido à possibilidade de rolamento de pedras e deslizamento do solo, além de caracterizar uma perda da qualidade estética local. (URBAL, 2004)

Em um levantamento realizado nos Processos Administrativos da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (PRDC/SC/MPF)³⁵, de janeiro de 1999 a abril de 2000, pôde-se constatar que na área de Florianópolis e arredores mais da metade (57,21%) dos Processos Administrativos, de um total de 444, tratavam de degradação ambiental, seguida a esta a do patrimônio público (23,65%). Dos 254 Processos Administrativos que tratavam de danos ambientais, 138 diziam respeito à área da Ilha de Santa Catarina.

³⁴ Ver Tabela 21 do presente capítulo.

³⁵ SANTOS, Cláudia Regina dos. **A interface das políticas públicas com o processo de ocupação humana na área de preservação permanente:** vegetação fixadora de dunas na Ilha de Santa Catarina, SC. Florianópolis, 2001. Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC.

Minérios como o granito, a brita, o cascalho e a areia, largamente utilizados no processo de expansão urbana, têm sido cada vez menos utilizados devido a restrições de órgãos ambientais. Porém, impactos ambientais advindos da exploração desses minérios podem ser observados: desmatamento, alteração de relevo e contaminação e assoreamento de cursos d'água.(URBAL, 2004)

A ocupação da orla também vem induzindo à erosão marinha da linha de costa em várias praias do município. Essa abrasão marinha ocorre principalmente nas praias de Canasvieiras, Ponta das Canas, Ingleses e Armação. (URBAL, 2004)

Outro fator de erosão e descaracterização da orla em Florianópolis são os aterros para obras viárias. Grandes áreas foram aterradas sobre o mar na área central da Ilha: Beira-Mar Norte (década de 1960, cerca de 7 ha), Baía Sul (década de 1970, 60 ha) e Saco dos Limões (1998,140 ha). Os aterros costeiros têm alguma influência na drenagem superficial e na circulação das águas marinhas, embora seu maior efeito esteja na erosão causada nas áreas de empréstimo. (URBAL, 2004)

As áreas de manguezais sofreram e vêm sofrendo impactos negativos oriundos da ocupação desordenada do solo. Citam-se os aterros para assentamentos e ampliações de construções ao longo da SC-401, que afetam diretamente o mangue do Saco Grande (Reserva Ecológica dos Carijós). Os aterros de áreas úmidas causam problemas de assoreamento, perda de vegetação de transição de mangues e alterações na drenagem superficial, detectando-se pequenas inundações localizadas no interior da Ilha.(URBAL, 2004)

3.2.5.1.4 Inundações

A urbanização desordenada, ocupações em áreas alagadiças, sistema de drenagem ultrapassado, regiões com ausência de canalizações, falta de critérios técnicos em canalizações em urbanizações clandestinas (principalmente no interior da Ilha: Rio Tavares, Alto Ribeirão, Tapera e Campeche.), constituem-se nas principais causas de inundações que afetam diversas comunidades em Florianópolis em consequência de qualquer aumento de pluviosidade. Bairros como Parque São Jorge, Jardim Anchieta, Santa Mônica e Monte Verde são comumente os mais atingidos por esse tipo de problema. Segundo o relatório Urbal, para efeito de planejamento e proteção, pertinente ao aspecto sanitário, é imprescindível que sejam feitos Planos de Macro-Drenagem para todo o Município, desenhando as linhas e ramais principais da drenagem pluvial. (URBAL, 2004)

3.2.5.1.5 Poluição Sonora

Bares, casas noturnas e igrejas evangélicas são os que causam mais denúncias de desrespeito aos níveis de ruído permitido pela legislação municipal (50 a 70 Db durante o dia, e de 45 a 60 Db durante a noite). O incremento das atividades turísticas resulta no aumento da vida noturna e, conseqüentemente, no aumento das reclamações de moradores vizinhos a esses estabelecimentos. Algumas vias, como as avenidas Mauro Ramos e Beira-Mar Norte, apresentam níveis altos e constantes de ruído (70 Db) causado pelo tráfego automotor, mas não tem havido ações para minimizar esse fato. (URBAL, 2004)

3.2.5.1.6 Poluição Visual

A publicidade através de outdoors, faixas e painéis está regulamentada no município, mas freqüentemente é desobedecida, trazendo poluição visual em todas as regiões. O problema é mais acentuado ao longo das rodovias e nas zonas comerciais e turísticas, especialmente nos balneários de Canasvieiras e Ingleses. Outro elemento de poluição visual está na péssima qualidade da urbanização e da arquitetura no acesso às áreas turísticas importantes. O posteamento e as redes elétricas aéreas também são elementos que desvirtuam a paisagem de todas as áreas urbanas, exceto no centro histórico da cidade. (URBAL, 2004)

3.2.5.2 Áreas ambientalmente protegidas na Ilha de Santa Catarina

A maioria dos ambientes naturais remanescentes na Ilha possui mecanismos de preservação. A Constituição brasileira considera a Mata Atlântica patrimônio nacional, afirmando que sua utilização dar-se-á na forma da lei, “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”, mesmo tratamento dado pela Constituição do Estado de Santa Catarina, que a qualifica como área de interesse ecológico. No município, as APPs (Área de Preservação Permanente), instituídas pelo Plano Diretor, protegem recursos e paisagens naturais, incluindo topos de morros e encostas com declividade igual ou superior a 46,6%, além de manguezais e dunas. (ver tabela de macrozoneamento) Além dos mecanismos legais descritos, várias unidades de conservação (parques e reservas) das esferas municipais, estaduais e federais, assim como atos de

tombamento, também suprem o papel de preservação do ambiente natural insular. (CECCA, 1996)

Apesar dos mecanismos legais de preservação, é evidente a ineficácia em vários aspectos desses recursos. Mônica Godoy³⁶ em sua pesquisa que traçava um paralelo entre a legislação ambiental incidente nas áreas legalmente protegidas na Ilha de Santa Catarina e a realidade apresentada, chegou às seguintes considerações:

- Os textos legais pertinentes às Unidades de Conservação (UC) e áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina encontram-se dispersos e de difícil acesso, o que dificulta uma visão geral das leis aplicáveis a essas áreas;
- as leis existentes padecem da falta de definição dos limites das áreas protegidas, não apresentam em sua maioria as coordenadas geográficas e carecem de critérios técnicos e demarcação física das Unidades de Conservação e APPs;
- as leis de proteção ambiental existentes não são aceitas ou reconhecidas pelos cidadãos, ainda mais porque a própria Administração Pública não as respeita;
- existe carência de fiscalização e aplicação efetivas das leis pela sociedade;
- ocorrência de ocupação desordenada e danosa no entorno das Unidades de Conservação e áreas protegidas;
- fraca pressão popular no que concerne a problemas ambientais, que acarreta num comodismo do Poder Público e nas conseqüentes omissões e ações irregulares;
- necessidade de maior abrangência nas implementações de educação ambiental, com vistas a uma consciência ecológica por parte das comunidades;
- falta de incentivo e criação de espaços e mecanismos de participação direta dos cidadãos quanto à discussão e aprovação de formulações e alterações da legislação urbana.

Tais indícios explicam a razão pela qual várias dessas unidades de conservação vêm sofrendo agressões pontuais e constantes em suas zonas limítrofes e, até, interiores. Um

³⁶ GODOY, Mônica M. **Áreas Legalmente Protegidas na Ilha de Santa Catarina: Legislação incidente e realidade – um paralelo.** Florianópolis, 2003. Dissertação de mestrado, PPGEP, UFSC.

detalhamento das unidades de conservação existentes, a legislação incidente e sua situação atual são demonstrados resumidamente no quadro a seguir:

QUADRO 4 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

DENOMINAÇÃO	LEI	ÁREA	DESCRIÇÃO	PROBLEMAS
Área de Preservação Permanente do Itacorubi	Lei 4.771, de 15/09/65 e Resolução Conama n.04, de 18/09/85	150 ha	Manguezal e vegetação herbácea junto à Via Expressa Norte que acompanha a bacia do Itacorubi até o loteamento Santa Mônica	Aterro Sanitário desativado, estação de transbordo de lixo, aterros e desmatamento
Área de Preservação Permanente do Manguê da Tapera	Lei 4.771, de 15/09/65 e Resolução Conama n.04, de 18/09/85	40 ha	Manguezal localizado no sul da Ilha, no bairro da Tapera	Ocupação por ranchos de pescadores e residências de baixa renda
Área de Relevante Interesse Ecológico do Desterro	Convênio entre Governo do Estado e UFSC	491,5 ha	Remanescentes de floresta atlântica situadas no morro do Saco Grande	Bem conservado
Área Tombada da Floresta do Hospital de Caridade	Dec. Mun. n. 270 de 30/12/86	16 ha	Importante área remanescente de floresta atlântica localizada no Morro da Cruz, centro da cidade	Invasão de habitações de baixa renda
Área tombada da Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena	Dec. Mun. n. 135, de 05/06/88	31,25 ha	Lagoas e entorno	Ocupações e inundações
Área tombada da Região da Costa da Lagoa da Conceição	Dec. Mun. n. 247 de 06/11/86	967,5 ha	Tombamento de área histórica e natural da região da Costa da Lagoa. Esta área é de floresta atlântica	Ocupação por residências e restaurantes
Área Tombada das Dunas de Ingleses, Santinho, Campeche, Armação e Pântano do Sul	Dec. Mun. n. 112, de 31/05/85	443 ha	Dunas móveis, semimóveis, fixas e sua vegetação	Ocupação por residências e comércios. Uso para esporte e lazer
Área Tombada das Restingas de Ponta das Canas e Ponta do Sambaqui	Dec. Mun. n. 216, de 16/09/85	22,8 ha	Vegetação de restinga	Ocupação por residências e ranchos de pesca

DENOMINAÇÃO	LEI	ÁREA	DESCRIÇÃO	PROBLEMAS
Estação Ecológica de Carijós	Dec. Fed. n. 94.656, de 20/07/87	712,2 ha	Mangues do Saco Grande e Ratonés	Aterros, construção de residências e comércios
Horto Florestal Municipal de Ribeirão da Ilha	Lei Mun. n.2.348, de 27/12/85	25,9 ha	Área da prefeitura usada para criação de mudas para serem usadas em ruas, praças e jardins	Bem conservado
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubá	Dec. Fed. n.533, de 21/05/92	1454 ha	Mangues do Rio Tavares e baixio da Baía Sul	Aterros
Parque Maciço da Costeira	Lei Mun. n.4605/95	1456,3 ha	Relevo montanhoso com boa cobertura vegetal e mananciais de captação de água	Ocupação desordenada e exploração de pedras
Parque Ecológico do Córrego Grande	Convênio n.3214/93 entre PMF, IBAMA, FLORAM e COMCAP	21,48 ha	Pinus e eucaliptos	Implantado como parque urbano
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Ponta dos Naufragados	Dec. Est. n.1260, de 01/11/75 Dec. Est. n.8857, de 11/09/79	Na Ilha, 346,5 ha	Floresta atlântica, dunas, restinga, mangue, campos e capoeirões	Construções clandestinas
Parque Florestal do Rio Vermelho	Dec. Est. n.2006, de 21/09/62	1297 ha	Reflorestamento de pinus e pequena área de floresta nativa	Estacionamento de carros sobre cordão litorâneo
Parque Municipal da Praia da Galheta	Lei Mun. n.3455, de 16/08/90 Dec. Mun. n.698, de 30/08/94	149,3 ha	Dunas, encosta, costões e vegetação	Bem conservado
Parque Municipal da Lagoa do Peri	Dec. Mun. n.1408, de 04/06/76 Lei Mun. n.1828, de 03/12/81 Dec. Mun. n.091, de 01/06/82	2.030 ha	Floresta nativa e Lagoa com 5 Km ² , pastagens e agricultura de subsistência	Bem conservado

DENOMINAÇÃO	LEI	ÁREA	DESCRIÇÃO	PROBLEMAS
Parque Municipal da Lagoinha do Leste	Dec. Mun. n.153, de 05/06/87 Lei Mun. n.3071, de 07/01/92	453 ha	Lagoinha, dunas, e vegetação	Bem conservado
Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição	Dec. Mun. n.1261, de 23/05/75 Dec. Mun. n.213, de 14/12/79 Dec. Mun. n.231, de 16/09/88	563 ha	Dunas móveis, semimóveis, fixas e sua vegetação	Ocupação por residências, comércio e equipamentos turísticos. Uso para esporte e lazer

Fonte: URBAL (2004)

FINAL QUADRO 4

Com exceção da ESEC Carijós, nenhuma outra UC possui um plano de manejo, portanto, sem estratégias de usos e sem a participação dos cidadãos, conforme previsto no SNUC. As ações de educação ambiental nas comunidades de entorno das UCs ainda são tímidas, falta maior integração entre os órgãos ambientais e organizações do terceiro setor para uma efetiva implementação de programas desse tipo. (ROCCA, 2002) A deficiência de fiscalização está presente em todos os órgãos ambientais atuantes na Ilha, havendo necessidade de uma articulação conjunta entre os órgãos ambientais, IPUF, SUSP, ONGs e outros que possam diminuir o problema de ocupações ilegais e ordenamento do solo. (SANTOS, 2001; ROCCA, 2002; CECCA, 1996)

Outro ponto a ser considerado na legislação é a não-observância de critérios ecológicos na proposição e delimitação de unidades de conservação. Tornam-se necessários estudos técnicos que prevejam a necessidade de corredores ecológicos entre as áreas protegidas e zonas de amortecimento em seu entorno.

A destruição, fragmentação e separação dos ambientes na Ilha, provocadas pelo isolamento de pequenas áreas de florestas, sejam por áreas urbanas ou rodovias, constituem-se em importante problema ecológico, atingindo principalmente a fauna, uma vez que pequenas áreas muitas vezes não são suficientes para comportar populações viáveis de algumas espécies e, o isolamento dessas áreas pelo ambiente urbano impede que a vegetação, ou seu ecossistema regenerem-se completamente. (CECCA, 1996)

3.2.6 O contexto político e institucional

3.2.6.1 Poder Público

A Prefeitura Municipal de Florianópolis administra uma área urbanizável de grande porte, com cerca de 148 km², e uma região costeira com mais de 180 km de extensão, o que se reflete numa estrutura administrativa complexa, constituída por administração direta e indireta com o total de 6.543 servidores, distribuídos em dez Secretarias, fundações para o meio ambiente (FLORAM), cultura (Franklin Cascaes) e esportes; uma autarquia para planejamento urbano (IPUF), uma autarquia chamada Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis e uma empresa de economia mista para obras e lixo (COMCAP). Estima-se que 26,88% dos servidores estejam vinculados à gestão da urbanização, em seus aspectos de planificação, controle e obras.

A estrutura formal da Administração Pública em Florianópolis é descrita pelo relatório Ubal nos seguintes termos:

O Executivo Municipal apresenta uma estrutura formal de decisão que desce do Prefeito Municipal, assessorado pelos diversos Conselhos até chegar aos órgãos operacionais da administração direta e indireta. Os diversos órgãos são chefiados por pessoas de confiança do Prefeito (cargos de confiança) que podem ser substituídas a qualquer momento, sendo em geral indicações mais políticas do que técnicas. O conjunto desses Secretários e Diretores forma o principal grupo decisório da administração local, o chamado Colegiado Municipal, que se reúne com o Prefeito uma vez por semana para tratar dos assuntos em pauta e resolver conflitos de atuação, já que existe forte tendência à atuação independente. Na prática, assuntos corriqueiros se decidem ao nível de gerente, projetos ou investimentos de médio porte ao nível de secretário ou diretor, e projetos ou investimentos de grande porte ou significação chegam ao nível de Prefeito. (URBAL, 2004)

Atores fundamentais no sistema decisório do setor público são os vereadores e políticos com influência local. A Câmara de Vereadores é responsável pela aprovação do orçamento municipal, proposta e aprovação de leis municipais e fiscalização da Administração Pública do município. Os vereadores geralmente representam interesses de grupos comunitários, porém, não raro, atuam em favor de grupos ou setores econômicos, numa interpretação singular e oportunista do ideal de representatividade. Segundo o relatório Ubal (2004), em casos extremos os vereadores propõem mudanças na legislação de uso do solo para atingir seus fins, seja emendando os projetos de lei do Executivo ou fazendo projetos de lei de sua própria autoria. O Legislativo local tem por hábito alterar as leis de

zoneamento sempre que interesses pontuais e particulares não podem ser atendidos dentro do marco legal vigente, numa ordem de mais de 100 alterações anuais.

Ainda segundo o relatório Urbal (2004), pressão eventual, porém semelhante, exercem os políticos dirigentes de órgãos públicos das três esferas de governo, os quais aliam sua influência político-partidária à alavanca das obras e serviços sob seu controle.

Na análise de seis estudos de caso na Ilha de Santa Catarina³⁷, envolvendo implantação de empreendimentos imobiliários em área de preservação permanente – vegetação de restinga –, foram avaliados os papéis de órgãos ambientais, Administração Pública, Poder Judiciário e Ministério Público, tendo como resultado as seguintes ponderações:

IBAMA: sujeito a pressões políticas que desautorizam laudos técnicos; despreparo de corpo técnico para lidar com a complexidade envolvida em questões socioambientais.

FATMA: responsável por praticamente todo licenciamento ambiental no Estado, excetuando o que é de competência federal, a FATMA vem legitimando a implantação de empreendimentos localizados em área de preservação permanente, concedendo licença ambiental sem a exigência do Estudo de Impacto Ambiental.

CPPA – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental: vem cumprindo adequadamente suas atribuições ao atuar, levantar informações e prestar apoio aos órgãos ambientais; no entanto vem enfrentando dificuldades como o reduzido número de agentes e a falta de viaturas.

Prefeitura Municipal de Florianópolis: apesar de apresentar uma Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM), vem autorizando construções sobre áreas de preservação permanente. Não há consenso entre os órgãos subordinados da instituição, como o IPUF, SUSP e FLORAM; as ações são desconexas, carecendo de um tratamento integrado entre os órgãos no que concerne a planejamento, ordenamento, liberação de obras e fiscalização.

CASAN: viabilizou e estimulou a ocupação de áreas irregulares, pois não apresentou nenhuma restrição quanto à questão ambiental, levando em consideração apenas o objetivo arrecadatório. Segundo o relatório Urbal (2004), tal atitude resultou na dificuldade em

³⁷ SANTOS, Cláudia Regina dos. **A interface das políticas públicas com o processo de ocupação humana na área de preservação permanente**: vegetação fixadora de dunas na Ilha de Santa Catarina, SC. Florianópolis, 2001. Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.

controlar a urbanização, porém, argumenta que, por força de lei, as concessionárias de água e energia encontram-se atualmente obrigadas a obter autorização do Executivo municipal para novas ligações, o que tem freado boa parte da clandestinidade no parcelamento do solo no município.

CELESC: observou-se o mesmo que a CASAN. A partir do ano 2000, após ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF), está sendo obrigada a cumprir mandado judicial que nega a instalação de energia elétrica em áreas irregulares.

Ministério Público Federal: frente à ineficiência dos órgãos públicos ambientais, acaba sendo responsável por boa parte das denúncias sobre questões ambientais. Em Florianópolis, a maior parte dos processos administrativos é de agressão ao meio ambiente. Com um reduzido número de procuradores, o MPF não consegue dar conta de todas as denúncias, estando envolvido em ações muito pontuais, centradas no controle remediativo dos problemas socioambientais, que dificultam o tratamento de ações mais amplas, as quais beneficiariam um maior número de pessoas e contribuiriam para o planejamento ambiental. Conforme o relatório Urbal (2004), em vista da ineficiência da estrutura formal de decisão no Executivo e da falta de controle da estrutura não formal (legislativo, comunidade, entidades profissionais), o Ministério Público Estadual e o Federal têm tido uma atuação crescente contra os três níveis do Executivo, instaurando uma média de 2 a 3 ações mensais e tornando-se, na prática, mais uma instância de licenciamento e controle.

Poder Judiciário: tanto na esfera nacional como na estadual, prevalecem nos pareceres as questões econômicas sobre as questões ambientais. Constatou-se que os juízes não consideraram os apelos do Ministério Público, UFSC e entidades ambientais sobre o dano ambiental causado pela implantação de empreendimentos imobiliários.

3.2.6.2 Comunidade e Terceiro Setor: sociedade civil

Os processos de participação comunitária estão profundamente ligados ao contexto histórico, social, econômico e cultural que influenciaram na estrutura política local. Em Florianópolis esse contexto está marcado pela colonização açoriana, pela condição da cidade como capital do Estado, pela expansão urbana nas décadas de 1960 e 1970 e seu conseqüente fluxo migratório, pelo crescimento do turismo, e pelo novo fenômeno migratório a partir dos anos 1990, fruto de um ideal de qualidade de vida.

Na Ilha, os modos de organização política das comunidades, assim como a estrutura da administração pública local, estão fortemente vinculados às dinâmicas sociais das populações tradicionais (CECCA, 1996). Dos intendentess³⁸ aos cargos de primeiro escalão da prefeitura, a resolução de problemas coletivos ou individuais se dá por uma intrincada rede de relações pessoais, afetivas e de trocas de favores entre indivíduos de condições sociais hierarquicamente diferentes, o que se entende como apadrinhamento. Essas formas de administração tradicionais, incorporadas às dinâmicas contemporâneas, contribuem para uma condição de clientelismo e paternalismo em detrimento da noção de autonomia das comunidades.

Buscando ampliar a representação coletiva, de acordo com as diferentes realidades culturais e sociais, várias associações comunitárias organizadas surgiram durante a década de 1980. (CECCA, 1996). Inicialmente essas organizações foram criadas em áreas urbanas e, em sua maioria, por migrantes que viviam em Florianópolis. Defendendo a idéia de autonomia comunitária, as associações contestavam as relações e práticas tradicionais de política, servindo como espaço para as discussões sobre planejamento urbano, preservação ambiental, mecanismos de participação e qualidade de vida em geral.

O relatório Urbal (2004) destaca que o setor comunitário exerce sua influência nas decisões sobre a alocação de serviços públicos e equipamentos urbanos ou comunitários, acrescentando que a influência comunitária na gestão urbana no âmbito do Legislativo tem sido bastante intensa, gerando manifestações com poder para barrar a aprovação de Planos Diretores durante vários anos. Em casos extremos, as entidades comunitárias têm feito denúncias ao Ministério Público ou ingressado no Judiciário com Ações Cíveis Públicas, como forma de barrar liberações ou leis que julgam perniciosas. Conforme o relatório Urbal, as organizações técnicas da sociedade civil (CREA, OAB, ACE, IAB, Universidades) possuem grande peso decisório junto aos técnicos envolvidos na gestão urbana, por possuírem maior racionalidade e usarem de linguagem técnica comum.

Segundo Santos (2001), no que diz respeito ao processo de denúncia das questões ambientais, pode-se constatar a baixa incidência das ações comunitárias. Na opinião da autora, há necessidade de maior mobilização, organização e informação para que cada vez mais a participação popular possa influenciar nas decisões referentes ao meio ambiente.

³⁸ As intendências são administrações regionais da prefeitura localizadas em cada distrito do município, seguindo o modelo existente desde a colonização portuguesa. Os intendentess são indicados ao cargo por critérios políticos.

Em Florianópolis existem os seguintes Conselhos gestores, especificados na tabela a seguir:

QUADRO 5 - CONSELHOS GESTORES DE FLORIANÓPOLIS

Conselho Municipal de Contribuintes
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
Conselho Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Educação
Conselho Municipal de Entorpecentes
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Conselho Municipal de Trabalho e Emprego
Conselho Municipal de Assistência Social
Conselho Municipal de Desenvolvimento Municipal
Conselho Municipal do Cinema
Conselho Municipal de Turismo
Conselho Municipal de Transportes
Conselho Municipal da Condição Feminina
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2005.

O Conselho Municipal de Turismo apresentava a seguinte constituição – desde junho de 2003 até dezembro de 2004 –, distribuída conforme a instituição e o nome de seu representante e o segmento social que a instituição representa:

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO EM 2004

INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE	SEGMENTO SOCIAL
IPIUF	José Rodrigues Rocha	Poder Público
Florianópolis Convention & Visitors Bureau	Carmen Maria Peters	Setor privado
Florianópolis Convention & Visitors Bureau	Leopoldo Fiewski	Setor privado
ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira	João Eduardo Moritz	Setor privado

INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE	SEGMENTO SOCIAL
ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis	Armando Luiz Gonzaga	Setor privado
ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis	Alaor Francisco Tissot	Setor privado
Sindicato de hotéis, restaurantes, bares e similares de Florianópolis	Cláudio Pereira Oliveira	Setor privado
Sindicato de hotéis, restaurantes, bares e similares de Florianópolis	Tarcísio Schmidt	Setor privado
ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens	Sérgio Roberto Bertoldo	Setor privado
Centro de Convenções de Florianópolis	Leonardo Vieira	Setor privado
Fundação Pró-Florianópolis	Paulo Bastos Abraham	Sociedade civil
SINDETUR/SC - Sindicato das empresas de turismo no estado de Santa Catarina	Aristoclides Vieira Stadler	Setor privado
Federação dos hotéis, restaurantes, bares e similares	Estanislau Bresolin	Setor privado
POUSAR - Associação das pousadas de Florianópolis	Gisela de Souza Fonseca	Setor privado
ABRASEL – Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento	Luciano Ferreira Bartolomeu	Setor privado
UNICA	Giovanna Bonelli	Setor técnico/científico/acadêmico
Polícia Militar - 4º Batalhão	Ten. Cel. Edigar José Franzosi	Poder público
Polícia Militar – Corpo de Bombeiros	Major Marcos de Oliveira	Poder público
FASSESC	Ione Maria Ulysséa	Setor técnico/científico/acadêmico
ADVB	Anselmo da Silva Livramento Machado	Setor privado
UNISUL	Zacaria Alexandre Nassar	Setor técnico/científico/acadêmico
SETUF – Secretaria de Transportes Urbanos de Florianópolis	Aldo Rocha de Moura Ferro	Poder público

INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE	SEGMENTO SOCIAL
CESUSC	Gilson Rihan Kakkoti	Setor técnico/científico/acadêmico
Patrimônio da União SC	Humberto Pereira Oliveira	Poder público

FINAL QUADRO 6

Basta uma rápida olhada no Quadro 6³⁹ para que se observe a disparidade na distribuição de representatividade dos diversos segmentos sociais. Das 28 instituições listadas, 18 delas representam interesses de segmentos ligados às atividades empresariais, 5 organismos representam o poder público, 4 são instituições acadêmicas de nível superior e apenas 1 entidade pode ser apontada como representante da sociedade civil organizada⁴⁰. Nenhuma entidade representativa das comunidades aparece como membro do Conselho. Além do problema no equilíbrio de representações, o Conselho Municipal de Turismo é de caráter consultivo, o que o torna apenas simbólico no que se refere à participação social nos processos decisórios de planejamento turístico no município.

Segundo a análise de outros autores, pode-se observar a atuação de outro importante Conselho gestor quanto à questão ambiental e de desenvolvimento sustentável em Florianópolis, o CONDEMA. Para tais autores, o CONDEMA é um órgão representativo da sociedade civil em Florianópolis, porém, com caráter meramente consultivo e, normalmente, negligenciado pela prefeitura. (SANTOS, 2001) Esse órgão parece ter sido criado por exigências formais relativas à liberação de verbas federais. (ROCCA, 2002)

3.2.6.3 Setor privado

Segundo o relatório Urbal (2004) o setor privado não costuma exercer uma influência direta nas decisões do Executivo, porém, atua individualmente, através de canais políticos, de suas entidades de classe ou diretamente junto aos funcionários dos setores de

³⁹ A lista com as instituições e nomes de representantes foi fornecida pela Secretaria de Turismo de Florianópolis.

⁴⁰ Algumas considerações devem ser apontadas. Mesmo considerando as associações e entidades empresariais como organismos do terceiro setor, estes não representam os interesses da sociedade civil de maneira geral, mas sim de forma setorializada. Outra questão refere-se à classificação das instituições acadêmicas, que estão fora da divisão utilizada para este trabalho, considerando os setores público, privado e sociedade civil. Isso se deu pela dificuldade do autor em avaliar tais instituições como representantes de interesses comunitários e/ou sociais, principalmente quando se observa que tais entidades são de caráter privado; ao mesmo tempo, deposita-se uma confiança em relação a elas por tratarem-se de instituições que prezam pelo conhecimento técnico e acadêmico e, portanto, em teoria, representariam a sociedade em termos de melhor informar e indicar os meios mais adequados para o desenvolvimento social.

licenciamento e controle, para influir na liberação de projetos específicos. Ainda de acordo com o relatório citado, o peso dessa influência reflete-se nas inúmeras pequenas liberações ou omissões de fiscalização, que viabilizam obras e pequenos loteamentos clandestinos.

No relatório realizado pelo CECCA⁴¹ é relatado um exemplo de como o poder econômico impõe sua vontade a despeito da incompatibilidade com a legislação ambiental ou urbana. Trata-se do processo de aprovação de implementação do projeto Jurerê Internacional, pela empresa Habitasul, em que pareceres contrários do IPUF e do IBAMA⁴² à sua continuidade – por registrarem inúmeras agressões ao meio ambiente local e ainda por estar fora das conformidades legais – foram desconsiderados, e a proposta acabou sendo aprovada por pressão política.

Considera-se legítimo o interesse do setor privado em buscar a sustentabilidade econômica de seus negócios, mais ainda pela vinculação lógica existente entre o crescimento econômico e o aumento da empregabilidade, o que poderia contribuir para uma distribuição mais justa da renda. No entanto, o que a história tem demonstrado é que nem sempre os benefícios a grupos econômicos tiveram como consequência o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores e melhor distribuição de renda. A degradação ambiental, a exclusão social e o aumento da miséria e violência são algumas das heranças deixadas por um sistema gerido pela racionalidade econômica. Porém, é notada e esperada uma nova ética nos interesses privados, que se guie por uma maior sensibilidade e responsabilidade quanto às questões sociais e ambientais. O setor privado necessita estar mais aberto às articulações e parcerias com os setores do poder público e da sociedade civil, para que se torne possível a sustentabilidade de suas atividades produtivas não só pelo viés econômico, mas também pelo ecológico e humano.

⁴¹ Relatado por Etienne Silva, diretor técnico do IPUF na época, apud CECCA, 1996: 220-221

⁴² Conforme apontado por SANTOS (2001)

4 AS PERCEPÇÕES DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO, DO SETOR PRIVADO E DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO ÀS REPERCUSSÕES DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DE SANTA CATARINA

4.1 Comentários iniciais

No intuito de enriquecer o universo de análise desta pesquisa, buscou-se incorporar nesse estudo as percepções de atores sociais representativos de Florianópolis em relação às repercussões advindas da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.

Os atores sociais foram divididos em três grupos, representando os três setores da sociedade: o poder público, o setor privado e a sociedade civil.

Suas opiniões foram agrupadas e sintetizadas para tentar-se demonstrar a coerência de pensamento e de visão em cada um dos setores, ou, pelo contrário, as diferenças e desacordos de percepções entre atores representativos de um mesmo setor social ou entre os demais segmentos.

O objetivo deste estudo não foi elaborar uma profunda análise do discurso contido em cada um dos segmentos sociais e entre eles. O pensamento oriundo de cada um dos setores apresentados, a evidência de uma ótica e ética nos representantes dos setores, as contradições, as sutilezas nas diferenças e coincidências de uma visão de mundo entre os atores e segmentos, enfim, toda a riqueza de dados e opiniões encontradas nessa parte da pesquisa serão úteis na análise das repercussões socioambientais decorrentes do turismo na Ilha de Santa Catarina.

Propositamente, deixou-se que a análise dos discursos pudesse ser efetuada por cada um dos leitores, livres para utilizarem-se de suas subjetividades na formação de uma opinião sobre algo tão complexo como o pensamento e a ética (ou paradigma?) que guiam as ações da sociedade.

Para alcançar o objetivo dessa etapa da pesquisa, foram realizadas em um período de três meses (entre outubro e dezembro de 2004) entrevistas com diversos representantes de entidades comunitárias, empresariais e de órgãos da administração pública municipal. As 19 entidades e órgãos entrevistados encontram-se relacionados no ANEXO II.

As opiniões foram mantidas em sigilo, estando a percepção individual de cada entrevistado apresentada como representativa da percepção geral, ou da maioria, de seu segmento social. Em alguns casos, quando não havia uma coincidência entre as diversas visões individuais ou houvesse uma opinião de exceção, discordante do grupo, estas também foram apresentadas com o fim de demonstrar esse conflito ou diferença de idéias em um mesmo segmento.

A entrevista objetivava fazer com que o entrevistado avaliasse a situação utilizando-se de sua experiência de vida e, também, de sua posição como representante de uma entidade ou instituição; portanto, para que o entrevistado relacionasse os efeitos que a atividade turística está acarretando para sua vida particular, assim como os impactos em seu meio de relação social, política ou empresarial.

Nesse sentido, efetuou-se uma entrevista semi-estruturada que pudesse ter a forma mais aberta e abrangente possível, explorando-se a relação cognitiva do entrevistado com seu meio e, acima de tudo, sem que o pesquisador corresse o risco de direcionar as opiniões dos entrevistados.

A entrevista consistiu de uma pergunta inicial aberta e bem ampla, qual seja: “Na sua percepção, qual a repercussão do desenvolvimento da atividade turística na Ilha de Santa Catarina? Tente traçar um paralelo entre a situação passada, a atual e as perspectivas futuras”. No seguimento da pergunta, foram relacionados diversos itens que deveriam ser abordados na entrevista, os quais serviram como um guia para o entrevistador⁴³.

Ao sintetizar as opiniões contidas nas entrevistas, para conseguir demonstrar as repercussões percebidas pelos atores sociais nos diversos contextos (econômico, social, cultural, ecológico, espacial e político), essas opiniões foram divididas em 9 categorias, que, no entendimento do autor, encontram-se relacionadas umas com as outras, trazendo a idéia do contexto. As categorias são:

- Economia local: geração de renda, criação de empregos e oferta de serviços
- Distribuição de renda
- Qualidade dos serviços turísticos
- Impactos urbanos

⁴³ Ver modelo da entrevista em anexo.

- Impacto cultural nas comunidades tradicionais
- Infra-estrutura básica
- Impactos ambientais
- Preservação da natureza
- Participação social no planejamento turístico

Admite-se a limitação dessa pesquisa, principalmente no que concerne à idéia de representatividade de alguns atores sociais em relação aos segmentos aos quais estes estão inseridos. Estão em jogo o posicionamento político do entrevistado, sua situação socioeconômica, seus valores, sua cultura, entre outros fatores. No entanto, o que se pretende (e o que se percebe) é demonstrar que o sujeito é influenciado pelo seu meio; portanto, suas percepções geralmente estarão congruentes com o pensamento dos setores sociais, ou do grupo social, político e econômico do qual o indivíduo se reconhece como parte.

Por fim, espera-se que a síntese dessas entrevistas venha contribuir para a pesquisa por agregar a avaliação de vários membros da sociedade, o que servirá como mais um parâmetro de análise que ultrapassa a frieza dos números, dados e estatísticas, e também, ultrapassando a subjetividade do pesquisador, de modo a alimentar a pesquisa com novas formas de se perceber o objeto de estudo.

4.2 Economia local: geração de renda, criação de empregos e oferta de serviços

PODER PÚBLICO

As opiniões são favoráveis às repercussões econômicas do turismo em Florianópolis:

O turismo é um gerador de renda, é um gerador de empregos e ele é de fundamental importância, principalmente para Florianópolis, pelas suas características e pelo seu potencial.

Eu só vejo impacto positivo, não só na criação de equipamentos que geram impostos e taxas para o município, como também a vinda dessas pessoas faz com que aqui a gente tenha que se adaptar, se aparelhar, estar preparados para receber essa demanda; então, a criação de novas vagas de trabalho tem sido uma constante e isso, de certa forma, influi decisivamente na economia da cidade.

Um dos órgãos aponta o turismo como a “vocação” econômica de Florianópolis:

Florianópolis tem que ter uma vocação... se não dá para a indústria, porque não pode, com suas belezas naturais, com seu patrimônio histórico, com sua gastronomia, com os esportes radicais, sua tendência natural – e isso tem sido ao longo desses anos – a vocação natural de Florianópolis é o turismo.

SETOR PRIVADO

O setor privado possui uma visão positiva da atividade turística em Florianópolis, entendendo-a como propulsora da economia local:

Isso é bom pra cidade, porque é mais recurso que começa a gerar no comércio, a ficar dentro da cidade, são novos investimentos que estão chegando. A gente vê o que era a cidade há quinze anos e o que é hoje, as pessoas não conhecem mais o que é a Ilha.

O que nós temos durante esses anos todos foi que realmente a iniciativa privada inicialmente, no passado, é que vislumbrou que o turismo era uma outra atividade para o desenvolvimento, fugindo do problema do poder público de que a cidade sempre foi tratada como uma cidade de funcionário público. Esse foi o início que gerou e veio gerando um comércio. Presentemente o que temos são o próprio poder municipal, como o poder estadual e o poder federal num âmbito de Brasil, vislumbrando definitivamente que o turismo é, na verdade, a segunda fonte de renda do mundo. Isso gera uma série de desenvolvimentos auto-sustentável.

Onde tem turismo tem renda. Onde tem turismo tem emprego. E isso é sobrevivência. Não adianta ter um lugar bonito e não dar subsistência. Tem um lugar bonito, tem que se preservar, mas, tem que unir também a empregabilidade.

Foi levantado o problema da informalidade na atividade turística, em que se relacionou a questão com a alta carga tributária e fiscal do País:

Você tem uma maneira só de trazer esse pessoal pra dentro da formalidade: é cobrar realmente taxas compatíveis com aquilo que o empresário possa pagar, ou que quem vá fazer o negócio possa pagar.(...) se você for sair e montar um negócio, você vai ver que é praticamente absurdo tu pagares, como no caso da hotelaria, um empregado que te custa mil reais, que ele vai receber mil, tu vais gastar mil novecentos e vinte, estás pagando 92% de impostos a nível federal, estadual e municipal.

Também foi observada a importância do centro de eventos para o desenvolvimento de um turismo menos dependente da temporada de verão:

Hoje nós consideramos que antes do centro de convenções nós tínhamos um problema seriíssimo, que hoje nós falamos 'en passant', mas antes nós falávamos sempre, que é a sazonalidade, o período de inverno em que nós não tínhamos movimento nenhum. Hoje, nós temos aqui eventos... no mínimo dez mil pessoas de fora em Florianópolis por mês, no período de agosto a dezembro.

Cada vez estão vindo mais hotéis, redes, hotéis a preços competitivos, e isso, também, graças ao centro de convenções. O centro de convenções foi importantíssimo, porque, se vêm pra cá e não tem lugar pra fazer seu seminário, seu fórum, seu congresso, sua feira, as pessoas vem pra cá só pra passeio, e as pessoas estão vindo pra cá, também, a negócios, pro seus eventos. E isso começou a melhorar o movimento do comércio, dos hotéis, dos bares, dos restaurantes. E, melhorando o movimento deles, o que aconteceu? Começaram a investir, a ser mais competitivos.

SOCIEDADE CIVIL

Quando perguntados sobre a repercussão do turismo na economia local, os representantes das associações comunitárias, em geral, reconheceram a importância dessa atividade; em alguns casos, relacionaram os efeitos benéficos do turismo com outros impactos ou necessidades geradas por sua exploração econômica, como o aumento do custo de vida para a população local, a carência de infra-estrutura básica, os impactos ao meio ambiente e, destaca-se, o entendimento por parte dos representantes comunitários quanto à questão da capacitação e profissionalização da mão-de-obra e dos empreendedores da localidade para que o benefício econômico esteja cada vez mais vinculado às pessoas locais.

Pôde-se perceber que parte dos entrevistados considera o turismo como atividade fundamental para a economia do Município de Florianópolis e, como tal, vem contribuindo para seu desenvolvimento; já outra parte avalia que a atividade possui uma importância relativa, pois ainda se dá de modo sazonal e deveria ser melhor desenvolvida e planejada para que sua importância econômica fosse potencializada e os impactos negativos no meio social e ambiental minimizados. Vejamos as opiniões:

Não sei se eu estaria respondendo certo, mas acredito que a repercussão diretamente seria sobre a economia local. Seria isso. Porque quanto maior é o fluxo turístico, maior é o desenvolvimento da área, da economia local, que é baseada na maricultura e na gastronomia... na difusão dos artistas locais...

(...) principalmente na alta temporada, aumenta muito o número de empregos nos restaurantes. Aumenta bastante, consideravelmente, todo mundo contrata muito: é

mão-de-obra local, garçom, ajudante de cozinha. Então movimenta, realmente aumenta bastante, o que falta é a gente profissionalizar a mão-de-obra local pra atender bem esse aumento de vagas.

(...) nossa economia, quem paga nossa economia é o turista. Na nossa comunidade todo mundo ganha com isso, com a vinda do turista. Hoje em dia na nossa comunidade toda, todos já têm as suas casinhas, as suas kitinetes pra alugar. E isso pra nós é muito bom. Porque se dependesse da pesca, só da pesca, eu acho que não dava mais pra sobreviver.

Eu vejo assim, o pessoal até cinco anos atrás, o pessoal tinha aquela história de trabalhar no verão pra descansar no inverno. Hoje em dia não pode ser mais assim, porque não tem como. Claro que a gente tem um acréscimo de consumo durante a temporada, a alta temporada, porém, Florianópolis tem que ser trabalhada para o ano inteiro. Nós temos condições de receber aqui turistas no inverno, na média temporada, pra fomentar a economia, só que isto requer investimento, requer parceria e tudo mais. Hoje eu vejo uma exploração muito baixa, por parte econômica do potencial que Florianópolis pode ter. (...) chega novembro tem aquele boom, começa a pipocar loja pra tudo quanto é lado, aí em março fecha tudo. Então você tem um aumento de receita de novembro a abril, uma diminuição do desemprego nesse período, mas no resto do ano a receita diminui, o desemprego aumenta drasticamente.

Na época de temporada cresce realmente muito a oferta de empregos. Serve muito porque a gente vive hoje... no meu bairro a gente tem restaurantes, tem pessoas que compram a sua casinha pra alugar na temporada. E é uma renda que eles já contam por temporada, e eu acho importante (...). Mas, as finanças do turismo vindo para a nossa comunidade, ainda ficou assim um pouco... ela não é relevante, poucos lucros pra tamanha devastação. Hoje eles estão dando mais prejuízo que lucro.

4.3 Distribuição de renda

PODER PÚBLICO

A opinião da maioria dos órgãos é que o turismo em Florianópolis vem contribuindo para a distribuição de renda mais justa no município:

Sim, um dos grandes problemas do Brasil, hoje, é a falta de empregos, e aqui felizmente a gente tem tido um aumento dessa demanda dentro do fluxo turístico, uma abertura crescente e permanente dos postos de trabalho, nas mais variadas habilidades, seja na mão-de-obra desclassificada, até de profissionais de alto nível que vêm trabalhar nessas atividades.

O turismo é sem dúvida a forma mais democrática de se fazer a distribuição de renda e é um fator muito importante na economia do município.

Porém, há uma opinião de exceção:

O sistema capitalista é um sistema que põe muito dinheiro nas mãos de poucos e pouco dinheiro nas mãos de muitos. Quer dizer que não existe essa distribuição de renda como deveria ser, ou como se pensa, né? Mas essa é a lógica do capital, então é assim que funciona, e eu não sei de que forma poderia ser diferente.

SETOR PRIVADO

O turismo é entendido pelos representantes das entidades empresariais entrevistadas como um dos mais eficientes meios de distribuição de renda, muitos enfatizando a ampla cadeia produtiva relacionada direta e indiretamente à atividade turística como o fator responsável para o desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda.

Qual é a atividade econômica que tu conheces que distribui tanta renda como o turismo? Não existe. Tu podes pesquisar e podes procurar tudo. O turismo é o setor econômico que mais renda distribui.

Não existe nenhuma atividade que envolva diretamente tantos segmentos como o turismo.

Eu acho que é um excelente processo de distribuição de renda, justamente porque emprega esse pessoal menos favorecido, prestação de serviços feitos por esse pessoal, movimenta o comércio e tal... acho que como distribuição de renda é muito bom.

SOCIEDADE CIVIL

Mesmo com a percepção dos representantes comunitários quanto à importância do turismo no incremento da economia ilhoa, quando essa questão foi relacionada à distribuição de renda no município, a maioria dos entrevistados acredita que o crescimento da atividade turística não tem atendido às necessidades de uma desconcentração da renda em Florianópolis, pelo contrário.

Reconhecem que o turismo beneficia muitos trabalhadores e complementa a renda de grande parte da população, mas também argumentam sobre a falta de capacitação profissional, a baixa remuneração, o problema da informalidade e empregos temporários, até o mau investimento municipal dos impostos gerados com a atividade. Seguem alguns trechos ilustrativos:

Quem trabalha de fato não ganha o dinheiro suficiente pra se manter, porque quem ganha mesmo são as pessoas que... eu acho até que o empresário tem que ganhar, mas não tanto como ele ganha. Por exemplo: uma pessoa se acha satisfeita em trabalhar 12 horas por dia e ganhar 380 reais por mês. Isso é o cúmulo! Eles trabalham, o pessoal da hotelaria trabalha 12 horas por dia, 14 horas, e as vezes ganha 300, 380 reais por mês. Isso é distribuição de renda? 380 reais, às vezes, é uma diária que o turista está pagando!

O próprio empresariado não investe no aperfeiçoamento do funcionário pra pagar pouco. Ele paga pouco e concentra a renda. E o que ele arrecada, ele não faz a devida distribuição com os funcionários. E distribuição que eu falo é pagar... fazer o curso, preparar o funcionário para que possa cobrar o valor, pagar bem o funcionário para ter um bom atendimento.

Seria uma perfeita distribuição de renda, o turismo seria a mais perfeita distribuição de renda que existe, mas aqui as peças ainda não foram bem ajustadas, acho que está muito longe de ajustar bem as peças. As peças de trabalho ainda não foram bem elaboradas, porque veja bem: se você tem condição de criar colégios onde você possa estar introduzindo toda essa garotada, guias turísticos, guias de ecossistema, realmente trabalhando... mas a gente vê que não é aplicada a parte econômica, os recursos que vêm de fora não são aplicados pra isso.

É uma causa social muito séria, e acho que a gente não deveria só contar com a temporada. Eu acho que isso aí tem que ser planejado durante o ano, e não durante a temporada.

4.4 Qualidade dos serviços turísticos

PODER PÚBLICO

Quanto à qualidade da oferta de serviços e equipamentos turísticos na Ilha de Santa Catarina, a opinião geral é que está bem representada, apesar de que para alguns a qualidade poderia ainda ser um pouco melhorada, principalmente no quesito mão-de-obra:

Olha; eu sou muito otimista nessa questão; principalmente nos serviços de hotéis e restaurantes houve uma melhora muito grande, até pela exigência do próprio turista. Os restaurantes na Lagoa, por exemplo, há coisa de 10, 15 anos atrás eram muito simples, e hoje não, já tem restaurantes muito sofisticados, e a ABRASEL fez um trabalho muito importante nisso. Principalmente nessa questão de higiene e de manuseio dos alimentos, acho que foi um fator muito positivo.

Ainda merece reparos, até porque, em função da sazonalidade, ficava muito difícil manter e ir preparando esse pessoal para uma melhor qualidade no atendimento ao turismo, mas agora nós temos um fato novo aqui na cidade, que é o turismo de

eventos, que tem ocorrido durante todo o ano, e isso faz que a especialização dessa mão-de-obra seja uma constante e isso está trazendo benefícios extraordinários em termos do bem receber essas pessoas que vêm para cá.

SETOR PRIVADO

A maioria dos setores representados considera que a qualidade dos serviços e equipamentos oferecidos em Florianópolis melhorou consideravelmente nos últimos anos e apresenta uma boa qualidade aos turistas:

Eu acho que a qualidade dos serviços turísticos, do equipamento turístico em Florianópolis, ela é excelente. Se ela tá perto do ideal? Não, tá muito longe. Até porque a gente nunca chega no ideal, em serviços você tem que estar sempre melhorando. Antes você queria atender bem o cliente, depois você queria agradar ao cliente, hoje você já tem que encantar o cliente, daqui a pouco surge uma outra e cada vez mais. Então, não existe final pra serviço, pra qualidade de serviço, não existe ponto final, a gente tem que estar sempre evoluindo, sempre melhorando.

A questão da profissionalização foi muito abordada pelos entrevistados, todos entendendo que a capacitação profissional é passo fundamental para se alcançar a excelência na prestação de serviços:

Melhoraram bastante, principalmente depois da criação das escolas de turismo, hotelaria e gastronomia, no entanto, ainda falta o treinamento da mão-de-obra média, técnica, como garçom, maitre, camareira, porteiro, recepcionista, garagista, maleiro, isso tudo. Há necessidade de se criar escolas nesse nível.

Estamos avançando, o pessoal tem muito curso de capacitação à disposição, e a grande parte do empresariado hoje já procura ter pessoal capacitado fazendo isso.

Houve uma exceção nas entrevistas: o representante de um segmento empresarial entende que o turismo em Florianópolis ainda se apresenta deficiente na qualidade dos serviços turísticos ofertados, aliado à falta de profissionalismo na área:

Para nós termos um pólo efetivo de turismo, temos que ter um bom aparelhamento de recepção, então nós temos que ter bons hotéis, boas redes de restaurantes, boas empresas de recepção turística, uma infra-estrutura boa para receber o turista. Isso nós não temos, a nossa recepção de turismo aqui, a infra-estrutura, é extremamente deficiente. Tem uma frase que eu escutei na semana passada de uma pessoa de fora, foi no evento... ele disse: a pessoa faz turismo na região de Florianópolis de teimoso, porque, realmente, fora de temporada você não encontra nada, é restaurante fechado, não encontra nada.(...) o que eu acho é o seguinte: nós temos condições de ter aqui em Florianópolis um pólo turístico excelente durante o ano inteiro, mas

evidentemente que para isso é preciso profissionalismo nessa área de turismo receptivo, e nós não temos profissionalismo nisso, nossa ilha é extremamente amadora nisso.

Outro entrevistado destacou a necessidade de mais investimentos em eventos e em equipamentos culturais e a falta de maior diversificação nos tipos de roteiros turísticos oferecidos na Ilha:

O que precisa na verdade, agora, é identificar, acredito, a questão da cultura. Investir um pouco mais na cultura, certo? Nós não temos boas salas de cinema, nós não temos boas salas de teatro, a parte de lazer cultural é muito fraco. Em Florianópolis, tu anda três horas; tais em Curitiba e tu vê a diferença, não é? Poucos museus, poucos atrativos, isso falta. Faltam, também, roteiros alternativos, no meu entendimento. Tem tanta coisa pra se mostrar na Ilha e não tem ninguém que possa mostrar.(...) aqui, ainda tem muito o que se explorar em relação a roteiros, trilhas; ainda tem muito que explorar.

SOCIEDADE CIVIL

Quanto ao entendimento dos entrevistados sobre a qualidade dos serviços turísticos, as opiniões foram bastante diversas. Houve desde aqueles que consideram os serviços de péssima qualidade até aqueles que acham os serviços de alto padrão. O que se evidenciou nas opiniões foi a necessidade de se preparar melhor a mão-de-obra que trabalha no setor. Outra questão levantada por alguns foi a falta de opções de lazer e entretenimento para uma alta demanda. Também foi ressaltada a baixa qualidade na recepção do turista que chega à Ilha, com carência de informações, postos de atendimento e serviços de guiagem.

A gente não tem o que oferecer para o turista, principalmente quando acontece a questão de chover. A única opção é o turista se sujeitar a pegar filas para ir para o shopping, não tem mais nada.

Hotéis e pousadas nós temos muito bons aqui. Restaurantes nós temos muitos, alguns deixam a desejar. Agora a área de lazer, o turista quando vem pra Florianópolis ele não tem o que fazer. Ou ele opta por praia, ou, se chover, vai todo mundo para o shopping Beira Mar.(...) Então se você tivesse, por exemplo, um centro cultural (volto a bater na tecla do centro cultural) ... choveu? Vamos ali pegar um cineminha.(...) E você tendo um centro cultural, você pode ter uma exposição de arte, você pode ter uma exposição de fotografia, um filme bom passando, uma peça de teatro, uma boa música, você pode ter um bar que ofereça um happy hour, uma sala de jogos. Não um cassino né, mas jogo de dama, de xadrez; várias opções que você pode estar trabalhando para o turista.

Os atendimentos de alguns, acho que os lojistas deveriam fazer um trabalho de profissionalizar os funcionários para atenderem bem o turista, pra ele se sentir bem. Tá faltando muita coisa. Acho que está faltando mais qualificação por parte dos órgãos, com respeito à questão da qualificação das pessoas que atendem esse turista.

Acho que Florianópolis não está preparada para receber turista. A mão-de-obra que atende o turismo, na minha opinião, não é qualificada, nós temos o mínimo de pessoas que falam no mínimo o inglês para atender o turista. Espanhol já é um absurdo, quase ninguém aqui sabe falar com o turista o idioma espanhol. Nós não temos, pelo menos nos bairros, órgãos de turismo, estão todos no centro ou em Canasvieiras, mas nos outros locais não tem. Em cada localidade nós deveríamos ter guias ou pessoas que conhecessem pra mostrar para o turista o que é, da onde é que é, qual é a origem.

4.5 Impactos urbanos

PODER PÚBLICO

Quanto aos impactos urbanos, os órgãos públicos consultados emitiram suas percepções quanto às diversas situações, como ocupação desordenada, crescimento populacional, migração, crescimento no número de edificações e de ocupações subnormais. Foi ressaltado por alguns representantes o fato de Florianópolis possuir 42% de seu território como área de preservação permanente e como ponto relevante para a preservação da qualidade ambiental e de vida na Ilha. Seguem as opiniões, a seguir:

(Quanto ao crescimento urbano e populacional decorrente da atividade turística) É normal para uma cidade. O progresso sai muito caro... se você não planejar, se não houver um planejamento para sua vocação natural, você pode ao mesmo tempo provocar um desastre, ou simplesmente não fazer sua cidade decolar. Se não deixa fazer nada, ela não progride; se faz muito, você agride. Então o que se busca e se tem estudado ao longo desses anos é o turismo sustentável, ou seja, conjuminar aquilo que se quer empreender em Florianópolis com o menor impacto possível, dentro de uma reorganização do que existe aí.

Essa questão da ocupação desordenada é um problema muito sério, que não atinge só Florianópolis, mas todas as cidades brasileiras, em função de uma evolução tecnológica na área rural que promove um desemprego muito grande, e as pessoas vão buscar oportunidades nas cidades. E em todas as cidades que têm uma perspectiva econômica, essas são muito visadas, é o caso de Florianópolis, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre... enquanto as cidades menores estão sendo esvaziadas populacionalmente.

O desenvolvimento do turismo no município tem no setor de edificações representado um acréscimo significativo nessa atividade, na atividade de construir equipamentos para o lazer e para o turismo, que de certa forma, até pelo conhecimento das características de nossa terra, faz com que pessoas de outros lugares migrem para cá e aqui se estabeleçam. Pra se ter uma idéia, no último ano tivemos 1.100.000 metros de construções liberadas, foi um aumento significativo. No ano anterior, no ano de 2002, tivemos 960.000 m², e nos outros quatro, cinco anos restantes de nossa administração, era em torno de 600.000 m². Então, você vê que em 7 anos duplicou a atividade da construção, e ela cresceu dessa maneira em função das pessoas que vieram conhecer a cidade, a partir até da divulgação que houve da cidade, de suas qualidades e, também, de suas belezas naturais.

Quando tu tens uma cidade turística, acho que quando o turista chega à cidade ele quer ver as coisas bonitas, ele não vem aqui pra ver coisas feias. O que seriam as coisas feias? Por exemplo: ocupação de encostas por população de baixa renda, que é uma coisa que tem aqui em Florianópolis. Então, isso é algo que o poder público vai ter que resolver, ou coibir ou retirar essas pessoas, ou criar uma infra-estrutura.

SETOR PRIVADO

O turismo é percebido pela classe empresarial sob diversas formas e dimensões relacionadas aos impactos urbanos em Florianópolis. Uma das conseqüências do crescimento turístico, segundo os entrevistados, foi a crescente urbanização de várias regiões da Ilha e seu conseqüente crescimento populacional. Esse crescimento populacional foi por várias vezes relacionado à forte divulgação realizada nacionalmente, apresentando Florianópolis como uma cidade com alto índice de qualidade de vida. Geralmente, os representantes dos segmentos empresariais relacionaram o crescente problema da ocupação desordenada e ilegal do solo da Ilha ao fluxo migratório de pessoas de baixo nível de renda, que ocuparam áreas de preservação ambiental e zonas de risco. Tal problema não foi relacionado às pressões do mercado imobiliário para a ocupação de áreas nobres da Ilha. O mesmo problema do fluxo migratório de pessoas pobres também foi apontado, por alguns, como fator que contribui para o aumento da violência na cidade. Cabe destacar que, no entendimento explicitado por alguns entrevistados, o turismo não estaria relacionado diretamente aos problemas sociais da cidade. O turismo seria a alavanca da economia e do desenvolvimento local, portanto, trazendo o progresso para a cidade. No entanto, inerente ao progresso, segundo eles, estaria relacionada a questão do crescimento urbano e dos problemas sociais advindos, cabendo ao governo a solução e a prevenção para o caso.

(O turismo) como ele vem de qualquer maneira, porque nós já temos a vocação turística na Ilha, há um acréscimo populacional natural. Esse acréscimo, ele gera uma urbanização, e os governos de Florianópolis, os últimos governos, têm se preocupado com isso, a saber que nós tivemos em lugares que havia a possibilidade de um... vamos dizer, as favelas que nós tínhamos na entrada da cidade: além delas estarem enfeitando urbanisticamente a cidade, elas tinham problemas sociais, problemas de desmoronamento de morros, e elas foram tiradas de lá e colocadas ordenadamente dentro da Ilha ou em outros lugares, melhorando a situação social das pessoas e tirando o problema do risco de vida.(...) Se nós não tivéssemos a Ilha de Santa Catarina com essa divulgação, com esse potencial turístico, nós estaríamos hoje ainda com um pouco mais de habitantes que 20, 30 anos atrás e não teríamos esses problemas gerados urbanisticamente.

A ocupação desordenada é a principal... é terrível! E, evidentemente, o turista que vem pra cá, ele quer ver exatamente essa área preservada, então, você tem que impor regras no jogo para que ele possa usufruir de toda essa beleza e preservar.

Só que hoje é difícil controlar essa imigração desenfreada; com a ocupação dos morros, da beira das estradas, é realmente muito difícil, porque o próprio poder público tem sua limitação em relação ao seu efetivo fiscal (...) agora, que estão vindo pessoas pra cá, na esperança de ter alguma chance... e, o que é pior é que, assim como vêm essas pessoas carentes em busca de oportunidades, também vêm as pessoas de má índole, né? Que são as pessoas que vêm pra assaltar, roubar e até matar, e isso tem aumentado muito na nossa Ilha.(...) Isso faz parte de qualquer cidade que está em crescimento. Nós vamos deixar de evoluir, de crescer, pra não vir pessoas pra cá? Isso tem que se organizar, o poder público tem que se preparar pra poder amenizar esse processo.

Outra percepção, manifestada por alguns entrevistados, é a oposição entre o “ambientalismo” – exercido por representantes das comunidades, ONGs e órgãos públicos – e o “desenvolvimento”, que poderia ser ainda mais incrementado pela construção de empreendimentos turísticos de “alto padrão” e melhoria da infra-estrutura local:

...em termos ambientais, por exemplo, nós temos dificuldades de criar infra-estrutura em função, inclusive, da preservação ambiental! Você lembra daquele problema ali em frente ao Angeloni? Que tinha um problema sério de alagamento, e a prefeita teve que entrar um pedacinho no mangue pra poder fazer uma manta ali, né?(...) uma empresa aqui queria construir na Barra da Lagoa um empreendimento, o Porto da Lagoa. Houve uma reação terrível contra esse empreendimento. Até que eles desistiram. Hoje, quem mora na Barra da Lagoa está arrependido de ter sido contra porque sabe que aquilo ali iria trazer um benefício muito grande pra quem mora lá em termos de emprego, em termos de preservação acima de tudo, porque não deixaram construir o empreendimento e hoje a Barra da Lagoa está se deteriorando naturalmente em função de quem mora lá, não é nem por agentes externos. A Lagoa da Conceição: a Lagoa só vai ser alguma coisa bonita, limpa e preservada quando nós começarmos a explorar a Lagoa turisticamente e economicamente.

Um dos entrevistados possui uma proposta para o desenvolvimento turístico de uma região da Ilha de Santa Catarina que exemplifica bem a questão da oposição meio ambiente *versus* desenvolvimento, ou, ao menos nessa opinião em particular, a possibilidade de um desenvolvimento relacionado à preservação ambiental:

É, eu conheço outros centros turísticos, como, por exemplo, Cancun. Cancun é uma restinga, mais estreita e mais curta que a restinga formada pela praia do Moçambique. Ali se instalaram hotéis, e o que eles recebem de turistas em um ano é maior que a quantidade que o Brasil inteiro recebe de turistas no ano, quer dizer, num pedacinho de terra. E ali nós temos a água limpa, nós temos passeios turísticos maravilhosos, tem visita aos corais, então, é uma população de turistas enorme indo pra aquele ponto ali. A cidade próxima dali, que era uma cidade pobre, hoje está revitalizada, porque o pessoal todo vive daquele turista, e o meio ambiente continua preservado do mesmo jeito. Então, o que nós temos que aprender aqui é o seguinte: nós temos que ter pontos especiais para o turismo aqui na Ilha de Santa Catarina, turismo de alto luxo, vamos dizer assim, hotéis, marina, em determinados pontos e outros pontos preservados (...) Mas nós temos que ter alguns pontos, como, por exemplo, a praia do Moçambique, que é extremamente... ela é usada muito... vamos dizer... ela não é usada pela população. A Praia do Moçambique, até porque tem uma floresta ali, uma floresta que não é floresta, é pinus, um pinus que não desenvolve mais do que aquilo, porque o clima não é bom. Quer dizer, uma coisa que não serve pra absolutamente nada e ali tá como área de preservação. Aquilo lá não é área de preservação de nada! Aquilo poderia ser um excelente local pra instalar um pólo turístico, seria do tamanho de Cancun, e de repente preservar o resto, não sei.(...) Essa é a nossa preocupação, evitar que em função de não se poder fazer nada de nada, começa a se espalhar um monte de casas por tudo quanto é canto da Ilha, e isso aí está comprovado, ocupando as áreas de preservação e tudo. É uma casinha lá, outra ali, vão fazendo umas ruazinhas... e vão acabar com a Ilha! Então, nós temos que ser mais rígidos nisto. “Oh! Aqui tá proibido, aqui é empreendimento de alto padrão, aqui empreendimento pra população, então aqui vai ser feito o quê? Ah! Uma praia pública, com todas as condições, pro povo usar!”.

SOCIEDADE CIVIL

A questão dos impactos urbanos relacionada ao turismo trouxe grande variedade de entendimentos e opiniões entre as comunidades. A maioria entende que o turismo teve conseqüências na dinâmica da ocupação do solo e no sistema urbano da cidade. Pôde-se dividir as opiniões em dois grandes grupos: aquelas referentes à ocupação da terra e à expansão imobiliária (principalmente no que se refere à especulação e ao crescimento desordenado e ocupações irregulares) e aquelas que refletem a preocupação em relação às repercussões do crescimento populacional na qualidade de vida local. Vejamos algumas:

Olha, o maior problema aqui, na verdade, são os grileiros de terra, porque eles pegam áreas, como essa rua aqui, que eram áreas rurais, parcelam, (...) então, com isso o que acontece? Todos esses loteamentos e essas ruas que você vê aqui é tudo irregular, e o poder público não fez nada.(...) Então urge a necessidade do próximo governo municipal agora fazer um programa de regulamentação fundiária (...) Então, até tem esse negócio aí que proibiram ligação de luz e água para os terrenos irregulares e tudo mais, que era uma determinação do Ministério Público para casas construídas em áreas de preservação permanente, e a prefeitura resolveu estender para tudo. É mais fácil a gente proibir do que a gente fazer o processo de regulamentação fundiária, reconhecer as ruas... já foram abertas as ruas, já tem casa em cima, já estão pagando IPTU, não tem mais como voltar atrás.

Sim, com o crescimento desordenado, eles querem construir mais e mais: mais hotel, mais pousada, mais loteamento, porque em loteamento tu faz um prédio de quatro andares com não sei quantos apartamentos, ali tu investe realmente para o turismo, só que eles se esquecem que o meio ambiente ele é frágil, e já está bem frágil. E a gente se preocupa também, porque o que eu já tive, eu não tenho mais hoje, a qualidade de vida que eu tive há cinco anos atrás, hoje é totalmente diferente. Então o que é que vai sobrar para os meus filhos?

Os morros estão favelizando, então é aquela coisa, o risco de se fazer uma propaganda lá fora dizendo que Florianópolis é linda, maravilhosa – que é realmente. Mas você tem esse risco de que o pessoal vem pra cá sem a mínima infraestrutura, sem a perspectiva de trabalhar pra sustentar sua família, aí quando chega aqui e tem um corte disso, ele vai pra algum lugar.

4.6 Impacto cultural nas comunidades tradicionais

PODER PÚBLICO

Os representantes dos órgãos enxergam um impacto nos modos de vida e tradições das comunidades ilhoas, porém vêem que a cultura açoriana tem sido resgatada nos últimos anos – destacando-se, na opinião deles, o trabalho da Fundação Franklin Cascaes – e acreditam que o turismo pode vir a ser um fator de preservação da cultura local:

Sem dúvida, o impacto é grande na mudança dos costumes; agora... é também a oportunidade dessas pessoas terem um benefício, principalmente financeiro. Então, as atividades culturais são um atrativo para o turista (...) acho que não chega a destruir a cultura, acho que, se bem conduzido, pode ser até um incentivo à preservação da cultura.

Um dos órgãos evidencia, em sua opinião, a relação entre o crescimento econômico oriundo do turismo com a modernização da cidade e a necessidade de adaptação social para essa dinâmica:

É, isso vem naturalmente provocando mudanças, porque essas atividades exigem, digamos, uma modernização da maneira de fazer (...) são mantidas algumas atividades culturais ligadas à nossa origem, à nossa formação, mas a cidade vai se modernizando, quer dizer, a tendência natural é a cidade ir mudando de comportamento e, até, ir mudando de cara mesmo, pra melhor atender e, até, fazer do turismo uma fonte de renda.

SETOR PRIVADO

A maior parte dos entrevistados acredita que a cultura e os costumes locais foram e estão sendo influenciados e estão até perdendo seu espaço em função do crescimento populacional e do turismo na Ilha:

Muito grande. Porque nossa cultura mesmo, nós estamos perdendo muita coisa, temos que tentar valorizá-la (...) porque nós estamos perdendo um pouco da identidade das pessoas. Nós estamos perdendo, não porque as pessoas são más, ou porque não valorizam, é por causa, também, do crescimento. A cidade está recebendo pessoas de outros hábitos, outras culturas e com outras escolhas (...) Aí tem suas culturas, suas preferências, então, por isso que é muito importante a valorização, pra não perder. Agora, a mudança é inevitável.

O representante de um dos segmentos não percebe impactos culturais advindos da atividade turística em Florianópolis, vendo o lado positivo do turismo como elemento de intercâmbio cultural:

A coisa mais fenomenal que existe no mundo é o turismo. Ele aproxima os povos, ele diminui diferenças sociais, ele difunde a cultura, que no fundo, no fundo é o que a gente vê, o futuro dos povos é a aproximação, através da cultura, da língua, o modo de usos e costumes. Quer dizer, tudo isso, eu digo sempre que o turismo é fator preponderante na aproximação dos povos, quer dizer, nessa aproximação das culturas, nessa miscigenação das culturas.

Outro entrevistado tem opinião contrária à dos demais, não entendendo a preservação da cultura nativa da Ilha de Santa Catarina como algo relevante para a nossa sociedade ou, mesmo, como elemento marcante de nossa identidade como destino turístico:

Aí eu pergunto o seguinte: qual é o valor real da cultura do nosso pescador? Qual é a tradição dele? O que traz de bagagem cultural a própria cultura daqueles pescadores? Será que eles trazem uma tradição muito importante, muito valiosa?(...) à medida que nós estamos recebendo os turistas, eu tenho minhas dúvidas com relação a nós termos uma cultura, inclusive uma cultura açoriana na Ilha, e que de repente essa cultura esteja sendo invadida por turistas e esteja quebrando isso. Eu não vejo, assim, um grande potencial cultural desses nossos pescadores. Eles têm as suas tradições de pesca, o boi-de-mamão, e não conheço outros movimentos culturais que esse povo tenha e que de repente esteja sendo influenciado pela vinda de turistas. Mesmo assim, com relação à cultura açoriana em geral, o que tem mantido isso, acredito que sejam movimentos do tipo que a Universidade promove e aquele, Franklin Cascaes (Fundação). Então isso aí é que, inclusive, está mantendo a cultura, porque, se não fossem essas instituições, tipo o Franklin Cascaes, eu acho que mesmo sem o turista, essa cultura ia acabar desaparecendo.

SOCIEDADE CIVIL

O impacto da atividade turística na cultura local é, também, relacionado pelos entrevistados ao crescimento urbano e populacional nos bairros e balneários onde vivem as comunidades tradicionais ilhoas. Esse impacto é bastante percebido pelos representantes das comunidades consultados, e nota-se uma forte preocupação a esse respeito. Foram citadas repercussões negativas do turismo e do crescimento urbano quanto à perda da identidade cultural dos nativos, à especulação imobiliária, ao êxodo da população endógena, à perda da qualidade de vida e a falta de investimento público e privado na preservação da cultura e das artes locais.

Desastroso, porque o local tem uma vida bastante nativa, bastante provinciana, bastante pura, e vem uma avalanche de instrumentos sendo instalados sem nenhuma intermediação de contato, de convívio, de diálogo entre as partes, então as pessoas são iludidas que uma coisa vai ser boa quando não vai ser boa. Estamos vendo em várias situações gritantes, que se for detalhar mesmo é uma perda muito grande pra população, a população perde muito mais do que ganha com essas mudanças de interesses grandes que vêm de fora.

Vamos falar o que é correto mesmo: o número de nativos da própria Ilha foi reduzido drasticamente, como se fossem dizimados, e essa cultura não está sendo passada de geração para geração.

É preocupante porque, eu particularmente que nasci aqui, a gente sente mais esse impacto, esse crescimento desordenado. A qualidade de vida que estamos perdendo, a questão da cultura, das histórias, você está perdendo um pouco a sua identidade. Logicamente, pras pessoas que vieram de outros lugares em busca de qualidade de vida, isso aqui é o paraíso; agora, pra mim, que nasci aqui, esse paraíso já acabou

há muito tempo.(...) Nunca se falou em segurança na Lagoa da Conceição; de uns 5 anos pra cá, a pauta das reuniões... só se fala em segurança – além da questão do saneamento básico.

A praia do Pântano do Sul é uma praia de pescadores. Por que nós temos que tirar os pescadores aqui e dar lugar ao turismo? Não precisa. Basta que o turismo venha pra cá de uma forma harmônica com o que já existe aqui. Nós não somos contra a questão, digamos assim, turística por ser turística. Nós queremos uma boa qualidade de vida para nós primeiro. O turismo vai ser uma consequência disso, da qualidade de vida que nós vamos ter – que moramos aqui. Não adianta querer inventar prédios, casas, para o turismo somente.

4.7 Infra-estrutura básica

PODER PÚBLICO

Sobre o atendimento da infra-estrutura básica para a demanda turística sazonal, as opiniões, em geral, reconhecem o problema, mas podem ser divididas em duas visões: dois órgãos tiveram um discurso mais crítico, ou realista, a esse respeito e outros dois órgãos fizeram uma leitura mais otimista, relatando os feitos da administração em questão, como refletido a seguir:

Bom, não existe, acho, nenhuma cidade turística no mundo que pode atender 100% um fluxo turístico quando ele é sazonal, então, há uma concentração e uma dificuldade, principalmente com o trânsito, algumas vezes com relação ao abastecimento de água... mas acredito que essas questões são administráveis. O problema mais sério é em função do sistema viário, ele precisa ser dimensionado pra atender principalmente a população durante o ano todo e ter condições de atender – claro, com alguma dificuldade – os turistas durante a temporada de verão. Mas planos existem, a questão é só financeira de implantar estas melhorias.

Florianópolis, como diversas cidades, tem problemas sérios em relação a trânsito, com o abastecimento de água, principalmente nos picos de atendimento ao turista, que acontece nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Então, a gente tem um problema bastante complexo em relação a esta questão e que a gente não vê aí uma saída muito rápida até, que exigiria muitas obras para o abastecimento de água e atendimento de esgoto. É uma questão que tem que ser solucionada, o poder público tem que fazer algumas parcerias pra resolver essa questão que vem perdurando por muito tempo.

A prioridade dessa administração foi o cidadão florianopolitano. E tudo que foi feito foi para o cidadão florianopolitano. Como consequência disso, por extensão, atinge ao turista, ou seja, quando você faz um viaduto – o elevado do CIC ou o Dias Velho –, você quer solucionar o problema do cidadão, mas, conseqüentemente, se ameniza

o problema para o turista que nos visita. Quando você faz a liberação na entrada da cidade, aqui na via expressa, você atende a um problema de moradia, mas conseqüentemente, você alarga a estrada e dá segurança àqueles que nos visitam e para aqueles que moram.

Florianópolis, hoje, temos a parte continental toda atendida por esgotos, a parte central, com a implantação desse sistema no centro, temos em Canasvieiras, temos em Jurerê, e a própria prefeitura tem desenvolvido um trabalho de cobrança junto à Casan, para a extensão desses equipamentos de coleta de esgotos e de tratamento, bem como da distribuição e captação de água, que tem surtido alguns efeitos. A Casan tem feito alguns investimentos nesses setores, não são ainda os necessários nem os esperados, mas há uma conscientização muito grande da população em relação a esses aspectos (...) O viário, essa administração também promoveu mudanças significativas e de importância capital, que foram os dois elevados – não sei se você vivia aqui há oito anos atrás em Florianópolis, o inferno que era a rótula do CIC –, e também a saída e entrada das pontes hoje foram executados esses dois aparelhos viários, que melhoraram bastante, mas a Ilha ainda dispõe de um sistema de transporte deficiente pra demanda, principalmente pra demanda de verão, e isso só se consegue com o tempo, porque os investimentos nessas áreas são muito grandes, elevados, e hoje o dinheiro custa caro, né? Hoje se achar dinheiro barato está muito difícil, mesmo nos organismos nacionais e internacionais.

SETOR PRIVADO

A infra-estrutura básica é um dos problemas apontados pela iniciativa privada como empecilho ao desenvolvimento turístico em Florianópolis. No entanto, houve algumas diferenças na maneira como alguns entrevistados percebem essa carência no atendimento desses serviços públicos. Alguns, ao mesmo tempo que apontam a deficiência da infra-estrutura na cidade argumentam sobre as dificuldades de o poder público supri-las, tendo em vista a falta de recursos financeiros e humanos para implementar as obras e exercer a fiscalização. Outros entendem que, apesar das dificuldades, o atendimento nesse quesito foi melhorado nos últimos anos. Também foi apontada a ausência de um planejamento nesse sentido.

*Não há turismo onde há falta de infra-estrutura, saneamento básico. O saneamento básico... além, evidentemente, de sinalização, transporte, rodovia, água encanada. Onde tem esgoto, o turismo internacional foge. Quer dizer, vamos fazer um turismo barato aqui. Vai crescer, mas um turismo profissional de alta qualidade, você só vai ter se tiver uma boa infra-estrutura, se tiver estradas, se tiver aeroporto, se tiver bons hotéis, se tiver bons restaurantes, se tiver uma praia, como já falamos, sem esgoto. **E como é que está hoje?** Melhorou bastante, tem melhorado bastante, tá crescendo, não há dúvida nenhuma, e o município esbarra sempre na falta de recursos. Acredito que não tem mais pela falta de recursos.*

Bom, infra-estrutura turística nós não temos, nosso sistema viário não permite, abastecimento de água não permite, inclusive suprimento de energia elétrica é bastante falho. No verão, se cai um raio, apaga a luz das praias todas. Então, nós não temos infra-estrutura para colocar mais um turista na Ilha, já estamos saturados. A infra-estrutura é extremamente falha, em função de uma desorganização, ou, de uma falta de planejamento.

Sempre tem muita coisa pra fazer, tem que iniciar, tem que começar, já melhorou muito, precisa de muito dinheiro, muito investimento. Deveria ter mais fiscalização, acho que a fiscalização ainda é precária, e isso é um grande desafio.(...) Tem que ter um plano de cidade pra que a gente possa desenvolver. Não pode pegar Florianópolis e querer crescer o que pode crescer em dez anos em um ano. Alguma coisa está errada, algum lado vai sofrer. Nós temos que ter um plano de desenvolvimento da cidade.

SOCIEDADE CIVIL

No que se refere ao atendimento da infra-estrutura básica existente na Ilha de Santa Catarina, principalmente durante o turismo de verão, a opinião generalizada é que existe carência em diversas áreas. Problemas com energia elétrica, atendimento em postos de saúde, acúmulo de lixo e falta de banheiros públicos e chuveiros nas praias foram listados. No entanto, destaca-se nas preocupações dos entrevistados a questão relacionada ao saneamento básico: a água e o esgoto:

De 1985 pra cá, até o presente momento não foi feito mais nenhum investimento na questão do saneamento básico da bacia da lagoa. Hoje a população da bacia da lagoa é quase 40 mil habitantes, com uma estação que foi feita pra atender 905 ligações. Significa o quê? Que 80% da população da bacia da lagoa, o que não joga diretamente dentro da lagoa, joga na água pluvial que desemboca na Lagoa da Conceição.

Terrível, pois no verão não tem água para o cidadão e para o turista tomar banho. Não tem infra-estrutura; basta encher a cidade que não tem onde colocar os dejetos da cidade, não tem saneamento básico (...) Não adianta colocar flor na cidade e não ter fossa.

Canasvieiras tem uma estação de tratamento, mas quando satura o seu limite, eles dão vazão daquilo para o mar, por isso que os índices de balneabilidade, de proibição de banho de mar que a Fatma coloca no início do ano, antes de iniciar a temporada, são muito grandes.

Saneamento básico está brabo. Precisa de conscientização, que não está tendo conscientização de muitos empresários. Quando a gente sabe de alguma coisa, a

gente denuncia, muitas coisas irregulares. (...) há uma cobrança das associações e do próprio governo, através da CASAN e tudo, de ligar. Mas tem casas que não estão ligadas ainda. Apesar de ter uma rede de esgoto em Canasvieiras, é 40% só. (de ligações residências à rede de esgoto)

Outro problema estrutural muito levantado pelos entrevistados é o que concerne ao sistema viário. Os pontos críticos citados foram o trecho não duplicado da SC-401, a Avenida das Rendeiras, o acesso à praia Mole, a via de ligação entre Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui e o acesso viário do centro ao sul da Ilha. Seguem algumas observações e sugestões feitas pelos entrevistados:

O sistema viário? É uma situação complicada também, a gente vai ver. Inclusive existem propostas de duplicar a Avenida das Rendeiras, eu acho que isso aí passa por uma discussão de toda a sociedade, das organizações não governamentais, das ONGs, dos movimentos comunitários, pra gente discutir, conversar com as autoridades pra ver qual é a melhor maneira da gente resolver o problema do sistema viário da Lagoa da Conceição. Eu acho que existem outras alternativas pra resolver o problema do sistema viário: o transporte coletivo barato de qualidade, o transporte marítimo, fazer ciclovias, onde as pessoas possam chegar até a praia através de ciclovias, bolsões de estacionamento na Avenida das Rendeiras. Eu acho que tem outras alternativas do que duplicar a avenida das Rendeiras. Acho que deveríamos arrumar outras alternativas mais ecologicamente corretas.

O sistema viário hoje tem uma deficiência, acredito que seria na chegada de Canasvieiras. Seria o trecho que fica entre Jurerê e Canasvieiras, que é o trajeto que ainda não é duplicado, que tem um grande fluxo de veículos. Não existem as ruas de escape, as ruas paralelas para fugir disso; as ruas que hoje existem, elas são péssimas.(...) Temos incluído para o orçamento de 2005 a pavimentação do trecho que liga da Virgílio Várzea até o trevo da Daniela em Jurerê. Tudo isso, se estivesse realmente funcionando, daria vazão, porque todo morador que nasce aqui já conhece. Para ir para o centro ele sairia aqui e tava saindo lá para a duplicação.

4.8 Impactos ambientais

PODER PÚBLICO

Em relação aos impactos ambientais, os órgãos públicos percebem que os principais problemas advindos com a atividade turística são em decorrência tanto da carência na coleta e tratamento de esgoto como da ocupação do território e edificações em áreas ilegais ou sensíveis:

Depende da região. A região que não tem atendimento de esgoto, certamente essa é mais séria, porque o sistema de fossas e sumidouros tem um limite. Quando há uma sobrecarga, fatalmente ela vai aflorar ou correr para o mar. Então, há a necessidade de implantação de rede de esgoto, e outro impacto é a produção de lixo, pois mais que dobra em alguns balneários.

Um impacto grande que a gente observa são construções em área de preservação permanente. Sempre atrás da construção vem movimento de terra, rebaixamento do perfil natural do solo, retirada de vegetação, retirada de blocos de rochas; isso em relação aos empreendimentos turísticos.

Um dos entrevistados indica que a ocupação do solo causadora de impacto ambiental não ocorre apenas por um problema ligado à ilegalidade do ato:

(...) nos dias atuais com estas construções clandestinas, ou mesmo com construções que são autorizadas em áreas que tenham alguma restrição ambiental, essa vegetação não tem mais como regenerar, porque tem construções, edificações que não permitem que a vegetação cresça espontaneamente. Esse é um problema sério.

Já outro representante de órgão público manifesta a idéia de que a ocupação desordenada e prejudicial ao meio ambiente é decorrente da clandestinidade:

Nós temos tido uma preocupação bastante grande com o meio ambiente, não só na liberação dos projetos, até porque temos no momento um plano diretor, ou vários planos diretores – porque nós temos o plano diretor do Distrito Sede e o plano diretor dos balneários – que estabelecem critérios bastante rígidos com relação à ocupação do espaço urbano. E a Floram tem desenvolvido um trabalho de fiscalização e monitoramento das nossas áreas de preservação – praticamente 42% da Ilha é toda ela de área de preservação: são os morros, lagoas, banhados, as margens de rios –, e isso nós temos tido um trabalho muito grande em tentar preservar. Digo tentar porque sempre há transgressões; as agressões não são feitas de modo oficial, com construção liberada e licenciada, essas obedecem rigorosamente à lei.

Outra questão de impacto ambiental abordada foram as ocupações clandestinas por pessoas de baixo poder aquisitivo:

E agora, mais recentemente, nós temos uma outra situação, que de uma forma ou outra envolve o turismo, que é a questão das habitações subnormais, essas habitações precárias, que é um fator importante para que parte da Ilha tivesse essa degradação ambiental.

SETOR PRIVADO

Em relação aos impactos ambientais, as opiniões emitidas caracterizaram-se pela larga variedade de entendimento das conseqüências da atividade turística sobre o meio ambiente. Pode-se dizer que os pontos de maior convergência nas percepções foram os relativos à carência de saneamento básico e à ocupação desordenada do solo – principalmente as áreas ocupadas por pessoal de baixa renda –, considerados os principais causadores dos impactos negativos ao meio ambiente da Ilha.

Causa, sem dúvida nenhuma. Não duvide que... não só turismo, mas a ocupação de qualquer área física causa impacto ambiental. Nós entendemos que, em função do turismo, o impacto ambiental ele é ordenado e é minimizado, porque a visão do turismo é uma visão de preservação da natureza e não de destruição da natureza.

É... na preservação da nossa mata, que é fundamental, a gente só tem a lamentar que realmente está havendo uma ocupação desordenada na Ilha de Florianópolis. Por mais que a prefeitura, nos últimos anos, tenha batido em cima e tenha procurado preservar, principalmente esses locais demarcados por lei, há uma (...) depredação desses locais, do meio ambiente. Nós temos o Campeche, a Lagoa, temos a Armação da Piedade, uma série de locais que estão sendo invadidos e que não é fácil você conseguir controlar.

A conseqüência disso é que há um incremento na especulação imobiliária, conseqüência do crescimento do turismo,(...) me parece, os problemas ainda são muito pequenos porque foram controlados pelos governos. Temos alguns problemas localizados, como no Campeche, onde houve alguma destruição das dunas. O Campeche, por uma invasão que daí, veja, não é especulação imobiliária, porque se fosse dado o direito a uma empresa construir aonde foram construídos os casebres lá do Campeche, essa empresa teria preservado as dunas e não teria feito o que aconteceu. Então, eu digo, a especulação imobiliária através de empresas que têm uma visão de futuro, a visão do turismo, ela não destrói, quem destrói é quem não tem essa visão.

(...) em relação a tratamento de esgoto e tudo mais, o prejuízo ambiental está sendo muito grande. Nós estamos tendo um prejuízo ecológico muito grande com essa vinda de turistas sem termos as mínimas condições de recebê-los. Então, hoje o impacto ambiental é grande e é muito prejudicial.

Não é decorrente do turismo, mas dos maus empresários. Temos boas pessoas e más pessoas em todos os setores, não só no turismo.(...) Não tem que acabar com o turismo pra acabar com a questão da destruição do meio ambiente. É acabar com as pessoas que têm esse pensamento. Então, tem que ter fiscalização. Se vai colocar um hotel, tem que ver o impacto que vai acontecer naquela área; se vai ter o tratamento de esgoto, se vai trazer empregabilidade, o que vai trazer de benefício, qual é a contrapartida.

SOCIEDADE CIVIL

Os impactos ambientais decorrentes do turismo são percebidos pelas comunidades como consequência do aumento da população flutuante durante a temporada de verão, porque o município não oferece infra-estrutura adequada para atender a esse crescimento. Contudo, o impacto mais destacado nas entrevistas foi a ocupação desordenada do solo da Ilha, de forma legal ou ilegal, muitas vezes fruto da especulação imobiliária.

Temos vários, temos ali a favela do siri (Praia dos Ingleses), que está em cima das dunas, que quando começou com um barraco, não houve uma preocupação do poder municipal. Eu digo isso porque no momento que tu coloca um barraco numa área de preservação permanente, que é em cima das dunas, a prefeitura tem a obrigação de vir e acabar com o mal pela raiz. Não houve isso. Foram deixando... deixando... hoje tem 350 barracos lá. Como é que vai fazer? (...) houve um adensamento muito grande em todas as praias em função disso, áreas de mangue foram devastadas. Você tem hoje um condomínio lá no Monte Verde (quem vai indo para o centro, do lado de cá tem umas casas, umas mansões), aquilo ali tudo era área de mangue, as pessoas acabam conseguindo autorização pra fazer não sei como. O próprio Costão do Santinho, o cara construiu um hotel em cima do morro, no morro! Mas ele tem uma legislação federal que permite que ele faça isso.

Muitas construções, muitos hotéis, muito loteamento sendo construído sem que seja feito um estudo do impacto do solo, um estudo de impacto de vizinhança. Será que vamos ter abastecimento de água suficiente para o verão? A gente não tem isso, a gente sofre com a falta de água. A gente sofre com a coleta do lixo, e tudo isso o problema se agrava no verão por causa dos turistas.

O impacto decorre da falta de estrutura, porque não tem nem pra atender a demanda atual, que dirá um maior aumento de demanda.

Nós precisamos do plano diretor urgentemente pra bacia da Lagoa da Conceição. Não só a nível de construção, como a nível populacional. Nós temos que saber o que cabe aqui dentro da bacia da lagoa, em toda a Ilha também. Se um carro comporta dez passageiros, você vai botar vinte dentro dele? Vai estourar. É que nem nossa Ilha, nós precisamos de um plano diretor pra nossa Ilha, específico para cada comunidade.

4.9 Preservação da natureza

PODER PÚBLICO

No geral, todos concordam que o turismo pode trazer benefícios quanto à proteção da natureza. Nesse aspecto, os termos ecoturismo, turismo ecológico e desenvolvimento

sustentável foram utilizados de modo a exemplificar o que se pretende desenvolver em Florianópolis:

Hoje o turismo ecológico tem uma procura muito grande, e Florianópolis se destaca pelas suas belezas naturais, então existe – ainda não chegamos ao desejado, mas existe – uma consciência ecológica do próprio turista. A gente procurou desenvolver um trabalho, principalmente em questão de trilhas ecológicas, e agora nesse final de ano vai ser lançado um guia de mergulho onde esses aspectos naturais são bem destacados, e é um atrativo pra cidade.

Um órgão afirma que em Florianópolis, qualquer equipamento turístico inaugurado ultimamente ou que venha a ser instalado atende à legislação ambiental e, portanto, contribui para a preservação ambiental:

(em relação à contribuição do turismo na preservação da natureza na Ilha) Eu acho que sim, todas as atividades relacionadas ao turismo na Ilha (...) todos os equipamentos que estão instalados na Ilha, ou que querem se instalar, têm obedecido rigorosamente o que estabelece a legislação ambiental e a orientação dos órgãos de proteção ambiental, caso de Ibama, Fatma e Floram.

SETOR PRIVADO

Os representantes dos segmentos do setor privado, em geral, consideram que a atividade turística tem o potencial de preservar a natureza por necessitar das belezas cênicas e paisagísticas para o sucesso econômico do produto turístico. Para tanto, enfatizam que o destino turístico precisa cuidar de seu entorno natural, procedendo a um planejamento e a um ordenamento que leve em consideração as potencialidades econômicas e naturais e privilegie empreendimentos turísticos que atendam às exigências de alto padrão de qualidade e conservação da natureza.

(Principal efeito positivo do turismo para a preservação da natureza) A ocupação ordenada. Exemplo de ocupação ordenada que nós temos? Nós temos lá o Costão do Santinho, que é um resort que preservou a natureza, tá preservando a natureza, continua cuidando da natureza e é um empreendimento que gerou emprego pra Ilha, gerou qualidade de vida, gerou uma série de coisas; então, é essa visão de preservação.(...) Quer dizer, um empreendimento imobiliário foi pra lá e restaurou, por quê? Porque o pessoal dessa área sabe que tem que preservar, porque tem que ser pra vida inteira, ninguém da área imobiliária investe milhões em um empreendimento pra durar dez anos, ele sabe que aquilo tem que ser investido pra vida inteira, né? Então, por isso há a preservação.

A hotelaria tem feito sua parte. A partir de um trabalho feito pelo príncipe Charles, da Inglaterra, nós passamos a trabalhar, não só aqui em Santa Catarina, um projeto chamado 'Hóspedes da Natureza', onde a água tem fator de destaque. A conservação e preservação das bacias é pra nós muito importante, tanto isso é verdade que nesse trabalho você procura orientar o reaproveitamento da água dentro de um hotel. Por exemplo: a água do chuveiro, ela pode ser aproveitada para a utilização de todo o sistema de bacias, até pode ser aproveitada, também, a água do chuveiro para lavagens de pátios, além de aproveitarmos também a água que sai da cozinha, que pode ser aproveitada para a finalidade do banheiro, o esgoto. Esse reaproveitamento da água é um dos pontos que a hotelaria tem batido bastante dentro da preservação dos Hóspedes da Natureza.

(Pode-se preservar a natureza) Só através do planejamento, não existe outra forma. Planejar, dentro do que eu falei, definir áreas para empreendimentos melhores, áreas para população, definir as coisas.

SOCIEDADE CIVIL

Quando perguntados sobre a contribuição do turismo para a preservação da natureza na Ilha de Santa Catarina, foi argumentado, no geral, que a atividade pode atuar positivamente na conservação ambiental, mas que em Florianópolis deveria ser melhor desenvolvido o turismo ecológico em contraponto ao turismo de massa. A carência de infra-estrutura básica, principalmente em saneamento, foi bastante citada como fator que prejudica a qualidade ambiental da Ilha.

Tem duas faces aí. Tem o turista que é um turista com qualidade, um turista mundialmente desenvolvido, aquele cidadão do mundo que é bastante ecologista. Este é um turista que é uma minoria que vem pra cá. A grande massa turística vem pra cá pra detonar, pra sujar, pra poluir, haja visto Canasvieiras, que é um balneário que nós temos aí que eles detonaram, destroem realmente a nossa orla. Então acho que deva existir um programa intensivo de educação ambiental não só com nosso cidadão, mas também com o turista.

Eu acho que o progresso, ele é inevitável, mas ele pode ser planejado. Pode ser um progresso sustentável, sem destruir a natureza, destruir o meio ambiente. E todo mundo unido à preservação da natureza e ao progresso. Lamentavelmente não se investe em saneamento básico, está faltando por parte do poder público municipal e estadual investimento.

4.10 Participação social no planejamento turístico

PODER PÚBLICO

Sobre a participação social no processo de planejamento turístico não há um mesmo entendimento entre os quatro órgãos pesquisados. Portanto, serão descritas algumas opiniões ilustrativas do setor público quanto à participação política da sociedade no processo decisório:

Florianópolis, hoje, tem uma característica de se tornar uma cidade muito exigente. A própria população, os segmentos da sociedade são extremamente exigentes com tudo o que se faz ou que se pretende fazer. As associações de bairro, de comunidades, tem tido, pelo menos na nossa administração – eu falo administração, porque é meu ponto de referência – uma participação muito intensa. Nós, inclusive, durante a temporada de verão, lógico que a temporada de verão é sempre relacionada ao turismo, nós fazemos visitas e reuniões com as comunidades, nós convidamos todas as pessoas interessadas e os segmentos, pra ir lá colaborar, pra criticar, pra dar opinião, pra que a gente tenha a melhor temporada e, logicamente, a melhor temporada está relacionada com o maior volume de turismo, que é o de verão.

No mesmo entendimento quanto à intensa participação social no município, mais especificamente em relação ao turismo, o seguinte órgão emitiu sua opinião:

Olha, nós temos o Conselho Municipal do Turismo. Esse Conselho, ele é representativo, tem na sua representatividade todas as entidades do trade turístico e a ACIF, a CDL, todos que estão ligados diretamente... naturalmente que cada um deles vem representando sua classe, vem “puxando a brasa para sua sardinha”, mas a gente tem tentado, ao longo desses anos, dar um norte para esse Conselho, bem como esse Conselho dá para nós. Temos também os seminários, que fazemos anualmente, que são os seminários da “operação verão”, que são feitos para que a gente tenha o sentimento da comunidade quanto aos seus problemas e tente, ao longo do ano, resolver, como temos feito. Normalmente são em novembro. Isso tem uma participação efetiva, mas muita cobrança em relação à água, esgoto, luz, sabe... muito pouco com relação ao turismo.

Na continuidade do mesmo trecho da entrevista, o representante do órgão municipal se contradiz quanto à sua opinião de “participação efetiva” da população:

Mas muito pouco se vê com relação à participação dessas pessoas quando você disponibiliza toda uma infra-estrutura, como é SUSP, IPUF, FLORAM, num mesmo dia, num mesmo local, na comunidade, pra, como a gente diz, “abrir o coração”, escutar e ver o que a gente pode tentar resolver ao longo dos anos. Acho ínfima a participação nos seminários que a gente faz em relação ao turismo.

Outro entrevistado enxerga a questão da seguinte forma:

Nessa parte de turismo, acredito que não é muito eficiente... diria que é incipiente, tem pouca discussão. Agora, essa questão de discussão com a comunidade é bastante complicada, principalmente pela dificuldade que muita gente tem de ver o futuro, conseguir ver como essas mudanças poderiam afetar... sempre há o receio. Então, a reação negativa a qualquer mudança é muito forte. Toda vez que se fala em implantar um plano diretor já vem a reação em contrário: que eles querem fazer? É pra fazer prédios? Que vai impactar negativamente, quando o objetivo, muitas vezes, é exatamente o contrário.

Outro representante de órgão público percebe a participação social da seguinte maneira em relação ao planejamento turístico, falando especificamente do Conselho Municipal de Turismo:

Eu faço parte de um Conselho de Turismo do município que a gente percebe que todas as teorias e pesquisas acadêmicas falam da importância de chamar as pessoas, a sociedade como um todo – pelo menos os representantes – pra se discutir os planos, os projetos, as ações. O poder público, através da Secretaria de Turismo, ou da Santur, da Secretaria de Estado, eles têm essa boa intenção de chamar as pessoas; se acontece, eu não tenho essa informação pra te dar. Eu sei que nosso Conselho de Turismo, quando existem as reuniões, ele tem pelo menos 18 representantes de vários segmentos, inclusive da Câmara de Vereadores – que é o representante do povo –, então ali são discutidos os planos, as ações. Mas a presença massiva de representantes de uma determinada comunidade para o planejamento turístico, eu não tenho o conhecimento de ter sido realizado.

SETOR PRIVADO

A idéia de participação social para o setor privado ou de seus representantes consultados, estaria limitada à consulta pelo poder público às comunidades ou à pressão que a sociedade pode exercer nos seus representantes e governantes eleitos. No entanto, percebe-se que os segmentos entrevistados gostariam de um maior poder de decisão no processo de planejamento, apontando, em diversos pontos da entrevista, a necessidade da elaboração de um efetivo plano turístico para Florianópolis.

Isso é muito complicado, essa participação. Por quê? Todo mundo entende de turismo. Se você falar com qualquer pessoa, ela sempre tem no mínimo dez sugestões pra te dar sobre o turismo. Começa assim: Por que não tem banheiro na praia? Por que não tem isso? Por que não tem aquilo? Mas existe a participação. Nós temos os conselhos comunitários que participam do Conselho Municipal de Turismo. Existe

um Conselho Municipal de Turismo, que se reúne, que pode opinar sobre projetos. Nós temos a Câmara Municipal, nós temos as Audiências Públicas, e quando eu digo ‘ nós temos’, é por que acontece aqui em Florianópolis. Existem audiências públicas pra tratar sobre o turismo, pra resolver os problemas da Lagoa, então, há uma participação popular, quer dizer, todos os segmentos têm a oportunidade de se manifestar. Alguns se manifestam mais, outros menos, mas oportunidades existem.

As pessoas têm que ser fiscalizadoras. Temos uma Câmara Municipal, pra poder ser fiscal disso. Quem votou nos vereadores, que cobrem dos vereadores, pra que os vereadores possam cobrar do Poder Executivo, pra que possam fiscalizar.

A sociedade, ela é responsável, muito. Porque ela tem que ser fiscalizadora disso. Ela não pode passar despercebida, não pode viver no seu mundo, sair de casa, pegar seu ônibus, sua condução, seu carro, fazer o que tem que fazer, voltar pra sua casa ou pro seu trabalho sem olhar pra cidade e pra onde ela está vivendo. Ela tem que se preocupar, tem que se tornar participativa.(...) A comunidade tem que começar a se preocupar com seus bairros, como está o saneamento, como está a questão da violência, a questão social e juntar todas essas questões, todas as regiões, todos esses bairros e levar isso ao poder público. E, também, dar sua resposta e prestigiar a quem tem que se prestigiar nas eleições.

*Olha, pra te ser bem sincero, eu não acredito que a participação social... aí tem que se entender exatamente o que é. Porque é importante que isso seja feito, uma participação social, desde que tenha uma participação de vários setores da economia. **Inclusive a comunidade?** Pois é. O aspecto comunidade é que eu não vejo como algo que possa trazer um benefício para nossa região. Porque o que eu tenho visto em termos de associações comunitárias da Ilha é o seguinte: normalmente são pessoas de fora, de outros estados, se instalam e dizem – “agora, eu não quero ninguém aqui, eu quero ficar sozinho”. Então, qualquer iniciativa de se desenvolver qualquer coisa na região, mesmo uma estrada, ninguém quer.(...) Então, se nós não fizermos um planejamento decente, adequado, por entidades que entendam, por especialistas que entendam, nós vamos destruir a Ilha, por isso que, sou bem sincero, eu não acredito, e não gostaria que as associações de moradores participassem disso.(...) Eu não discuto a participação dessas associações na apresentação. Até escutar, auscultá-los; acho que auscultá-los é importante, agora, eles quererem mandar e definir como deve ser a coisa é um desastre. Escutá-los acho que é importante, mas quem vai definir são especialistas no assunto.*

Olha, esses espaços vão sendo conquistados aos poucos, mas numa velocidade muito lenta. Eu acho que poderiam ser conquistados com mais velocidade. E aí entra, exatamente, o saber e o conhecimento das Universidades, que é quando tu saís do chute e da improvisação para o planejamento. Isso, a gente vê em qualquer parte do mundo onde o turismo se desenvolveu, e não se desenvolveu por acaso, se desenvolveu porque tu tens, primeiro uma comunidade feliz e sadia, e pra tu ter uma comunidade feliz e sadia, tu tens que ter um planejamento.

SOCIEDADE CIVIL

Em relação ao tema da participação social no processo decisório e político, em especial no que se refere ao planejamento turístico, as comunidades representadas – com exceção de uma entidade – entendem que há falta de espaços políticos e institucionais para uma efetiva participação das comunidades, que há um processo decisório centralizado que não atende às demandas da sociedade como um todo.

A administração municipal ou outros órgãos deveriam ter mais contato com a comunidade, ter algum representante da comunidade, ver quais os anseios, as necessidades da comunidade. (...) eu, que faço parte de uma associação, já não posso decidir pela comunidade, tu imagina o prefeito decidir por toda a cidade sem consultar ninguém!

Acho que o poder público não ouve muito os movimentos comunitários e nem a sociedade, sabe. As coisas já vem feitas tudo de cima para baixo, lamentavelmente. Porque a partir do momento que ele ouvir os movimentos comunitários, a sociedade em geral, ele tem menos chance de errar e mais chance de acertar.

Hipócrita. Porque é só faz de conta. Dizem que a população participa, mas a população não tem espaço.

5 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico e metodológico do ecodesenvolvimento, na demonstração e análise dos dados secundários e nas percepções dos atores sociais dos segmentos público, privado e da sociedade civil, procura-se aqui analisar de forma abrangente a sustentabilidade do desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina. A análise da sustentabilidade será apresentada nas seis dimensões inerentes ao planejamento do desenvolvimento: cultural, econômica, social, espacial, ecológica e política.

Após a apresentação da análise da sustentabilidade em seus diferentes contextos, será discutida a maneira como se entende que o turismo em Florianópolis deve ser tratado para que alcance o ideal do desenvolvimento sustentável, ou seja, aliar crescimento econômico, equidade social e preservação da qualidade ambiental.

Sustentabilidade Cultural

Na análise da pesquisa bibliográfica sobre os impactos do turismo na cultura local, percebe-se que a atividade turística influenciou na transformação dos meios tradicionais de vida dos florianopolitanos.

Nos últimos 30 anos – destacando-se o período das décadas de 1990 e 2000 – o crescimento urbano juntamente com o forte incremento do fluxo turístico foram responsáveis pela acelerada ocupação do solo nos balneários da Ilha – muitas vezes de maneira desordenada e ilegal – e pela rápida valorização imobiliária dessas regiões. O encarecimento do solo pode ter sido motivo de êxodo de muitos indivíduos de populações tradicionais para regiões interiores da Ilha, para o centro da cidade ou, até, para as zonas periféricas da Região Metropolitana. A diferença no nível educacional e de renda entre os novos migrantes e os membros das populações nativas fez com que, em muitos casos, as melhores oportunidades fossem conseguidas por pessoas de fora da localidade, tendo como decorrência uma forte segmentação social. Os nativos passaram por um processo de precarização do trabalho, muitas vezes abandonando suas atividades econômicas tradicionais e servindo como mão-de-obra barata e desqualificada no rápido desenvolvimento urbano e turístico apresentado no município de Florianópolis.

O curto período de transição entre o modo tradicional de vida de raízes açorianas para o estilo de vida urbano da “Ilha da Magia” acarretou perda significativa na qualidade de

vida das comunidades locais e na cultura tradicional do povo ilhéu. Observam-se como conseqüências desse processo o distanciamento das novas gerações dos antigos costumes de seus ascendentes e o isolacionismo cultural entre algumas comunidades e indivíduos que não se adequaram à massificação inerente ao modo de vida contemporâneo.

Nas entrevistas realizadas com os diversos representantes dos setores público, privado e da sociedade, todos relacionaram o crescimento urbano e o processo migratório como causas de impactos culturais. O poder público e o setor privado, mesmo mostrando-se preocupados com a situação, argumentaram que o crescimento urbano e a mudança de estilo de vida são tendências em Florianópolis e, portanto, deveria haver um processo de adaptação social e um aproveitamento do turismo para a revitalização e preservação da cultura local, aliada à perspectiva de geração de renda para a população.

Os membros das comunidades entrevistadas possuem uma visão menos otimista. Muitos relacionaram o crescimento urbano e do turismo à perda de identidade cultural, ao êxodo da população tradicional pela forte especulação imobiliária e à queda na qualidade de vida nas últimas décadas. Também criticaram a falta de investimentos públicos na preservação e de incentivo da cultura e artes locais.

No que concerne ao ecodesenvolvimento, autores como Ignacy Sachs e Enrique Leff, várias vezes citados nesse trabalho, argumentam que a cultura local deve estar presente como mediadora e protagonista no processo de desenvolvimento, ou seja, os atores locais devem ser escutados e participar ativamente das decisões, sendo que o modo de vida tradicional, suas formas de relações sociais, tecnologias, modos de produção, enfim, seu legado cultural, devem ser definidores de como o planejamento e sua implementação deverão estar adequados à realidade local.

Em nossa opinião, no decorrer do desenvolvimento de Florianópolis como cidade e como destino turístico, a população local esteve alheia nessa construção, tendo que se adaptar às mudanças impostas pelo "progresso" desejado pelas classes políticas e empresariais.

Quanto ao patrimônio cultural de Florianópolis, suas manifestações artísticas, festas, eventos, monumentos e construções, crê-se que o turismo contribuiu e pode contribuir ainda mais para sua revitalização e preservação. Bons exemplos nesse sentido são: o crescimento do carnaval de rua, as reformas das fortalezas, a revitalização arquitetônica do centro histórico de Florianópolis, de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha, o artesanato e o surgimento de festas e eventos, como a Fenaostra e os campeonatos de surfe, que contribuem para a renovação e ressignificação da cultura local.

Sustentabilidade econômica

O emprego em Florianópolis está basicamente sustentado pela economia terciária, absorvendo 93,8% da população economicamente ativa da cidade. Nesse segmento, o setor de serviços, no qual está incluído o turismo, representa 88,2% do número de empregos no setor terciário.

Florianópolis ainda é muito dependente do setor público, que representa mais da metade da mão-de-obra utilizada em serviços. No entanto, estima-se que o setor de turismo empregue diretamente algo em torno de 20% da população economicamente ativa, tornando-se uma atividade fundamental no contexto econômico da cidade.

Florianópolis possui como característica a exploração do turismo concentrado na temporada de verão. No ano de 2004, 581.442 turistas passaram pelo município, gerando uma receita de R\$ 113.323.983,55. Esses números representaram uma recuperação dos resultados dos últimos anos, apresentando um forte crescimento do fluxo de turistas nacionais. Porém, observa-se que o gasto médio por turista caiu substancialmente na virada da década de 2000 e continua baixo, o que indica um decréscimo na qualidade do turismo praticado na Ilha de Santa Catarina, provavelmente fruto da recessão econômica encontrada no Brasil e na Argentina no mesmo período. Ainda assim, a atividade turística nos meses de verão representa aproximadamente 10% do PIB municipal, realçando sua importância econômica.

Nesse aspecto, todos os setores consultados na pesquisa consideram que o turismo trata-se de uma atividade com relevante papel na economia de Florianópolis. Principalmente o poder público e o setor privado entendem o turismo como propulsor da economia local, trazendo boas perspectivas para o desenvolvimento da cidade. Porém, a sociedade civil parece mais sensível aos efeitos negativos do turismo de temporada, alegando impactos abrangentes em sua cotidianidade e opinando que os benefícios advindos do turismo poderiam ser mais bem distribuídos e aproveitados pelos membros das comunidades.

O turismo concentrado na temporada de verão traz como conseqüências negativas o emprego temporário, o subemprego, a informalidade, horários irregulares e sobrecarga de trabalho, baixos salários, o aumento do custo de vida, a utilização de mão-de-obra externa e geração de fluxo migratório.

Os empresários e o poder público local deveriam investir mais na qualificação e no emprego dos trabalhadores locais para que os benefícios do turismo possa ter melhor distribuição no município. Também seria interessante incentivar o empreendedorismo nas

comunidades, reforçando o caráter da identidade local, da geração de emprego e renda (para os familiares e população do entorno) e do cooperativismo. É claro que para tanto seria necessário um programa de capacitação e de fácil acesso ao crédito, tão necessário para a realização e manutenção dos empreendimentos.

Apesar de não terem sido obtidos dados referentes ao turismo praticado durante o ano (turismo fora de temporada) em Florianópolis, percebe-se – inclusive na opinião de vários atores sociais pesquisados – que a implantação do centro de eventos – Centro Sul – elevou substancialmente a demanda em turismo de eventos e negócios. Esse tipo de turismo contribuiu sobremaneira para a qualificação e diversificação dos serviços turísticos na cidade.

Outro ponto a ser comentado é a necessária inserção de atividades tradicionais – como a pesca artesanal – no círculo virtuoso da cadeia econômica gerada pelo turismo. Tal medida é uma ótima maneira de se preservar as tradições e o modo de vida das populações autóctones e, ainda, incrementar a renda de muitas famílias. Pode-se citar como exemplo em Florianópolis o crescimento da maricultura, praticada em várias comunidades pesqueiras e que vem se profissionalizando e qualificando-se como atividade produtiva rentável.

Sustentabilidade Social

Florianópolis sofreu um forte crescimento populacional e de expansão urbana. A partir da década de 1990 a migração tornou-se o principal fator de crescimento populacional no município, respondendo por 60% de seu saldo. Nota-se que a tendência de aumento no crescimento migratório na década de 1990 coincide com o forte crescimento da atividade turística em Florianópolis no mesmo período. Atribui-se a isso a eficaz estratégia de marketing turístico e as sucessivas matérias em mídia nacional que destacavam a cidade como um local com alta qualidade de vida e pleno de oportunidades econômicas.

O crescimento populacional de Florianópolis, a migração de pessoas de alto poder aquisitivo e o incremento da atividade turística contribuíram para que o nível de renda aumentasse no município. Porém, o crescimento da atividade turística não contribuiu para uma desconcentração e distribuição da renda em Florianópolis. As Tabelas 11 a 16 analisadas no item 3.2.3. - Contexto Social - do capítulo 3 demonstram que no decorrer de três décadas não houve significativa mudança em termos percentuais na composição dos segmentos das classes baixa, média e alta. Em números absolutos, se por um lado a classe alta passou de 3.859 famílias em 1991 para 15.212 em 2000, as famílias pobres, de 39.000 passaram a

108.540. Tais números refletem a evolução da segmentação social justamente durante a fase áurea do crescimento turístico na Ilha. Para realçar o quadro de injustiça social, vale citar que os 9% mais ricos concentram 42,1% da renda da cidade, cabendo às famílias mais pobres, ou 55% da população, o quinhão de 6,7% da renda.

Portanto, as opiniões referentes ao poder público e ao setor privado, que entendem o turismo como atividade que contribui para a distribuição da renda em Florianópolis, não encontraram eco nos números apresentados neste trabalho.

Condizente com os dados pesquisados encontra-se a percepção dos representantes comunitários, que, mesmo reconhecendo a importância do turismo na geração de empregos e renda no município, entendem que essa atividade não vem contribuindo para uma justa distribuição da renda. Apontam os baixos salários, a informalidade, a falta de capacitação profissional e o mau investimento do erário público como fatores determinantes nessa situação.

O que se pode deduzir é que, mesmo com o crescimento econômico assistido em Florianópolis nas últimas duas décadas, durante as quais o turismo desempenhou papel fundamental, tais ganhos foram diluídos pelo crescimento populacional no mesmo período. Ironicamente, o turismo influenciou na atração do fluxo migratório, tanto de pessoas com alto poder aquisitivo em busca da qualidade de vida como de pessoas de baixa renda iludidas pela esperança de emprego e oportunidades, formando o atual quadro social da cidade.

Sustentabilidade espacial

As áreas urbanizadas vêm ocupando todos os espaços da Ilha e transbordado para os demais municípios da área metropolitana em vista do encarecimento do solo causado pelo turismo. O crescimento da classe média e da classe alta decorrente da urbanização e do desenvolvimento econômico do município foi acompanhado pelo êxodo da população tradicional das antigas freguesias e pelo êxodo rural de outras regiões do Estado na perspectiva de emprego na capital. Assim, multiplicaram-se os empreendimentos imobiliários de alto padrão nos balneários e zonas nobres da cidade, como a ocupação de áreas de periferia e de favelas nas encostas da zona central.

Essa configuração urbana de Florianópolis traduz a segregação social decorrente do crescimento populacional e urbano das últimas décadas, que vem causando inúmeros problemas sociais e ambientais.

Os problemas ambientais da ocupação do solo na Ilha de Santa Catarina são consequência tanto do surgimento de bolsões de miséria e habitações subnormais como da especulação imobiliária, que vêm ocupando áreas de preservação ambiental – zonas de restinga, dunas e costões – com o consentimento do poder público. Muitos dos ricos empreendimentos imobiliários não possuem um sistema de tratamento adequado de esgoto e nem de abastecimento de água. Na essência do problema de apropriação do solo na Ilha encontra-se a racionalidade economicista, que influencia na gestão urbana e beneficia alguns poucos com os locais mais privilegiados da cidade e limitando o acesso e o uso de áreas, estruturas e serviços à minoria abastada da população.

Todos os representantes dos setores sociais pesquisados apontaram o crescimento desordenado e a ocupação ilegal de áreas de preservação como os principais fatores de impacto ambiental na Ilha. Especialmente os setores público e privado indicaram os graves problemas sociais advindos da imigração de famílias pobres para Florianópolis, como o aumento da violência e da miséria. A sociedade civil já percebe que, aliada ao problema da miséria, a especulação imobiliária também é fator de impactos negativos na qualidade de vida. Todos os setores relacionaram o crescimento do turismo com a forma de ocupação na Ilha de Santa Catarina e com o crescimento populacional no município. O setor privado reconhece no turismo uma possível solução para um maior ordenamento e qualificação no uso do solo na Ilha, visando, nesse sentido, à busca por um padrão internacional de turismo que refletiria na excelência dos empreendimentos imobiliários e turísticos e na preservação da qualidade ambiental.

A infra-estrutura básica em Florianópolis não acompanhou a evolução populacional e urbana do município. O sistema de abastecimento de água atende a 95,37% da população da Região Metropolitana e o serviço de esgoto, a apenas 29,48%. No período de temporada de verão, quando a população recebe um acréscimo de pelo menos 500.000 pessoas, tornam-se evidentes os custos ambientais e sociais relativos a essa carência estrutural. O sistema viário deficiente, assim como o sistema de transporte público ineficaz, somam-se aos problemas relacionados ao aumento da demanda na alta temporada e que dificultam o cotidiano da população local. Tais problemas trazem consigo um obstáculo ao desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina e influenciam negativamente a imagem de Florianópolis como destino turístico.

O planejamento turístico está intrinsecamente ligado à gestão urbana e ambiental. Desse modo, faz-se necessário a inserção de um planejamento do turismo na Ilha de Santa Catarina no contexto maior de um plano urbanístico. O desenvolvimento da atividade turística apenas se fará sustentável se vier atender a necessidade da população local quanto à melhoria das condições de saneamento, acessos viários, serviços, distribuição de renda, ordenamento e ocupação do solo.

No que concerne à ordenação do território na Ilha de Santa Catarina, destaca-se positivamente que as áreas de preservação permanente correspondem a 46,08% de sua área. Também se pode citar o Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, elaborado de forma participativa, que espera aprovação na Câmara Municipal.

Fato negativo é a utilização dos planos diretores da cidade para uso político, que vêm sofrendo constantes intervenções na Câmara de Vereadores para mudanças pontuais em áreas de zoneamento a fim de atender a interesses de grupos econômicos ou clientelistas.

Torna-se urgente o desenvolvimento de planos diretores específicos para cada distrito de Florianópolis, de modo participativo, que levem em consideração não só o ordenamento das construções e do uso do solo mas também os aspectos sociais, econômicos e ambientais relativos à sustentabilidade local. A regulamentação e a aplicação do Estatuto da Cidade – Lei Federal 10257/01 – são de suma importância para o atendimento dessa demanda.

Nessa mesma perspectiva, apresenta-se necessário o desenvolvimento de estudos técnicos em cada distrito ou região da Ilha, no sentido de averiguar-se as limitações ecológicas e sociais na quantidade e na forma de ocupação humana do território, inclusive a realização de um estudo de capacidade de carga para a exploração turística.

Sustentabilidade ecológica

A sustentabilidade ecológica encontra-se apoiada em três princípios: na dependência dos sistemas econômicos aos ecológicos, na prudência ecológica, e no princípio da equidade sincrônica e diacrônica.

No caso da atividade turística, que depende muitas vezes da integridade e da qualidade de seu meio ambiente natural e paisagístico, essa dependência econômica aos limites da natureza parece-nos óbvia.

O turismo pode ter sua sustentabilidade ecológica avaliada segundo alguns critérios, tais como: o modo de uso e ocupação do solo, a capacidade de carga de uma determinada

região ou atrativo, o uso de tecnologias limpas pelos empreendimentos turísticos, a geração e o volume de resíduos ou de poluição, a existência de regras e áreas para a preservação ambiental.

Quando consultados a respeito dos impactos ambientais gerados pelo turismo na Ilha de Santa Catarina, os entrevistados de todos os setores representados apontaram como principais causas a ocupação desordenada legal ou ilegal do solo, a ocupação de áreas de preservação permanente e a carência no atendimento dos serviços de saneamento básico, como coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

A pesquisa relata a ocorrência de inúmeras formas de poluição do meio ambiente ilhéu que se relacionam com a expansão urbana e, direta ou indiretamente, com a atividade turística. Poluição de rios, lagoas e da orla marítima por dejetos, óleos e combustíveis; a ocupação desordenada e suas diversas conseqüências: desmatamento e urbanização de encostas de morros, ocupação de áreas de restinga e dunas, induzindo à erosão marinha da linha da costa; aterros e ocupação de áreas de manguezais, levando ao problema de inundações; poluição visual decorrente da baixa qualidade estética das construções, são apenas alguns dos impactos negativos levantados.

Ainda assim, a atividade turística, se bem planejada e controlada, pode contribuir de modo eficaz para a manutenção da qualidade ambiental da Ilha de Santa Catarina. As belezas cênicas, o conjunto de praias, dunas, lagoas, costões e morros são os principais atrativos de Florianópolis. Nota-se nas opiniões de todos os setores consciência quanto a dependência econômica da atividade turística à preservação da natureza, e a relação intrínseca entre a qualidade de vida e a qualidade do meio ambiente.

Porém, há que se atentar às diferentes possibilidades de apropriações do discurso preservacionista. Por trás de uma “consciência ecológica” e da busca por um “turismo de qualidade” pode estar escamoteado um pensamento excludente e capitalista, que não reconhece os direitos das populações tradicionais ao seu meio de vida, favorece a especulação imobiliária por meio de uma “ocupação ordenada” e transforma os espaços privilegiados da Ilha – outrora bens comuns – em áreas nobres e restritas, usufruto de uma minoria.

Sustentabilidade política

Conforme Vieira (1995), a idéia-força do ecodesenvolvimento considera o planejamento como um espaço de aprendizagem social no processo de construção de um novo projeto de sociedade, inspirado no conceito de democracia participativa.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável precisa de um rearranjo institucional e político, novos espaços de representação social e setorial, em que as idéias, projetos e decisões possam ser apresentadas, confrontadas, discutidas e, por fim, solucionadas em uma perspectiva dialógica e de equilíbrio de forças entre os diversos interesses representados.

A institucionalização de comitês, conselhos gestores, audiências públicas, entre outros espaços, vem sendo organizada dentro dessa lógica. Em Florianópolis, tem-se como exemplos o Conselho Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Meio Ambiente. No entanto, essa pesquisa demonstrou que ambos os conselhos são mais figurativos que realmente uma estrutura de gestão participativa.

A Administração Pública municipal segue um modelo de gestão centralizadora e partidária. As secretarias e órgãos públicos seguem políticas públicas e estratégias desconexas, não havendo consenso entre órgãos que lidam com planejamento, ordenamento e fiscalização, como o SUSP, IPUF e FLORAM.

Órgãos federais e estaduais ligados à questão ambiental, como IBAMA e FATMA, demonstraram-se sujeitos a questões políticas, licenciando obras e legitimando a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis. A CASAN, ainda, estimulou a ocupação de áreas irregulares por não apresentarem restrições quanto à questão ambiental no oferecimento de seus serviços. O MPF tornou-se na prática o órgão responsável pelas denúncias e controle dos problemas ambientais devido à ineficiência dos órgãos públicos responsáveis.

A Câmara de Vereadores de Florianópolis, que geralmente representa os interesses comunitários, tem em alguns casos legislado em interesses particularistas e de grupos econômicos, como demonstram as inúmeras mudanças pontuais nos planos diretores do município.

No setor comunitário nota-se um forte crescimento na representatividade das associações e ONGs. A influência comunitária na gestão urbana tem sido intensa, com poder de barrar a aprovação de planos diretores e empreendimentos. Porém, o setor ainda precisa de uma melhor estruturação e poder de mobilização social. A informação deve ser mais bem compartilhada entre as diversas associações e entidades comunitárias e ambientais. O

compartilhamento de idéias e de recursos – técnicos e humanos – entre o setor comunitário é a maneira mais eficaz de mobilização e de representatividade frente às demandas sociais. É preciso a criação de meios de comunicação e espaços institucionais que facilitem a troca de conhecimentos e de esforços na sociedade civil organizada.

Enfim, em relação ao processo decisório participativo inserido no planejamento turístico, o que se pode verificar nesta pesquisa – pautada pelas opiniões dos representantes dos setores consultados – é que não ocorre participação social representativa dos diversos interesses da sociedade nem existe planejamento turístico para Florianópolis.

Turismo sustentável?

- Turismo de massa X segmentação do turismo: a necessidade de estudos técnicos para a sustentabilidade da atividade turística

Florianópolis recebe em torno de 500.000 pessoas na temporada de verão. Esse número tende a crescer ou, pelo menos, manter-se no mesmo patamar nos próximos anos. O turismo de massa é uma realidade na Ilha de Santa Catarina, então, o que se deve fazer? Tentar reduzir o número de visitantes, além de ilusório, teria um impacto econômico e social devastador no município. O discurso da qualificação do turismo ou de um turismo internacional não pode ser entendido como uma elitização da prática do turismo. O turismo não é exclusivo das elites, e nada mais injusto que uma localidade preparada para receber visitantes de alto poder aquisitivo, os quais, por sua vez, geram para a comunidade aumento do custo de vida e baixas oportunidades de inclusão profissional para a maioria da população. Os serviços e as infra-estruturas necessários ao atendimento da demanda turística devem ser pensados de modo a atender principalmente as demandas da população local. A qualificação turística, no nosso entender, decorre de uma diversificação dos serviços que atendam às variadas camadas sociais e aos diversos tipos de necessidades dos turistas. Trata-se da segmentação do turismo que, conseqüentemente, gera uma segmentação do fluxo turístico.

Na Ilha de Santa Catarina é preponderante que se estabeleçam planejamentos estratégicos que potencializem as características econômicas, culturais e ambientais de determinadas regiões para o desenvolvimento de um turismo adaptado às circunstâncias de cada localidade. É plenamente possível a coexistência de um turismo “internacional” que ofereça serviços de alto padrão, resorts, campos de golfe e marinas, e um turismo

“manezinho”, baseado na cultura local, sua gastronomia, história, festas, atividades econômicas tradicionais, ecoturismo e com hospedagens do tipo pousadas.

Nesse sentido torna-se imprescindível a realização de estudos técnicos de capacidade de carga – turística e populacional – nas diversas microrregiões da Ilha. A participação social, o desejo de qualidade de vida e o respeito aos limites ambientais devem estar seriamente considerados em um futuro plano de desenvolvimento urbano do município.

Principalmente no caso de projetos de grandes empreendimentos, a realização de Avaliações de Impactos Ambientais e Estudos de Impactos de Vizinhança devem ser obrigatórios, não apenas por estar prevista sua aplicabilidade em leis específicas, mas, sobretudo, pela possibilidade de tornarem-se importantes instrumentos de planejamento urbano e turístico sob uma perspectiva participativa.

Ressalta-se que o planejamento turístico deve estar inserido em uma perspectiva de gestão urbana, buscando a integração das dimensões ecológicas, culturais, econômicas, sociais, espaciais e políticas que levem a condição de autonomia (*self reliance*) das comunidades envolvidas no processo de planejamento para o ecodesenvolvimento.

- Participação social, planejamento urbano e turístico.

O desenvolvimento sustentável do turismo em Florianópolis deve estar embasado nas seguintes perguntas: afinal, em qual cidade queremos viver? Como o turismo pode contribuir na construção da cidade desejada?

Um planejamento turístico sustentável, assim como um planejamento urbano que considere a qualidade de vida da população e um meio ambiente saudável para a Ilha de Santa Catarina, passam pela necessidade de mudança da postura política local que venha a legitimar e fortalecer as representações e organizações comunitárias, inserindo-as no processo de planejamento e tomada de decisões.

A racionalidade econômica que impera no desenvolvimento turístico da Ilha de Santa Catarina induz à perda da identidade cultural das populações tradicionais. A valorização do solo na Ilha e o aumento no custo de vida acarretam o êxodo de membros das antigas freguesias, por não conseguirem manter-se em seu local de origem vivendo de suas atividades tradicionais. Esse modelo de desenvolvimento, ao não valorizar a cultura autóctone e por não gerar oportunidades e condições de inserção dos habitantes tradicionais nas novas atividades econômicas advindas do turismo, torna-se um modelo excludente, ocasionando problemas

sociais e ambientais, como o aumento da pobreza e da ocupação de áreas frágeis e de periferia por habitações subnormais.

A cidade, fruto da racionalidade economicista, é vista como um produto a ser valorado e consumido. Nesse modelo de gestão, a noção de cidadania é desvirtuada, a cidade reflete a lógica do mercado, cujos lugares, estruturas e serviços voltam-se ao atendimento daqueles que os consomem – ou que podem consumir – e não ao atendimento do cidadão. É a lógica da cidade partida, segregando a sociedade em guetos, dividida por muros.

Somente por meio da inclusão social em um planejamento de fato participativo, dentro de uma visão política não partidária e de uma administração pública intersetorial, é que se construirá uma cidade mais justa e com qualidade de vida e do meio ambiente. Por mais utópico que pareça, a gestão participativa inerente ao processo de ecodesenvolvimento abre perspectivas para que esse ideal possa ser alcançado. Uma gestão com enfoque patrimonial (Vieira:1998), em que os conflitos e interesses são resolvidos dentro de uma perspectiva dialógica, entendendo Florianópolis, a Ilha de Santa Catarina, seus recantos e histórias como um legado a ser compartilhado por todos os seus moradores – nós –, principais interessados na sustentabilidade do nosso patrimônio.

REFERÊNCIAS

BALBO, Marcello. La nueva gestión urbana. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.71-92.

BÁRCENA, A.; SIMIONI, D. Introdução. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.17-42.

CAMARGO, Ana L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CAMARGO, Haroldo, L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história. In: TRIGO, L. G. G. (Org.) **Turismo: Como aprender, como ensinar**. 2 ed. São Paulo, SP: Senac, 2001. p. 33-86.

CAMPOS, Édson T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais**. Florianópolis, 2004. Dissertação de mestrado em Administração, UFSC.

CASAN Companhia Catarinense de Água e Saneamento. Disponível em www.casan.com.br acesso em outubro de 2004.

CECCA. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Insular, 1996.

CMMAD Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMCAP Companhia Melhoramentos da Capital. Disponível em www.comcap.org.br, acesso em dezembro de 2004.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2002.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 03 de fevereiro 2005. p.35

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 23 de novembro 2004. p. 4-5

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 27 de outubro 2004. p.7

FATMA Fundação de Meio Ambiente. Disponível em www.fatma.sc.gov.br, acesso em fevereiro de 2005.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal. Disponível em www.pmf.sc.gov.br, acesso de junho a março de 2005.

GODOY, Mônica M. **Áreas Legalmente Protegidas na Ilha de Santa Catarina**: Legislação incidente e realidade – um paralelo. Florianópolis, 2003. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFSC.

HERZER, H.; PASSALQUA, E. Gestión de servicios públicos en América Latina. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.147-202.

IPIUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Disponível em www.ipuf.sc.gov.br. Acesso em junho a dezembro de 2004.

JORDÁN, Ricardo. Ciudad y desarrollo em América Latina y el Caribe. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.43-70.

LAGO, Mara C. S. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. FURB, 2000.

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. p.165-172

MAC DONALD, Joan. Pobreza y ciudad en América Latina. In: JORDÁN, R.; SIMIONI, D. **Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p.93-146.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINGORI, Jussara. **O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina**: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável – a análise do Projeto Ambiente Sul. Florianópolis, 2001. Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis, SC: ed. UFSC, 2001.

OLIVEIRA, Sérgio D. **Análises espaciais como apoio à gestão turística da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 2001. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFSC.

RAUD, Cécile. O Ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial: problemáticas cruzadas. In: VIEIRA et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. p.253-262.

ROCCA, Beatriz. **Contribuição para a gestão de Unidades de Conservação**: estudo de caso – Ilha de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis, 2002. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFSC.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Conferência. In: VIEIRA et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. p.33-44.

SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: VIEIRA et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. p.161-164.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau, SC: Edifurb; Florianópolis, SC: Bernúncia, 2004.

SANTOS, Cláudia Regina dos. **A interface das políticas públicas com o processo de ocupação humana na área de preservação permanente: vegetação fixadora de dunas na Ilha de Santa Catarina - SC**. Florianópolis, 2001. Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.

SOUZA, Marcelo J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo, SP: Hucitec, 1997. p. 17-22.

URBAL. Disponível em www.ipuf.sc.gov.br/urbal/portugues/index.htm, acesso em junho de 2004 e março de 2005.

VIEIRA, Paulo F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, P.F. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

VIEIRA, P.F.; RAUD, C.; MORAES, E.C. . Uma estratégia de ecodesenvolvimento para a região sul-sudeste do Brasil: programa de pesquisa sobre modos de apropriação e gestão comunitária de recursos naturais. In: VIEIRA et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998. p.219-252.

VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques. Introdução geral: Sociedades, Naturezas e Desenvolvimento Viável. In: VIEIRA, Paulo F. & WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-49.

